



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Tainá Scartezini Orssatto

Quem some com o carbono?

**Uma etnografia a respeito de três experiências de reflorestamento em
Rondônia**

Versão corrigida

São Paulo

2023

Tainá Scartezini Orssatto

Quem some com o carbono?

**Uma etnografia a respeito de três experiências de reflorestamento em
Rondônia**

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no dia 06 de outubro de 2023, para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Stelio Alessandro Marras.

Versão corrigida

São Paulo

2023



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

ATA DE DEFESA

Aluno: 8134 - 8573182 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Dissertação do(a) Senhor(a) Tainá Scartezini Orssatto no Programa de Ciência Social (Antropologia Social) do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 06 dias do mês de outubro de 2023, no(a) Sala Virtual, realizou-se a Defesa da Dissertação do(a) Senhor(a) Tainá Scartezini Orssatto, apresentada para a obtenção do título de Mestra intitulada:

"Quem some com o carbono? Uma etnografia a respeito de três experiências de reflorestamento em Rondônia"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Stelio Alessandro Marras	Presidente	IEB - USP	Não Votante
Edmundo Antonio Peggion	Titular	UNESP - Externo	Aprovado
Joana Cabral de Oliveira	Titular	UNICAMP - Externo	Aprovado
Zeus Moreno Romero	Titular	UEL - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Documento assinado digitalmente
gov.br DAIANE NERES DA SILVA
Data: 16/11/2023 11:36:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Parecer da Comissão Julgadora *

A candidata Tainá Scartezini Orssatto foi aprovada pela banca, que destacou a importância e o tratamento do tema, e que abre para novas e promissoras conexões. Também se destacou a resiliência da pesquisadora no enfrentamento de condições muito hostis durante o período da pesquisa, esta que, contudo, pode chegar a bom termo com uma dissertação muito instigante. Tendo em vista que a defesa ocorreu de forma integralmente remota, o(a) Presidente da Comissão Julgadora assinará por todos os membros da banca.

Eu, Daiane Neres da Silva _____, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 06 dias do mês de outubro de 2023.

Edmundo Antonio Peggion

Joana Cabral de Oliveira

Zeus Moreno Romero **gov.br** STELIO ALESSANDRO MARRAS
Data: 21/11/2023 17:09:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 06/10/2023 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Mestra em Ciências obtido no Programa Ciência Social (Antropologia Social) - Área de concentração: Antropologia Social.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Documento assinado digitalmente
gov.br CLAUDIA CONSUELO AMIGO PINO
Data: 22/11/2023 11:12:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**Nome do (a) aluno (a): Tainá Scartezini OrssattoData da defesa: 06 / 10 / 2023Nome do Prof. (a) orientador (a): Stelio Alessandro Marras

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 30 / 11 / 2023

(Assinatura do (a) orientador (a))

Para as castanheiras (*Bertholletia excelsa*), que
me serviram de alimento e de pensamento.

Agradecimentos

Como uma floresta permeada por conexões nem sempre perceptíveis ao primeiro contato (pense em tudo o que ocorre debaixo da terra), assim também é uma pesquisa: existe uma rede de colaboradores por trás de todo trabalho acadêmico. Ela pode ser maior ou menor, mais ou menos visível, mas certamente está aí. Portanto, este espaço é um momento para celebrar aqueles que estiveram comigo ao longo destes anos, como colegas e interlocutores, ou, mais nos bastidores, amigos e familiares que me confortaram quando precisei.

Logo, gostaria de agradecer à minha mãe, Ledair, pelo suporte. Sem ela, que “nasceu na lavoura e puxou arado”, talvez meu interesse pelas plantas nunca tivesse surgido. Foi observando-a cuidar e conversar com suas plantas que aprendi minhas primeiras lições sobre ecologia.

À Stelio Marras, meu orientador, pela abertura, pelo estímulo intelectual que seus cursos me provocaram e pela disposição em dialogar sobre os mais variados temas. Da mesma forma, às professoras Joana Cabral de Oliveira e Catarina Morawska Vianna por terem me recebido em seus grupos de estudos. O debate teórico que acompanhei junto a ambas ressoa muito além destas páginas. Joana, em particular, foi uma presença constante nesta pesquisa, atuando como uma coorientadora não oficial, e seus comentários, sempre sagazes, foram essenciais. Do Laboratório de Experimentações Etnográficas (LEE), grupo da Catarina, também quero agradecer à André Guilherme Moreira, colega de longa data que me proporcionou indicações bibliográficas preciosas.

Além disso, gostaria de agradecer aos meus colegas de graduação e de mestrado, “a turma da pandemia”, pela companhia em tempos tão difíceis. Em especial, às Cavaleiras do Apocalipse: Lucas Lippi, Marina Bohnenberger, Bianca Laurino e Mariana Furtado, com quem formei um grupo de estudos informal para lidar com o fim dos tempos. Guardo as lembranças das nossas reuniões com muito carinho. Também agradeço aos meus amigos Camila Bittencourt, Lucas Gariani, Renan Alcantara, Vítor Queiroz de Medeiros, Vítor Miranda Ciochetti, Lígia Janasi, Beatriz Braga, Frederico Sabanay, Luiza Maciel e Laura Segovia Tercic pelos ouvidos e ombros tão gentis.

Devo muito também a Eduardo, meu padrinho, bem como a Sônia e a *O Andarilho*, respectivamente companheira e irmão de meu padrinho, que me receberam em suas casas enquanto estive em campo. O mesmo pode ser dito sobre Betty Mindlin, Manu Lafer, Maria “dos índios” Barcellos, Zeus Moreno Romero, Ubiratan Suruí, Ademir Mattos, Rodrigo

Sartori e o pessoal da Ecoporé. Betty, muito solícita, me recebeu em sua casa em São Paulo e me colocou em contato com um pessoal de Rondônia. Dentre essas pessoas estava Maria, uma das figuras mais impressionantes que já conheci, pois tem a sabedoria de quem viveu muitas vidas em uma só; Zeus, que compartilhou comigo um pouco da sua experiência de campo entre os Paiter Suruí; e Ubiratan, um exímio jovem fotógrafo paiter. Sou grata pelas conversas que tive com todos, sempre dispostos em responder minhas intermináveis perguntas.

Agradeço também ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) por ter financiado esta pesquisa, e ao Proex/DA/USP pela verba de auxílio de campo.

*Os homens não melhoram
e matam-se como percevejos.
Os percevejos heroicos renascem.
Inabitável, o mundo é cada vez mais habitado.
E se os olhos reaprendessem a chorar seria um
segundo dilúvio.*

Carlos Drummond de Andrade

*Não mate mais a relva, o espírito dela em nós
defende o espírito na terra.*

Mahmud Darwich

Resumo

SCARTEZINI, Tainá. **Quem some com o carbono? Uma etnografia a respeito de três experiências de reflorestamento em Rondônia**. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023.

Rondônia é o estado da Amazônia Legal com a maior taxa de desmatamento acumulado. Aproximadamente 28% do território já foi desmatado, resultado da política fundiária de colonização adotada pelos governos militares. Apesar disso - ou justamente por isso - o estado é palco de diversos projetos de reflorestamento de povos indígenas e não só. Em particular, esta pesquisa investiga as relações que diferentes grupos sociais que atuam na preservação e recuperação ambiental local desenvolveram com as espécies que manejam. Assim, baseada na teoria do ator-rede e nos estudos multiespécie, segue as mudas reflorestadas, sobretudo a partir dos anos 2000, através de relatórios e outros documentos elaborados por ONGs e associações indígenas do povo Paiter Suruí, e também em campo, na cidade de Cacoal-RO e arredores. Tais projetos, por vezes alvos de disputas internas e/ou pressão externa, combinam sobretudo mudas das famílias botânicas *Fabaceae*, *Arecaceae*, *Malvaceae* e *Anacardiaceae*. São espécies de pioneiras, palmeiras, árvores frutíferas e madeira de lei, cujos ritmos distintos de desenvolvimento permitem a manutenção constante do estoque de carbono nas áreas em que os projetos foram implementados. Muitas delas são, inclusive, hiperdominantes no bioma. De modo geral, as mudas são selecionadas considerando as necessidades da população em foco e a adequação ao Código Florestal Brasileiro. Além disso, a renda aparece constantemente como uma justificativa para a formulação dos projetos. Por conta disso, são concebidas propostas de pagamento por serviços ambientais, parcerias com financiadores são procuradas e espécies de alto valor comercial são cultivadas, como é o caso da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*), do açaí (*Euterpe precatoria* e *Euterpe oleracea*), do cacau (*Theobroma cacao*) e do café Robusta Amazônica (*Coffea canephora*). Logo, compreender como indígenas, colonos do INCRA e seus descendentes se relacionam com o ambiente em que vivem pode fornecer *insights* a respeito de como agir agora que a destruição da Amazônia por queimadas e desmatamento ameaça a continuidade do ecossistema, o qual se aproxima do ponto de não retorno. A partir disso talvez seja possível idealizar novas políticas públicas sobre a questão, assim como aprender a viver na época das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Reflorestamento. Desenvolvimento sustentável. Créditos de carbono (redd+). Rondônia (Brasil). Paiter Suruí (Tupi-Mondé).

Abstract

SCARTEZINI, Tainá. **Who sinks the carbon? An ethnography about three reforestation experiences in Rondônia (Brazil)**. 2023. Dissertation (Master in Social Anthropology). Faculty of Philosophy, Letters, and Human Sciences, University of Sao Paulo, 2023.

Rondônia has the highest accumulated deforestation rate among the states of the Brazilian Legal Amazon. Approximately 28% of its territory has been deforested, as an effect of the land colonization policy adopted by the military governments. Despite this - or precisely because of this - the state is the setting of several reforestation projects led by indigenous and non-indigenous peoples. In particular, this research investigates the relationships that different social groups that work in local environmental preservation and restoration developed with the species they managed. Thus, based on actor-network theory and multispecies studies, it follows the reforested seedlings, especially since the 2000, through reports and other documents, written by NGOs and the indigenous associations of the Païter Suruí people, as well as in the field, in Cacoal-RO and its surroundings. Such projects, sometimes targeted by internal disputes or external pressure, or both, mainly combine seedlings from the botanical families *Fabaceae*, *Arecaceae*, *Malvaceae*, and *Anacardiaceae*. They are pioneer species, palm trees, fruit trees, and hardwood, whose different development rates allow for the constant maintenance of the carbon stock in the projects' sites. Besides, many of them are hyper-dominant in the biome. In general, the selection of the seedlings considers the population needs in focus and in accordance with the Brazilian Forest Code. In addition, income constantly appears as a way to justify the projects' implementation. As a result, organizations prepare payment proposals for environmental services, seek partnerships with financiers, and cultivate species of high commercial value, such as Brazil nut (*Bertholletia excelsa*), açai (*Euterpe precatoria* e *Euterpe oleracea*), cocoa (*Theobroma cacao*), and Robusta Amazônica coffee (*Coffea canephora*). Therefore, understanding how indigenous peoples, INCRA settlers and their descendants relate to the environment in which they live can provide insights into how to act now as the destruction of the Amazon by fires and deforestation threatens the preservation of the ecosystem, which is approaching the point of no return. Perhaps, by doing this, it will be possible to devise new public policies on the issue, as well as learn to live in the climate change epoch.

Keywords: Reforestation. Sustainable development. Carbon credits (redd+). Rondônia (Brazil). Païter Suruí (Tupi-Mondé).

Siglas¹

ACT – *Amazon Conservation Team*

APP – Área de Preservação Permanente

AWG – *Anthropocene Working Group* (Grupo de Trabalho Sobre o Antropoceno)

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Grupo Banco Mundial)

CCBS – *Climate, Community and Biodiversity Standards* (Padrão de Clima, Comunidade e Biodiversidade)

CFB – Código Florestal Brasileiro

CNUMAD / UNCED – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento / *United Nations Conference on Environment and Development* – também conhecida como Eco-92 ou Cúpula da Terra

COP – *Conference of the Parties of the UNFCCC* (Conferência das Partes da CQNUMC)

CQNUMC / UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima / *United Nations Framework Convention on Climate Change*

DA – Departamento de Antropologia

Deter – Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real

ECAM – Equipe de Conservação da Amazônia (ACT - Brasil)

ECOPORE – Ação Ecológica Guaporé

EFMM – Estrada de Ferro Madeira Mamoré

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEE – Gases de efeito estufa

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IGBP – *International Geosphere-Biosphere Programme*

IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change* (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)

¹ A “/” sinaliza siglas usadas tanto em português como em inglês. Por outro lado, siglas usadas somente em inglês foram traduzidas para o português a fim de possibilitar a leitura daqueles que não falam inglês.

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IAMÁ – Instituto de Antropologia e Meio Ambiente
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
ISA – Instituto Socioambiental
KANINDÉ – Associação de Defesa Etnoambiental
MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MEA – *Millenium Ecosystem Assessment* (Avaliação Ecossistêmica do Milênio)
METAREILÁ – Associação Metareilá do Povo Indígena Paiter Suruí
MIT – Massachusetts Institute of Technology
MT – estado do Mato Grosso
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PADS – Projetos de Assentamento Dirigido
PCFS / SCFP – Projeto de Carbono Florestal Suruí / *Suruí Carbon Forest Project*
PFL – Partido da Frente Liberal
PIC – Projeto Integrado de Colonização
PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Mato Grosso
PRODES – Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PROEX – Programa de Excelência Acadêmica da CAPES
PSA – Pagamento por Serviços Ambientais
RCEs – Reduções Certificadas de Emissões
REDD+ – *Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation* (Redução de Emissões Decorrentes do Desmatamento e da Degradação)
Reflora – Plantas do Brasil: Resgate Histórico e Herbário Virtual para o Conhecimento e Conservação da Flora Brasileira
RO – estado de Rondônia
SiBBr – Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira
T.I. – Terra Indígena
TISS – Terra Indígena Sete de Setembro

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

VCS – *Verified Carbon Standard* (Padrão de Carbono Verificado)

WWF – World Wide Fund for Nature

Índice de Figuras

Figura 1: Vista da BR-364 no trecho Porto Velho - Cacoal. Foto: Tainá Scartezini, 2022.	p. 17
Figura 2: Nascer do sol na BR-364 no trecho Porto Velho - Cacoal. Foto: Tainá Scartezini, 2022.	p. 19
Figura 3: Zoom do nascer do sol na BR-364 no trecho Porto Velho - Cacoal. Foto: Tainá Scartezini, 2022.	p. 19
Figura 4: Plantação de café robusta amazônica (<i>Coffea canephora</i>) com cerca de 2 metros de altura em Cacoal, propriedade Don Bento Café. Foto: Tainá Scartezini, 2022.	p. 33
Figura 5: Corredores Ambientais na Amazônia Ocidental. In: LITTLE, P., 2012, p. 25.	p. 34
Figura 6: <i>The great acceleration</i> [“A grande aceleração”] (adaptada). In: IGBP, 2015 e/ou STEFFEN et al., 2015b apud ARTAXO, 2014, p. 16.	p. 49
Figura 7: Pontos de acesso clandestinos de extração ilegal de madeiras na Terra Indígena Sete de Setembro e principais destinos da madeira extraída. In: FERRONATO e NUNES, 2010, p. 7.	p. 56
Figura 8: Linha do tempo do Plano de gestão de 50 anos da <i>Paiterey Garah</i> I. In: BAVARESCO, 2011, p. 52.	p. 61
Figura 9: Linha do tempo do Plano de gestão de 50 anos da <i>Paiterey Garah</i> II. In: BAVARESCO, 2011, p. 53.	p. 61
Figura 10: Arredores da <i>Estância Sol y Calor</i> I. Foto: Tainá Scartezini, 2022.	p. 70
Figura 11: Arredores da <i>Estância Sol y Calor</i> II. Foto: Tainá Scartezini, 2022.	p. 70
Figura 12: Pastagem sombreada na <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto: Tainá Scartezini, 2022.	p. 71
Figura 13: Pôr do sol na <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto: Tainá Scartezini, 2022.	p. 71
Figura 14: Antiga estrada usada para extrair madeira ilegalmente no interior da <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto: Tainá Scartezini, 2022.	p. 72
Figura 15: Mata à margem da antiga estrada dos madeireiros no interior da <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto: Tainá Scartezini, 2022.	p. 72

Figura 16: Final da antiga estrada usada para extrair madeira ilegalmente no interior da <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto Tainá Scartezini, 2022.....	p. 73
Figura 17: Rio no interior da <i>Estância Sol y Calor</i> I. Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 73
Figura 18: Rio no interior da <i>Estância Sol y Calor</i> II. Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 74
Figura 19: Lagoa na <i>Estância Sol y Calor</i> I. Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 74
Figura 20: Lagoa na <i>Estância Sol y Calor</i> II. Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 75
Figura 21: Sete Copas (<i>Terminalia mantaly</i>) <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 75
Figura 22: Bacuri (<i>Garcinia gardneriana</i>) <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 76
Figura 23: Cerejeira (<i>Amburana cearensis var. acreana</i>), ao centro da imagem, <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 76
Figura 24: Angelim (<i>Swartzia cf. grandifolia Benth</i>), ao centro da imagem, <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 76
Figura 25: Jatobá (<i>Hymenaea courbaril</i>), ao centro da imagem, <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 76
Figura 26: Caixeta (<i>Simarouba amara Aubl.</i>), ao centro da imagem, <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 77
Figura 27: Pau-amargo (<i>Geissospermum laeve (Vell.) Miers</i>) jovem, <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 77
Figura 28: Cumaru (<i>Dipteryx odorata</i>), <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 77
Figura 29: Imbirema (<i>Couratari sp.</i>), <i>Estância Sol y Calor</i> . Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 77
Figura 30: Mudanças no Viveiro Cidadão da Ecoporé I. Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 83
Figura 31: Mudanças no Viveiro Cidadão da Ecoporé II. Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 83
Figura 32: Mudanças no Viveiro Cidadão da Ecoporé III. Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 84
Figura 33: Mudanças no Viveiro Cidadão da Ecoporé IV. Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 84

Figura 34: Mudas no Viveiro Cidadão da Ecoporé V. Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 84
Figura 35: Mudas no Viveiro Cidadão da Ecoporé VI. Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 84
Figura 36: Mudas no Viveiro Cidadão da Ecoporé VII. Foto: Tainá Scartezini, 2022.....	p. 85
Figura 37: Sobreposição das espécies selecionadas entre os projetos.....	p.87

Sumário

Agradecimentos.....	6
Resumo.....	9
Abstract.....	10
Siglas.....	11
Índice de Figuras.....	14
Introdução.....	1
Uma familiaridade incomoda.....	1
Caminhos da pesquisa.....	6
Seguindo plantas: algumas considerações metodológicas.....	10
A respeito da estrutura da dissertação.....	15
I. Os sentidos do progresso.....	17
O cheiro.....	17
A visão.....	23
II. No rescaldo do progresso: a Intrusão de Gaia.....	39
O retorno do Comum.....	39
A emergência da economia verde e desenvolvimento sustentável.....	40
Críticas à economia de baixo carbono e aos pagamentos por serviços ambientais.....	46
Os mil nomes da nova era: Antropoceno, Capitaloceno, Plasticoceno, Chthuluceno.....	47
III. Manifestando paisagens habitáveis: modos de interpretar as plantas.....	51
Sobre o capítulo.....	51
Experimentar.....	54
Notar.....	66
Compor.....	78
Quem, afinal, some com o carbono: interpretando as plantas em conjunto.....	84
Conclusão: (re)criando ecossistemas.....	99
Referências Bibliográficas.....	106
Anexos.....	127
Glossário Paiter Suruí / Português.....	127

Introdução

Uma familiaridade incomoda²

Quando começaram os conflitos pela terra em Rondônia? Me fiz esta pergunta diversas vezes durante a pesquisa. Tentando respondê-la, fui em busca de notícias a respeito de conflitos envolvendo os Paiter Suruí. Para minha surpresa, o primeiro texto publicado em um veículo de mídia no qual eles são mencionados data de agosto de 1976³ e versa, justamente, sobre conflitos com “posseiros”⁴. Alguns anos antes, em 2 de fevereiro de 1960, o governo Kubitschek começara a construir a BR-364 (ROMERO, 2020, P. 22), então chamada de BR Marechal Cândido Rondon, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciara os projetos de colonização na região, provocando um fluxo migratório sem precedentes (MINDLIN, 1985), que se intensificou com o posterior asfaltamento da rodovia pelo governo militar em 1983.

Os povos indígenas que habitavam o local, Suruís, Cinta-Largas, Zorós, Uru-eu-wau-waus, entre outros, se viram pressionados por todos os lados e, em 07 de setembro de 1969, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estabeleceu contato com os Paiter Suruí. No dia seguinte, outro grupo de *Paiterey* foi até Espigão d’Oeste, cidade colonizada pela empresa privada de colonização Cia Itaporanga S.A. (ROMERO, *id.*, p. 228) para encontrar os *yaraey*, no entanto, poucos registros existem sobre este segundo contato. Esse período é lembrado pelos *Paiterey* como o Tempo das Correrias e do Contato (BASSI, 2018). Ao mesmo tempo em que guerreavam com outros indígenas, seus inimigos históricos, estavam a todo momento correndo para receber os presentes dos sertanistas da FUNAI.

O contato com os *yaraey* (“não-indígenas”), trouxe doenças desconhecidas para os povos indígenas, que foram quase exterminados por sarampo, gripe e tuberculose. Os mais velhos tentaram alertar os jovens do perigo, mas foi em vão.

² Esta seção é um desdobramento de uma reflexão que escrevi em campo (CADERNO DE CAMPO, p. 76-7).

³ ESTADÃO, Sucursal de Brasília. “Funai só demarca área com proteção”. Publicado por: **Estadão**, em 03 de agosto de 1976. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/146085>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021. Ver também INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Acervo de notícias**. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/adv-search?form_id=advanced_search_form&form_build_id=form-k2bes-9gJwTFpFeGn-IT6ByoPmOPT_rDYyaIcnYsygO&search_term=surui%20paiter&content_type=noticias&field_data_inicial=&field_data_final=&page=0. Último acesso em: 09 de março de 2022.

⁴ “Posseiros” é como a reportagem chama os “colonos” dos projetos de assentamento dirigido pelo INCRA e os migrantes que adquiriram terras por meio de empresas privadas de colonização, a exemplo da Companhia Itaporanga dos irmãos Melhorança.

“(…) logo encontramos a doença e a morte. Da forma como foi avisado, aconteceu mesmo. Os guerreiros morreram, os velhos quase todos morreram. Só restaram alguns jovens” (*idem, ibidem*). As doenças eram associadas ao cheiro dos brancos que, segundo eles contam, tinha perfume, gasolina, gás, fumaça, todos muito diferentes do ar puro da floresta. Por isso, quando os velhos e guerreiros iam ao local do Contato, impregnados desses cheiros, na volta eles passavam dias longe da aldeia, tratando seus corpos para não pegarem as doenças e a levarem consigo, contaminando assim a aldeia. (*id.*, p. 57),

O impacto foi tão profundo que os *Paiterey* recorrentemente afirmam que “com os *yaraey* vem sempre a sombra da morte” (BASSI, 2018, p. 57).

Como seria, então, contar a história de Rondônia e narrar as mudanças na paisagem local causadas por essa violenta onda migratória a partir da sombra da morte que os *yaraey* trazem consigo? É isso que procuro fazer aqui: recontar uma das muitas histórias do Brasil a partir de seus conflitos por terra, pensando também a relação entre as espécies nativas, exóticas e invasoras.

Todavia, ao me aventurar nesta pesquisa, não esperava que meu caminho para uma terra distante me levasse de volta para minha terra de origem. Digo isso pois minha mãe também é uma “colona”. Filha de migrantes gaúchos, ela nasceu numa linha no interior de Santa Catarina que fora aberta por um projeto de colonização do INCRA nos anos 1950, muito semelhante às linhas que levam para a terra indígena (T.I.) dos Paiter Suruí pelas quais andei enquanto estive em Rondônia. De certa forma, sou também uma descendente da “sombra da morte”. Por mais que lute por não levá-la comigo, poderei algum dia afirmar que ela não me acompanha considerando tudo que desmataram aqueles que vieram antes de mim? Certamente, não esperava que a pesquisa fosse tomar o rumo que tomou, que eu fosse me reconhecer nos colonos de lá e que eles se reconhecessem em mim por conta de nossa origem rural e étnica compartilhada. Não esperava encontrar partes da minha própria história numa pesquisa que não dialogava em nada com a autoetnografia, nem que isso fosse me causar tanto desconforto (*unheimliche*). Talvez nada disso tivesse acontecido se eu não estivesse escrevendo um romance de temática semelhante, que provavelmente jamais será publicado, mas cuja função quiça tenha sido reenquadrar minha pesquisa. Afinal, o inconsciente leva justamente a elaborar aquilo que quer ser elaborado e eis me aqui.

Muitas coisas em Rondônia me fazem lembrar do sul, desde a disposição das quadras, em retas perfeitamente alinhadas, até os produtos que encontrei no mercado. Geleias, doces alemães, pães e erva-mate, coisas típicas do sul que raramente encontro em São Paulo,

abundam lá. Igualmente, os nomes das cidades rondonienses também me remetem ao local que nasci, o oeste de Santa Catarina, uma região, que junto do oeste do Paraná, é muito mais próxima da cultura gaúcha do que do restante do estado. Dos cinquenta e dois municípios que compõem Rondônia, doze levam “oeste” em seu nome. Similarmente, nove dos duzentos e noventa e cinco municípios catarinenses e dezenove dos trezentos e noventa e nove municípios paranaenses também têm “oeste” em seu nome. Machadinho D’Oeste - RO, Espigão D’Oeste - RO, Ouro Preto D’Oeste - RO, Santa Luzia D’Oeste, RO, São Miguel Do Oeste - SC, Herval D’Oeste - SC, Iporã do Oeste - SC, Ouro Verde do Oeste - PR, Diamante D’Oeste - PR, Rancho Alegre D’Oeste - PR, Santa Maria do Oeste - PR e tantos outros. Os novos habitantes de Rondônia não levaram para lá apenas plantas, alimentos e doenças, eles também nomearam as cidades que fundaram conforme a imagem deles, isto é, com as referências deles, como o nome de suas divindades. Afinal, nomear também é um exercício de poder, de efetuar a partilha do real e de marcar a presença. Ademais, referenciando constantemente o oeste, tal toponímia faz lembrar que estamos em um outro Brasil, distante do mar, próximo da fronteira. Nascer nesse Brasil fronteiro, de Rondônia a Santa Catarina, é crescer migrante uma vez mais, querendo acreditar no mito de uma nova terra prometida.

Algumas diferenças entre as regiões, entretanto, é importante ressaltar. “Ser do sul”, em Rondônia, não indica necessariamente origem de nascimento em um dos três estados do sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O pai de R., um amigo rondoniense, apesar de ter nascido no Ceará, como morava no Paraná antes de se mudar para Rondônia, entrou para as estatísticas e para a vida cotidiana como mais um dos paranaenses sem terra que migraram para o norte em busca de melhores condições de vida. Da mesma foram, migrantes oriundos de São Paulo e do Espírito Santo também são compreendidos como “do sul”, quase como se “do sul” estivesse mais para um operador geográfico para tudo aquilo que está abaixo do norte rondoniense do que para o nome de uma região geográfica específica. Assim, como categoria nativa, podem ser “do sul” tanto pessoas que tenham passado por lá antes de chegarem em Rondônia, bem como pessoas que de fato nasceram no sul, ou no sudeste, e seus descendentes. Se compreendi bem o fenômeno, da mesma forma que os pardos claros adentram o grupo dos brancos em “Preconceito de marca” (NOGUEIRA, 1998), pessoas de outras origens são incorporadas ao grupo “do sul” e compartilham com eles de um privilégio racial que lhes é atribuído, ao ponto de R. relatar perceber ser melhor tratado por ser lido socialmente como “do sul”.

Outro ponto que gostaria de chamar atenção diz respeito aos usos da categoria “colono”. Esse é o termo pelo qual o INCRA chamava os assentados de seus projetos, independente da região na qual esses projetos fossem realizados. No sul, porém, “colono” é mais do que isso. A expressão se tornou uma identidade, uma autodenominação usada pelas populações camponesas. Também pode ser usado como um termo derogatório, como xingamento e, nesse sentido, se assemelha ao “caipira” de outras regiões do Brasil. De modo geral, no sul há uma associação entre campo, pobreza, rudeza e não domínio da língua portuguesa, pois entre esse grupo ainda é possível encontrar falantes de línguas de imigração, como é o caso da minha família, que fala talian, um dialeto italiano semelhante ao dialeto vêneto. Por outro lado, a cidade, seus habitantes e ofícios são associados com o falar e o portar-se corretos. Para algumas pessoas é, inclusive, vergonhoso dizer-se “colono”. Não tenho certeza se o mesmo acontece em Rondônia. O tempo que fiquei lá não foi suficiente para compreender se o termo também se tornou uma identidade naquele contexto. No entanto, conversando com *O Andarilho*, um “colono” catarinense que se mudou para Rondônia no final dos anos 1970, ele ainda se pensa nesses termos e este foi um ponto de interlocução importante entre nós dois.

Ademais, há ressonâncias e dissonâncias entre as figuras do “colono” e do “colonizador”. Sem dúvida, os “colonos” são um agente da colonização, uma vez que são a linha de frente de um projeto *precário* de progresso, ou seja, a chegada deles em novas áreas causa a desapropriação de comunidades nativas. Só que *precário*, pois não lhes foram fornecidas quaisquer garantias de seguridade, emprego, renda, *etc*, apenas promessas indeterminadas de um futuro melhor. Contudo, os “colonos” não são os senhores de engenho, donos de grandes propriedades e escravos⁵. Os “colonos” são pequenos agricultores familiares. Diferente dos colonizadores, eles próprios trabalham sobre suas terras, e diferente das pessoas escravizadas, eles ficam com os lucros de seu trabalho.

Essa não fora, entretanto, a primeira vez que eu sentira tal familiaridade⁶ incomoda. Alguns anos antes, durante uma sessão do documentário *Martírio de Vincent Carelli* (2016), fui tomada por uma sensação inquietante de reconhecimento com os ruralistas do centro oeste. Suas casas e ruas lembravam minha cidade natal, seus traços e expressões faciais, meus parentes e conterrâneos. Em outra ocasião, ao visitar a exposição *Conflitos: fotografia e*

⁵ A colonização de Rondônia durante a ditadura pode ser subdividida em duas fases, a do desmatamento e a da concentração de terras, como é visto na seção “A visão” do capítulo 1.

⁶ Não faço alusão aqui a ideia antropológica de estranhar o familiar e familiarizar o estranho. Antes, procuro usar a palavra em um sentido mais básico, primário até, como aquilo que remete à família e que é íntimo. Talvez, mais próxima do *unheimlich* de Freud.

violência política no Brasil 1889-1964 no Instituto Moreira Salles em 2018 senti o inverso: um não reconhecimento. Quem eram aquelas pessoas que haviam lutado pela mesma terra que nasci, o Contestado, mas que não se pareciam com ninguém com quem convivi? Para onde foram? O que aconteceu com elas? Teriam todas morrido na guerra? Ou a chegada dos “colonos”, *nossa chegada*, teria-os expulsado dali?

Qual a razão, então, para esta familiaridade causar tanto inquietamento? Em suma, acredito que essa familiaridade incômoda seja sintoma do descompasso entre a antropóloga que sou e a criança que fui. Dito de outra forma, é difícil reconciliar a discordância política que sinto pelos pioneiros que expandem a fronteira agrícola com minhas memórias afetivas juntos aos meus “colonos”, também uma espécie invasora a seu modo.

Essa autorreflexão não é em vão, pois sem ela não teria como situar minha posição em campo, uma vez que foram justamente relações de compadrio / para-parentesco que me permitiram realizar o trabalho de campo. Isto, pois fiquei hospedada na casa de meu padrinho de crisma, Eduardo, compadre de minha mãe, em Cacoal-Ro, e sobretudo porque o irmão de meu padrinho, *O Andarilho*, é um interlocutor e personagem central destas páginas. Logo, parte de minha entrada em Cacoal foi possibilitada por estas relações familiares, de modo que era preciso discorrer sobre elas também. A outra parte do campo foi possibilitada pelo intermédio que Betty Mindlin e Maria “dos índios” realizaram entre mim e alguns *Paiterey*. A questão da minha origem também foi ponto de conexão com Paulo da Ecoporé, que é natural do Paraná e cujo cunhado nasceu na mesma cidade que eu.

Outrossim, a antropologia aprendeu com feministas negras que nenhum cientista é imparcial, que nossas vidas se misturam sim com nossas pesquisas e que a neutralidade não está na imparcialidade, mas no ato de explicitar que o conhecimento que produzimos é um conhecimento situado, ou seja, que ele emerge de relações, corpos e contextos específicos (COLLINS, 1986, 2019; HARAWAY, 1995, 2009; RIBEIRO, 2017). Assim, se “na pesquisa etnográfica, estar em campo e escrever a partir dele é deparar-se com a evidência do seu próprio corpo e lidar com sua visibilidade material e simbólica, colocando-o em questão” (NASCIMENTO, S., 2019, p. 460), então, era mais do que necessário tomar o devido tempo para colocar em questão meu próprio corpo, minha própria história e meus pertencimentos.

Não obstante, ainda movida pelas feministas negras, indago: quais as implicações éticas desse reconhecimento? Isto é, quais as implicações éticas para a pesquisa de uma jovem antropóloga que começa interessada pelos indígenas Paiter Suruí e termina se reconhecendo nos “colonos” da região, naqueles que trouxeram a sombra da morte até os indígenas? Como

Djamila Ribeiro bem argumenta (2017), eu começaria respondendo que é preciso explicitar nossas posições e nossos privilégios. Assim, estas páginas são o resultado de quem viveu, viu e ouviu o lugar deles, dos “colonos”, mas que também foi embora e aprendeu a ver, ouvir e viver de outras formas. De certo modo, este trabalho está no limiar entre uma auto e uma alter antropologia, entre um testemunho e uma reflexão, pois embora não seja rondoniense, sou filha de uma “colona”, assim como muitos rondonienses o são. Essa familiaridade incomoda, portanto, revela um véu que existe entre minhas memórias e as narrativas familiares que me foram passadas e passadas aos rondonienses, de um lado, e a historiografia, de outro. O véu, como membrana maleável e permeável que é, permite que estes dois lados se toquem, mesmo que pertençam a domínios diferentes. Logo, interessa-me, sobretudo, acessar os pontos-cegos do ponto de vista dos “colonos”. E aí, talvez, esteja um caminho ético a ser percorrido, para que, enfim, o tempo dos muitos, e não apenas o dos brancos, possa prosperar.

Caminhos da pesquisa

O primeiro objeto desta pesquisa não foram as experiências de reflorestamento em Rondônia. Antes das restrições da pandemia, interessava-me sobretudo o Projeto Carbono Florestal Suruí (PCFS). A curiosidade sobre o projeto surgiu em 2016 durante as aulas de *Antropologia e Desenvolvimento*, ministradas pela professora Dominique T. Gallois. Enquanto pesquisava referências na *internet* para um seminário que iria apresentar na disciplina, me deparei com notícias e reportagens a respeito da suspensão do projeto do carbono suruí. Uma, em especial, chamou bastante minha atenção⁷, pois mencionava uma briga entre dois clãs paiter como razão para a interrupção do projeto. Segundo a reportagem, uma liderança da Linha 14 estava envolvida em esquemas de meação para extração de madeira e, como a validação dos créditos de carbono só ocorre se não houver perda de área florestal, o projeto foi inviabilizado por conta do desmatamento.

Assim, intrigada por esse conflito entre parentes da Linha 14 e das Linhas 11 e 12 (os *Gamebey* proponentes do PCFS), iniciei a pesquisa em torno da questão do que seriam as noções nativas de “doméstico” (*íwai*) e “selvagem” (*metare*). Tais categorias pareciam-me

⁷ MAISONNAVE, Fabiano. “How diamonds and a bitter feud led to the destruction of an amazon reserve?”. Publicada no **The Guardian** em 27 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2017/sep/27/how-diamonds-and-a-bitter-feud-led-to-the-destruction-of-an-amazon-reserve>. Último acesso em: 05 de agosto de 2018.

estar relacionadas à rivalidade clânica relatada nas obras etnográficas a respeito dos Paiter Suruí (MINDLIN, 1985; RENÈSSE, 2017), uma vez que operacionalizam a estrutura dualista que organiza a vida paiter, como é o caso do *Mapimaií* (“festa de criação de mundo”). Durante o ritual de *Mapimaií*, os participantes dividem-se em duas metades, a “dos donos da chicha” (*íwai*) e a “do mato” (*metare*), cada qual com suas obrigações: preparar a bebida e doar as mulheres; e trazer a caça e presentear com flechas e ornamentos confeccionados durante a estadia na *mehtareda* (“clareira no mato”), respectivamente.

No entanto, a pandemia de covid-19 inviabilizou a realização da pesquisa de campo como havia planejado inicialmente. Embora esta tenha sido a primeira vez que eu entrei em contato com um novo vírus, o mesmo não é verdade para os Paiter Suruí e outros povos indígenas. Como mencionado anteriormente, no Tempo do Contato, maneira pela qual os *Paiterey* se referem às primeiras relações pacíficas que estabeleceram com os sertanistas e indigenistas da FUNAI liderados por Francisco e Apoena Meirelles, entre 1968 e 1969, houve uma grande depopulação ocasionada por epidemias de sarampo, gripe e tuberculose (BASSI, 2018). Por isso, eles afirmam que os *yaraey* trazem consigo a sombra da morte (*id.*). Sabendo disso, nos imprevistos tempos de pandemia, no qual as medidas de cuidado equivaleram durante muito tempo à distância corporal que mantínhamos uns dos outros, não quis ser mais uma *yara* (“não-indígena”) que leva junto de si a sombra da morte.

Dessa forma, a fim de me aproximar, a despeito da distância física, das vozes e vivências indígenas para além das etnografias disponíveis, encontrei um novo caminho na leitura de autores indígenas (KRENAK, 2020, 2019; KOPENAWA E ALBERT, 2015), especialmente, Paiter, como Chicoepab Suruí Dias (2015), Joaton Suruí (ver CABRAL, SURUÍ, J., CARVALHO e SURUÍ, U., 2018; e ELER, CARVALHO e SURUÍ, J. 2020), Naraiel Paiter Suruí (2016), Tiago Iteor Suruí (2020) e Uraan Suruí (ver CABRAL, KALAPALO, AWETÍ, OLIVEIRA e SURUÍ, U., 2018; assim como CABRAL, SURUÍ, J., CARVALHO e SURUÍ, U., 2018). A leitura de Chicoepab, principalmente, ajudou a ampliar o escopo da pesquisa, que se transformou gradualmente em um trabalho a respeito das mudas plantadas durante o *Pamine* (“o renascer da floresta”) e o PCFS, dois projetos conectados pelo mesmo objetivo: reflorestar áreas desmatadas. Em paralelo a tais leituras, realizei uma pesquisa documental *online* sobre esses projetos e encontrei uma quantidade razoável de publicações a respeito nos *sites* de ONGs parceiras na elaboração dos mesmos.

O conjunto de documentos acessados, portanto, pode ser agrupado em três frentes: 1) etnografias e trabalhos de intelectuais indígenas: Suruí Dias (2015), Cardozo (2011; 2012),

Mindlin e narradores indígenas Suruí Paiter (2007), Mindlin (1985), Suruí, Gaami Anine et al. (2016), Yvinec (2011, 2014, 2017), Renesse (2012, 2017), Bassi (2018), Alencar (2020) e Hacon (2018), além de sites (blogs e canais) mantidos pelos Paiter Suruí⁸; 2) documentos elaborados e/ou disponibilizados por organizações não-governamentais parceiras dos Paiter Suruí: Plano de gestão da TISS (GAMEBEY, KANINDÉ, 2008; PAITER SURUÍ (sem data); e MARANHÃO, 2008), Etnozoneamento da TISS (CARDOZO, 2011), Diagnóstico agro-ambiental participativo (NASCIMENTO, E., 2000), Documento de Concepção do *Pamine* (BAVARESCO *et al.*, 2011), Documento de Concepção do PCFS (SURUÍ, A. N.; CENAMO, 2011), Consentimento livre, prévio e informado (ÁVILA, 2010), estudo de caso da Forest Trends (ZWICH, 2019), Desmatamento evitado (REDD) e povos indígenas (VALLE, 2010), modelagem SimSuruí (VITEL *et al.*, 2013), Relatório de Avaliação para Validação do PCFS (BONFANTE, 2012) e o artigo de Marcio Santilli *et al.* (2005) propondo o conceito de “reduções compensadas”; e 3) acordos internacionais e marcos da economia verde: Protocolo de Quioto (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1997), Acordo de Paris (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015), Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992), Relatório Brundtland (BRUNDTLAND, 1987), The Economics of Ecosystems and Biodiversity (SUKHDEV, 2008), Stern review: the economics of climate change (2006) e *Millenium Ecosystems Assessment* (2005).

Dito isso, apesar das condições desfavoráveis colocadas pela pandemia, consegui realizar um mês de campo em 2022, entre os dias 01 e 24 de setembro, em Cacoal - RO graças à prorrogação de prazo concedida pela USP e ao auxílio de verba para pesquisa de campo que recebi do PROEX - Programa de Excelência Acadêmica da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) / Departamento de Antropologia. Essa viagem de campo também provocou mudanças na pesquisa. Isto pois os *Paiterey* demonstraram resistência e desconforto em falar sobre o projeto do carbono. Antes de chegar em campo, tive uma conversa com um interlocutor que correu muito bem até eu mencionar a questão do carbono. Em campo, o mesmo se repetiu. Por vezes, alguém desconversava, falando que poderíamos discutir o assunto em outro momento, mas esse momento nunca

⁸ **Gasodá Suruí** (Blog), Disponível em: <https://gasodasurui.blogspot.com/>. Último acesso em: 21 de setembro de 2021; **Paiter** (Site), Disponível em: <https://www.paiter.org/>. Último acesso em: 21 de setembro de 2021; **Paiter Suruí** (Perfil no Instagram), Disponível em: https://www.instagram.com/accounts/login/?next=/paiter_suruí/. Último acesso em: 06 de março de 2023; **Povo Paiter Suruí** (Canal no Youtube), Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCVwutbsA6HJ7Oklel9xPUeg>. Último acesso em: 21 de setembro de 2021.

chegava. Foram poucas as pessoas que romperam com o “pacto de silêncio” em torno do PCFS.

Todavia, esta não fora a primeira vez que alguém notara o embaraço dos *Paiterey* ao responderem sobre o projeto do carbono. Rênesse (2017), menciona que também pretendia pesquisar o PCFS, porém, ao chegar em campo, se deparou com um sistema de contra-acusações entre diferentes grupos de parentes. Ao invés de tentar descobrir “os fatos”, ou quem falava “a verdade” - se é que há apenas uma verdade - Rênesse optou por analisar o sistema das acusações como um todo. Outra pesquisadora que tentou abordar o assunto foi Vanessa Hacon (2018). Ela relata ter tido atritos com os *Gamebey*, que não gostaram do viés da pesquisa dela, cuja perspectiva é bastante crítica aos créditos de carbono e outros pagamentos por serviços ambientais. Mesmo com obstáculos, Hacon escreveu uma tese sobre a governança global na gestão de territórios indígenas a partir do caso Paiter Suruí. Ela argumenta, em sentido parecido com o de Nazira Camely (2018), que a conjugação entre estratégias de combate ao aquecimento global e gestão territorial de territórios indígenas na América Latina inaugurou novos regimes de governo transnacionais e de poder sobre esses territórios e populações.

Apesar disso, o trabalho de campo, além da própria observação participante, possibilitou, através do contato com pessoas e instituições locais, que eu coletasse alguns documentos usados com grupos indígenas, como jornais, revistas, relatórios e materiais didáticos, e isso também reverberou nos rumos da pesquisa. Compõem esse corpus: Barcellos (2015, 2018, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2019e, e 2019f), Santos (2019), Ferronato e Souza (2019), Revista Agro&Ecologia (2022) e algumas edições dos periódicos A Gazeta de Rondônia⁹ e Diário da Amazônia¹⁰.

Desse modo, assim como Rênesse e Hacon, precisei contornar a resistência dos *Paiterey* em falar sobre o projeto do carbono. Nesse sentido, com base nos documentos encontrados *online* e em campo e inspirada nas leituras de autores indígenas e nos estudos multiespécie - sobre os quais discorrerei na próxima seção - optei por deslocar o foco do

⁹ **A Gazeta de Rondônia**, Rondônia, Ano XXVIII, nº 4107 (Terça-feira, 06 de setembro de 2022), nº 4109 (Sexta-feira, 09 de setembro de 2022), nº 4110 (Fim de semana, 10, 11 e 12 de setembro de 2022), nº 4114 (Sexta-feira, 16 de setembro de 2022), nº 4118 (Fim de semana, 17, 18 e 19 de setembro de 2022) e nº 4118 (Quinta-feira, 22 de setembro de 2022).

¹⁰ **Diário da Amazônia**, Rondônia, Ano XXVIII, Edições nº 8150 (Sábado, Domingo e Segunda, 3, 4 e 5 de setembro de 2022), nº 8153 (Sexta-feira, 9 de setembro de 2022), nº 8154 (Sábado, Domingo e Segunda, 10, 11 e 12 de setembro de 2022), nº 8158 (Sexta-feira, 16 de setembro de 2022), nº 8159 (Sábado, Domingo e Segunda, 17, 18 e 19 de setembro de 2022), nº 8162 (Quinta-feira, 22 de setembro de 2022) e nº 8153 (Sexta-feira, 23 de setembro de 2022).

PCFS para os múltiplos projetos de reflorestamento em Rondônia. São iniciativas conduzidas por indígenas e não-indígenas, isto é, pelos filhos e netos dos “colonos” migrantes do INCRA, que desmataram essas mesmas terras. Esses jovens estão tentando “desfazer”, ou “consertar”, o que seus pais fizeram, como um deles me disse, a despeito das dificuldades que encontram pelo caminho.

Embora possa parecer contraditório estudar reflorestamento em um dos estados da Amazônia Legal que mais perdeu vegetação nativa proporcionalmente a sua área (27,81%)¹¹, penso que contar a história dessas iniciativas, do que acontece depois da catástrofe (STENGERS, 2015), da “década de destruição” (cf. COWELL e RIOS, 1984), é uma forma de adiar o fim do mundo, como diz Krenak (2019). A pesquisa me mostrou que Rondônia não é apenas terra de queimada¹², pasto e grilagem. É isso também, mas não só. Rondônia é indígena - *sobretudo indígena* - e é também ambientalista, vide os projetos de reflorestamento e restauração ecossistêmica aqui analisados. O campo, em particular, me ajudou a matizar uma imagem demasiado preta e branca sobre as relações locais.

Seguindo plantas: algumas considerações metodológicas

A etnografia multissituada foi caracterizada por George E. Marcus, em “Ethnography in/of World System: The Emergency of Multi-Sited Ethnography”, como “um exercício de mapeamento de terreno” (1995, p. 99, *tradução livre*)¹³. Ela pode ser entendida melhor em termos metodológicos do que temáticos, diz ele, tendo em vista que procura desestabilizar a dicotomia entre local e global. Ao mover-se entre diferentes locais e escalas, as etnografias multissituadas não visam produzir imagens mais *holistas* sobre seus objetos. Na verdade, visam descrever a conexão entre esses múltiplos lugares, demonstrando como o global

¹¹ Fiz uma regra de três com a área do estado de Rondônia e o desmatamento acumulado a fim de calcular quanto do desmatamento acumulado equivaleria proporcionalmente à área do estado. Peguei os dados da população projetada na Wikipédia, que são originários do IBGE (fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_unidades_federativas_do_Brasil_por_densidade_demogr%C3%A1fica, Acesso em: 14 de fevereiro de 2023), e os dados de desmatamento do INPE, **TerraBrasilis** (Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation?hl=en>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023).

¹² Uso o termo “queimada” para me referir ao modo como os colonos rondonienses manejam, ou deixam de manejar, o fogo. Para outras técnicas de uso do fogo, outros termos seriam mais apropriados, como incêndio, que indica acidente, ou até mesmo manejo, no caso da agricultura de coivara, como se verá adiante. Ver FAGUNDES (2019) para uma discussão a respeito do manejo do fogo.

¹³ No original: “an exercise in mapping terrain”.

emerge deles (*ibid.*)¹⁴. Segundo Marcus, elas podem ser subdivididas em seis tipos: aquelas que seguem as pessoas; as que seguem as coisas; as que seguem o enredo, a história ou a alegoria; as que seguem a vida ou biografia; as que seguem o conflito; e as que são estrategicamente situadas (*single-site*).

As etnografias que seguem as coisas - dentre as quais está a ANT (teoria-ator-rede, no original: *actor-network-theory*, ou “formiga”), de particular relevância para esta pesquisa - geralmente seguem coisas materiais, como *commodities*, dinheiro, patentes e propriedades intelectuais (*id.*, p. 107). Nessa perspectiva, Latour (2005), ao lado de Callon e Anne Marie Mol, argumenta que o social não é um domínio separado da vida. De acordo com o autor, “o ‘social’ não é alguma cola que poderia consertar tudo, incluindo o que outras colas não podem; ele é o que é colado junto por muitos outros tipos de conectores” (p. 5, *tradução livre*)¹⁵. Assim, Latour propõe recentrar nossa atenção nas *associações* entre os pontos da rede, sejam eles atores ou coisas. Para tanto é preciso “estender a lista de atores e agências; aprofundar os conflitos sobre a metafísica prática; abandonar a naturalidade da divisão artificial entre as ‘dimensões’ social e técnica; perseguir áreas pouco visitadas até agora; novas formas de encontrar controvérsias mais gratificantes” (*id.*, p. 87, *tradução livre e adaptada*)¹⁶.

Nesse sentido, meu objeto expande a lista de atores da rede socio-técnica em torno dos pagamentos por serviços ambientais, sobretudo dos créditos de carbono, ao incluir uma outra “coisa”, isto é, as espécies vegetais, além dos documentos e eventos de organizações internacionais na descrição que almejo fornecer. Inclusive, o título da dissertação durante muito tempo foi “Nas pegadas do carbono”, um jogo de palavras entre uma métrica de impacto ambiental comumente usada por agentes do mercado, a “pegada de carbono” (*carbon footprint*)¹⁷, e a proposta de *seguir a rede* da ANT. Mesmo que o título não seja mais este, foi justamente seguindo as “pegadas” do carbono que cheguei até as plantas. O caminho que trilhei eventualmente se dividiu em dois: ou elaborar uma etnografia do mercado do carbono, ou uma etnografia multiespécie sobre as plantas. Como em alguns momentos é

¹⁴ Marcus (1995) afirma que as etnografias multissituadas foram orientadas principalmente pela antropologia marxista, política e econômica e também pela história (p. 97).

¹⁵ No original: “‘social’ is not some glue that could fix everything including what the other glues cannot fix; it is what is glued together by many other types of connectors”.

¹⁶ No original: “the list of actors and agencies; a deepening of the conflicts about practical metaphysics; an abandonment of the artificial divide between social and technical ‘dimensions’; a pursuit through areas scarcely visited until now; a new practice of finding controversies more rewarding”.

¹⁷ Metida em CO₂, a “pegada de carbono” é uma métrica que avalia o total de emissões de GEEs causadas por uma pessoa, organização, serviço ou produto. A ideia é dimensionar o impacto ambiental de indivíduos e empresas, gerando conscientização sobre a relação entre os estilos de vida e o meio-ambiente.

preciso cortar a rede (STRATHERN, 1996), pois os eventos não duram para sempre, os grupos se dissipam e a propriedade desfaz as relações com frequência, optei por percorrer o caminho menos trilhado. Até porque a outra opção, seguir o carbono pela economia e não pela ecologia, já foi descrita em detalhes por Hacon (2018), que abordou justamente o projeto do carbono suruí em sua pesquisa de doutorado.

Ainda em tempo, é importante frisar que a rede que descrevo é heterogênea. Os interlocutores desta pesquisa não formam um grupo, ao contrário, fazem parte de grupos diferentes que se formam e se desfazem, rearranjando-se conforme as circunstâncias. Estes grupos não são dados de uma e só vez, antes são a cada vez e novamente. Logo, não compartilham necessariamente uma identidade entre si. Além disso, esta etnografia é apenas estrategicamente situada, pois não só me desloco por três lugares, a Terra Indígena Sete de Setembro (TISS), o Viveiro Cidadão da ONG Ecoporé e a *Estância Sol y Calor*, como também tento entender algo mais amplo sobre o sistema dessas conexões (MARCUS, 1995, p. 111), a saber, como reanimar o mundo depois da Catástrofe (*cf.* STENGERS, 2015).

Ademais, a questão de que modo analisarei os documentos a que tive acesso começa a ser respondida ao considerá-los eles próprios um campo de indagação (MUZZOPAPPA e VILLALTA, 2011). É fundamental refletir sobre as práticas de quem os formulou, sobre seus termos, suas técnicas, bem como sobre o sentido da narrativa que constroem. Nas palavras de Viana

As gramáticas por eles mobilizadas revelam limites discursivos dados por sua posição e atribuição em cenas específicas, mas também suas margens de agência, escolha e expertise. Crer e descrever da ficção que esses personagens documentados nos apresentam é parte, portanto, do nosso trabalho de dialogar com eles, torná-los “nossos” e, ao mesmo tempo, sermos por eles conduzidos, seduzidos e, quem sabe, enganados. Na etnografia documental contamos, refletimos e delineamos, portanto, algo desse encontro arisco, tenso e cheio de afetos que empreendemos com essas vidas feitas de papel, arquivo e administração. Nossas precauções, como em qualquer etnografia, envolvem levar a sério o que nos é mostrado, o modo como essa exibição se ordena, a multiplicidade de vozes e mãos presentes na sua confecção, sua dimensão material, seu lugar em cadeias de outros documentos e ações, suas lacunas e silêncio. (2014, p. 48).

Antes de prosseguir, preciso explicitar que esta pesquisa parte do ponto de vista do clã *Gameb* para falar do PCFS. Mesmo pensando os documentos como um local do campo também a ser indagado, é preciso lembrar que muitos destes documentos não foram elaborados pelo conjunto do povo Paiter Suruí, mas por um grupo específico de pessoas, a maioria parentes de Almir Suruí e, portanto, membros da Associação Gamebey, visto que são

todos *Gameb* e cada clã paiter tem sua associação¹⁸. Entretanto, isto não significa assumir este ponto de partida como a única narrativa possível sobre o assunto. Ao contrário, em vários momentos aqui ela é tensionada frente a outras informações.

Voltando à questão das coisas, ou, mais precisamente, dos não-humanos, segundo Kirksey e Helmreich (2020), um novo campo, os estudos multiespécie, emergiu recentemente a partir de três linhas: os estudos ambientais, os estudos sociais da ciência e da tecnologia¹⁹ e os estudos animais. As etnografias multiespécie dão “ênfase inédita na subjetividade e na agência de organismos cujas vidas estão emaranhadas às vidas humanas” (p. 273), de modo a inaugurar um novo gênero de escrita antropológica, dizem os autores. Apesar de animais, plantas e/ou elementos da paisagem não serem novidade nas etnografias, a descrição feita sobre seres mudou. Nas etnografias multiespécie, tais

criaturas que, antes, só apareciam nas margens da antropologia – como parte das paisagens, como alimento para seres humanos, ou como símbolos –, estão sendo promovidas ao primeiro plano em etnografias recentes. Animais, plantas, fungos e micróbios, anteriormente confinados, nos relatos antropológicos, ao reino da zoe ou “vida nua” – aquilo que é matável –, começaram a figurar na companhia dos humanos, no reino da bios, como legíveis portadores de vidas biográficas e políticas (cf. Agamben 1998). (*id.*, p. 274).

É esse deslocamento narrativo que me interessa e que tento efetuar no capítulo três, em particular.

Entretanto, as etnografias multiespécie centraram-se durante algum tempo em animais (HARAWAY, 2021; VAN DOOREN, KIRKSEY e MÜNSTER, 2016). Na etnologia ameríndia, por exemplo, observa-se uma ênfase nos estudos sobre a caça decorrentes do perspectivismo (VIVEIROS DE CASTRO, 1996 [2002]; LIMA, 2016). Atualmente, porém, nota-se uma virada com pesquisas do campo sobre plantas (FAUSTO, 2004; KOHN, 2013; LIMA, 2018; CABRAL DE OLIVEIRA 2016, 2020; CABRAL DE OLIVEIRA *et. al.*, 2020; SHIRATORI, 2019), fungos (TSING, 2015, 2019), bactérias, vírus e outras criaturas. Alguns têm chamado esse movimento de “virada vegetal” (COCCIA, 2020), outros de “giro ecoterritorial” (SVAMPA, 2019), em comum, esses autores trazem para o primeiro plano elementos que, embora estivessem presentes em pesquisas anteriores, eram geralmente retratados como pano de fundo. Vários destes autores também dialogam com a crítica das

¹⁸ Os Paiter Suruí dividem-se em quatro clãs exogâmicos e patrilineares: *Gameb* (marimbondo preto), *Gamir* (marimbondo amarelo), *Makor* (taboca), e *Kaban* (mirindiba/cupari), que surgiram de uma cisão uterina Cinta-Larga. É permitido aos homens casarem-se com mais de uma mulher, sendo comum o casamento com um grupo de irmãs em razão da regra de residência, pois o homem vai morar com a esposa após o casamento. O casamento preferencial é com a filha da irmã (ZD).

¹⁹ As contribuições oriundas da ANT para os estudos sociais da ciência e da tecnologia são inestimáveis. O próprio trabalho de Latour (1994) é um deles.

ciências humanas ao Antropoceno e a uma perspectiva ambientalista demasiado antropocêntrica e eurocêntrica.

Como se aproximar, então, ouvir e escutar outras criaturas, especialmente plantas? Anna L. Tsing, guiada pelas artes e pela ecologia²⁰, propõe um método que ela chama de “artes da atentividade”, ou *arts of noticing* no original (Tsing, 2015, 2019). A proposta renova o compromisso com o trabalho de campo e a observação em campo, mas desta vez é uma observação atenta a outras formas de vida além da humana. Desse modo, as plantas não precisam ter voz para serem ouvidas, basta que aprendamos a reconhecer seus sinais, suas respostas. "Antes de 'falar em nome de', o esforço está em 'saber escutar' o que surge a partir dela [a Natureza]" (GUDYNAS, 2021, p. 171). Assim como na comunidade surdo-muda existe o intérprete, a tarefa que urge, portanto, é aprender a(s) linguagem(ns) dos vegetais e tornar-se um *intérprete* dessas linguagens e comunidades, ou seja, alguém que intermedeia e traduz para aqueles que ainda não aprenderam a interpretar por si.

Sob esse aspecto, as populações indígenas e comunidades tradicionais ao redor do globo, assim como os biólogos/ecólogos, possuem vários modos, *técnicas*, para ouvir e interpretar esses seres que compõem o que, em contextos ocidentalizados, chama-se de natureza. No caso desta pesquisa, os conhecimentos dos interlocutores humanos - indígenas, pequenos agricultores e biólogos da restauração ecossistêmica - também informam minha interpretação das espécies vegetais.

Mas em meio a tantas interpretações, qual “natureza” desejamos ouvir/interpretar? A natureza dos modernos, solitária e oprimida (PRIOGOGINE e STENGERS, [1984] 1991; HARAWAY, 1995), ou a natureza enquanto ecossistema, isto é, um conjunto que agrupa elementos que mantêm relações entre si (TANSLEY, 1935)²¹? Ou seria Gaia, a biosfera autorregulada de Lovelock (1975, 1979)? Talvez a Pacha Mama e seus mil nomes nas muitas línguas indígenas, sempre ancoradas nas relações locais? Não me interessa negar a existência de nenhuma dessas naturezas, pois nenhuma delas é falsa ou menos criadora de mundos. Na realidade, estas naturezas são simultâneas e as técnicas que usamos para ouvir uma nem

²⁰ A teoria da construção de nicho é fonte de inspiração recorrente nos estudos multiespécie, antropológicos ou não. Ver Odling-Smee, Laland e Feldman (2003) e Odling-Smee (2013) para saber mais sobre o campo.

²¹ Expandindo a noção ainda embrionária de “bioma” de Clements (1916, 1934), que posteriormente se tornaria um conceito bem estabelecido na biologia (CLEMENTS, 1949), Tansley (1935) propõe o conceito de “ecossistema” a partir de uma analogia com a física. Para ele todo sistema, seja este mais ou menos isolado ou autônomo, é organizado e a separação dos organismos só ocorre ao nível do estudo humano, pois na natureza as partes do sistema, ainda que formem indivíduos, nunca estão separadas umas das outras de verdade, uma vez que o sistema é uma totalidade/unidade em si.

sempre se aplicam às outras. Aqui, procuro me aproximar de uma natureza informada pelos conceitos indígenas, mas não só (GUDYNAS, 2021). É uma natureza que não descarta o uso da palavra natureza, mas que nem por isso é uma natureza isolada. É uma natureza que estabelece novas alianças (PRIOGOGINE e STENGERS, [1984] 1991), que tem biografia e agência. Para isso, procuro reconstruir a história de algumas espécies vegetais com as quais cruzei em Rondônia, assim como as relações que estabeleceram com alguns humanos.

Ademais, no debate sobre a economia verde, muito se discute os instrumentos de mercado que possibilitarão uma economia de baixo carbono (STERN, 2006; MEA, 2005; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992, 1997, 2015; HACON, 2018;). Mas pouco é falado sobre a biodiversidade que sustenta a própria existência desses instrumentos de mercado, donde a relevância de discutir a materialidade de quem some com o carbono, por exemplo, e atuar como intérprete dessas espécies vegetais.

A respeito da estrutura da dissertação

De modo geral, a estrutura da dissertação foi pensada segundo um losango, isto é, a descrição apresentada aqui caminha do local para o global a fim de retornar para o local. Dito de outra forma, no primeiro capítulo, discorro sobre o que acontece durante a implementação dos programas colonização e desenvolvimento em Rondônia para, em seguida, acompanhar a resposta planetária de Gaia à aceleração humana e, no terceiro capítulo, observar a vida em Rondônia após esses eventos.

No capítulo 1, “Os sentidos do progresso”, comento momentos marcantes do trabalho de campo. Também discuto a ideologia por trás dos programas de colonização do INCRA em Rondônia entre as décadas de 1960 e 1980, assim como a participação do governo militar e a presença predominante de pessoas do sul nos mesmos.

Ampliando o foco, no capítulo 2, “No rescaldo do progresso: a Intrusão de Gaia”, penso a emergência do ambientalismo, da economia verde e do desenvolvimento sustentável em meio a um novo sistema de governança global e a uma crise ambiental. Além disso, abordo algumas críticas às noções de serviços ecossistêmicos e pagamentos por serviços ambientais (PSA), assim como a ideia de uma economia de baixo carbono.

No último capítulo, “Manifestando paisagens habitáveis: modos de interpretar as plantas”, retorno ao campo com três estratégias que encontrei para fazer a diversidade

ressurgir e para reconhecer tal ressurgimento. Uma delas, notar, a partir da observação constante da fauna e da flora, descobre-se não mais isolada, mas sim rodeada de muitos seres; a outra, experimentar, visa conhecer espécies e conhecimentos de outrem; e a última, compor, busca conciliar interesses diversos. Nesse capítulo, também apresento informações sobre as mudas reflorestadas, como de que espécies, gênero e família são (ver tabela ao final da seção “Quem, afinal, some com o carbono: interpretando as plantas em conjunto”). Discuto ainda similaridades e dissonâncias entre as três práticas de reflorestamento.

Por fim, na conclusão, é possível encontrar um resumo de alguns pontos tratados ao longo da dissertação. Além dos capítulos e da tabela, compõe a dissertação um glossário paiter suruí / português, anexado ao final da dissertação. O elaborei ao longo da pesquisa, juntando como uma formiguinha palavras espalhadas em diferentes documentos, para devolver aos *Paiterey* algo que possa interessar-lhes.

Não obstante, dada a familiaridade incômoda e a proximidade com algumas pessoas aqui descritas, preferi usar pseudônimos, sinalizados em itálico ao longo do texto, ao nomeá-las, assim como os lugares que habitam. O objetivo não é apenas preservar a identidade delas, é também um recurso narrativo que encontrei para me distanciar emocionalmente e tecer-lhes algumas críticas. Quanto aos diferentes tons da escrita - ora mais aproximado, ora mais distante, às vezes técnico, às vezes literário - eles refletem as diferentes afecções pelas quais a autora passou. O texto também é fruto de um exercício de escrita segundo o qual procurei: 1) usar palavras indígenas na língua original e não apenas uma tradução; 2) desenvolver traduções cujos equívocos fossem menores; e 3) tomar as plantas como foco. Só o tempo, e os leitores, dirão quais efeitos tal descrição suscitou.

I. Os sentidos do progresso

O cheiro

Ao descer do avião em Porto Velho, um ambiente de temperatura e ar controlados, fui engolfada pelo ar quente, muito embora já fosse madrugada, e por um odor acre custoso de descrever. Embora fizesse calor, havia uma névoa - hoje diria ser uma cortina de fumaça - me esperando do lado de fora do avião. Junto do calor e do cheiro de carvão queimado, essa névoa era responsável por deixar o ar do lugar sufocante, opressivo. Na época, ainda se usavam máscaras por toda parte em São Paulo, mas não em Rondônia, como descobri depois. No entanto, estar com uma máscara naquele ambiente era tão ou mais sufocante porque o odor acre se impregnava no tecido da máscara, reforçando o fedor. Esse cheiro de queimado que me tomou de supetão me acompanhou pelos 500 quilômetros que percorri da capital até Cacoal de ônibus. Passei a viagem intrigada por essa estranha combinação entre calor, céu azul e nevoeiro. Demorei para entender que essa neblina era, na verdade, a floresta queimando - o que agora me parece óbvio. Em Cacoal, me explicaram que a fuligem das queimadas só vai embora quando chove, mas a chuva só chega em outubro. Assim, enquanto a chuva não chega, as pessoas respiram a morte da floresta.



Figura 1: Vista da BR-364 no trecho Porto Velho - Cacoal. Foto: Tainá Scartezini, 2022.

Em meio a fumaça, o sol nasce dia após dia como uma bola de fogo. Um cenário que ora me fazia lembrava de “Blade Runner 2049”, ora do quadro “Impressão, nascer do sol” de Monet, uma aurora pintada sob a “névoa” de carvão da Revolução Industrial. Em Rondônia, enquanto os astros estão próximos à linha do horizonte, eles já não têm mais as cores pelas quais aprendemos a reconhecê-los: o amarelo e o prata. Lá, o sol nasce e se põe magenta (imagens 2 e 3) e a lua, vermelha.

Tuga, um descendente de colonos que opera uma balsa não motorizada de domingo a domingo das 9h às 21h desde 1996 - quase a totalidade da minha vida - acredita que a lua vermelha “é um sinal de que Deus é a favor das queimadas”²². O balseiro, que me levou à noite até a *Estância Sol y Calor*, usa apenas um boné verde com a estampa “Bolsonaro 2022” e um calção jeans. O torço, sempre exposto, é do mesmo vermelho queimado de sol que cresci vendo nos meus parentes que trabalhavam na lavoura. *Tuga* trabalha sozinho, à exceção de um radinho que carrega no bolso. Ali não há sinal de telefone, tampouco de *internet*, portanto, um celular não faria a menor diferença. Quando fica doente, o cunhado de *Tuga* o substitui, pois sem alguém para operar a balsa, não há como atravessar o rio sem ter de contorná-lo por via terrestre, um trajeto que pode levar muitas horas. Apesar de nossas evidentes diferenças (cosmo)políticas, senti simpatia por ele. Em todos esses anos, enquanto eu estive em tantos lugares, lá estava ele, na balsa. Reforço que foi *simpatia*, não pena, que senti, porque, apesar de nossas diferenças, *Tuga* é bem-humorado, conversa com todo mundo, e o rio, de águas turvas, impenetrável na noite escura longe das luzes da cidade e das estrelas, me acalmava.

²² cf. CADERNO DE CAMPO, p. 64, 79).



Figura 2: Nascer do sol na BR-364 no trecho Porto Velho - Cacoal. Foto: Tainá Scartezini, 2022.



Figura 3: Zoom do nascer do sol na BR-364 no trecho Porto Velho - Cacoal. Foto: Tainá Scartezini, 2022.

Mahmud Darwich é considerado o poeta nacional da Palestina. Durante o exílio nos Estados Unidos, se impressionou com a similaridade entre a questão territorial de seu povo e dos povos indígenas. Em um dos livros do poeta (2020), ao descrever os cheiros das cidades de Acre, Haifa, Moscou, Cairo, Beirute, Paris, Damasco, Túnis e Rabat, diz: “não se deve confiar em cidades que não se podem conhecer pelo cheiro” (p. 96). Sabendo o que sei sobre as cidades rondonienses, não posso dizer o mesmo, pois por lá é preciso desconfiar mesmo das cidades que se conhece pelo cheiro. Não obstante, se o cheiro é de fato a “presença de outrem em nós mesmos” (TSING, 2015, p. 45, *tradução livre*)²³, quem, ou o que, era essa presença que se fazia viva em mim? E que passado esse cheiro condensa em si (*cf. idb.*)? Este capítulo é uma tentativa de responder a estas indagações.

Em 22 de agosto, onze dias antes de chegar em Rondônia, foram registrados 3.358 focos de queimadas na região norte pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O número é maior do que o registrado no “dia do fogo”, em 10 de agosto de 2019, quando fazendeiros queimaram coordenadamente diversas áreas no Pará²⁴ - nove dias depois, inclusive, as cinzas desse dia chegariam em São Paulo no que ficou conhecido como o “dia que virou noite”²⁵. O saldo total do desmatamento na Amazônia em agosto de 2023 foi de 1.661 km², o segundo maior da série história do sistema DETER do INPE, e é 81% superior ao registrado em agosto do ano passado²⁶. Agosto é um dos meses mais secos na região e, como o fogo se propaga com mais facilidade na vegetação seca do que úmida, qualquer foco

²³ No original: “smell is the presence of another in ourselves”.

²⁴FOLHA, SUCURSAL DE SÃO PAULO. “Amazônia tem dia com mais queimadas do que 'dia do fogo', de 2019”. Publicado por **Folha de São Paulo** em 24 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/08/amazonia-tem-dia-com-mais-queimadas-do-que-dia-do-fogo.shtml>. Acesso em: 14 de maio de 2023. Ver também a reportagem: MACHADO, Leandro. “O que se sabe sobre o 'Dia do Fogo', momento-chave das queimadas na Amazônia”. Publicado por **BBC News Brasil** em 27 agosto 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037>. Acesso em: 14 de maio de 2023. E o portal GREENPEACE. “Dia do fogo completa um ano com legado de impunidade”. Publicado por **Greenpeace** em 2023. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/florestas/dia-do-fogo-completa-um-ano-com-legado-de-impunidade/>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

²⁵ G1 SP, REDAÇÃO. “Dia vira 'noite' em SP com frente fria e fumaça vinda de queimadas na região da Amazônia”. Publicado por **G1 SP** em 19 de agosto de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/19/dia-vira-noite-em-sao-paulo-com-chegada-de-frente-fria-esta-segunda.ghtml>. Acesso em 14 de maio de 2023.:

²⁶ WWF, REDAÇÃO. “Amazônia tem 1,6 mil km² desmatados em agosto, 80% mais que em 2021”. Publicado por **WWF-Brasil** em 09 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?82730/Amazonia-tem-16-mil-km-desmatados-em-agosto-80-mais-que-em-2021>. Acesso em: 09 de setembro de 2022. Ver também INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. COORDENAÇÃO GERAL DE OBSERVAÇÃO DA TERRA. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA AMAZÔNIA E DEMAIS BIOMAS. **DETER (Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real)**. Desmatamento – Amazônia Legal – Disponível em: <http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/legal/amazon/daily/>. Último acesso em: 27 de maio de 2023.

de incêndio neste período pode tomar proporções inimagináveis. Em Cacoal, também logo antes da minha chegada, no dia 26 de agosto, houve um incêndio acidental²⁷ iniciado por uma criança, que destruiu cerca de 400 mil m² de uma Área de Preservação Permanente (APP)²⁸, de modo que ainda era possível ver a vegetação carbonizada ao lado da estrada.

A paisagem é desoladora, pois as árvores não caem completamente e viram cinzas. Elas continuam em pé, só que sem vida. Mas esta não é uma paisagem desoladora somente porque são apenas árvores que morrem - como se isto já fosse pouco - ela o é porque são relações que morrem junto destas árvores. São bichos, insetos, fungos, enfim, famílias de outras gentes que se vão. São também sítios sagrados destruídos e espíritos que talvez não mais retornem. Em resumo, são indivíduos com histórias, biografias e relações que se foram. Sobre a individualidade de cada árvore, a botanista Judy Rankin, disse no documentário “A década da destruição”:

Se você olhar de relance, pode pensar à primeira vista que isso é apenas uma massa de folhas verdes indistinguíveis, mas na verdade essas árvores são tão únicas quanto seus amigos. Na realidade, esta é uma antiga amiga nossa. Já acompanho esta árvore há mais de dois anos junto de outra da mesma espécie, olhando a relação dela com as demais plantas e animais, tentando definir como ela interage com eles e a importância dela em transformar uma floresta tropical no que ela é. (In: COWELL, Adrian e RIOS, Vicente. A década da destruição. EP 1 - The mechanics of the Forest + The Storms of the Amazon, *tradução livre*)²⁹.

Portanto, não seria leviano afirmar que esse tipo de fogo destrói a memória de outras formas de habitar e criar mundos, pois substitui o emaranhado de singularidade e historicidades presentes na floresta pela monocultura de soja ou milho, ou pela criação exclusiva de gado. Neste novo arranjo só há lugar para um punhado muito pequeno de espécies e formas de vida. É a luta da agricultura do grão contra a agrobiodiversidade (*cf.* SCOTT, 2017), isto é, de dois modos de se plantar com escalas e associações interespecíficas bastante diferentes.

A atmosfera opressiva a que aludi logo quando pus os pés no chão do estado não passa despercebida pelos moradores locais. Carlos Sperança, colunista do Diário da Amazônia, fez

²⁷ Uso “queimada” ou “queimar” nos casos de focos de fogo intencionais e “incêndio” ou “incendiar” quando os focos não são intencionais, portanto, acidentais.

²⁸ CRUZ, Jaíne Quele Cruz; AFONSO, Matheus. “VÍDEOS: criança causa incêndio que consumiu mais de 400 mil m² de área de preservação em Cacoal, RO”. Publicado por **G1 RO e Rede Amzônica** em 27 de agosto de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/08/27/videos-crianca-causa-incendio-que-consumiu-mais-de-400-mil-m-de-area-de-preservacao-em-cacoal-ro.ghtml>. Acesso em: 05 de setembro de 2022.

²⁹ No original: “If you look you may just think that at first glance this is just a mass of green leaves that are indistinguishable, but, really, these trees are as individuals as you and your friends. In fact, this is an old friend of ours. I’ve been following this tree for over two years now along with the other from the same species looking to its relationship with the other plants and animals, trying to define how it interacts with them and its importance in making what a tropical forest is what it is”.

uma analogia entre o papel regulador da floresta amazônica nos ciclos hidrológicos, os “rios voadores”, e as queimadas, que ele chamou de “rios de fumaça”:

Há pessoas que não aceitam a existência de rios voadores. Embora seja um fenômeno material e aferível, pode sugerir a ideia ridícula de boi voando. A fumaça que se ergue da destruição florestal pelo fogo também é material e aferível, mas, ao contrário do boi, ela voa, como sentem os moradores de cidades amazônicas cujo entorno as queimadas aumentaram em agosto mais que em todos os meses anteriores deste ano, de acordo com avaliação do Inpe. O "rio" voador, na verdade, é uma grande camada de vapor, que, a exemplo da fumaça, também sobe para o céu. A diferença é que em seu longo voo espacial o rio voador leva a base de elementos virtuosos que o agronegócio utiliza sem os pesados custos dos fertilizantes importados para produzir alimentos e riquezas. É até ingênuo negá-lo, torcendo o nariz para a definição poética e a certeza científica de sua existência positiva. A diferença dos rios voadores com os "rios" de fumaça que empesteiam as cidades é que fica difícil negá-los: *os olhos lacrimejam, as narinas aspiram, os pulmões devolvem o que podem, espalham pelo corpo algumas de suas muitas substâncias e retêm venenos perigosos que podem levar a doenças incômodas, custosas e a longo prazo até letais*. Aos que sofrem, só resta desejar que os rios voadores continuem levando vida para esta e as demais regiões e os rios de fumaça poupem as cidades de sua *perturbadora asfixia*. (In: **Diário da Amazônia**, Rondônia, Ano XXVIII, Edição nº 8150, Sábado, Domingo e Segunda, 3, 4 e 5 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/carlos-speranca/os-rios-de-fumaca-grande-revir-avolta-pau-no-coronel-mostrando-as-fucas>. Último acesso em 14 de maio de 2023, *grifos meus*).

De fato, o corpo rapidamente sente os efeitos de tanta fumaça, ao menos o meu sentiu: nariz extremamente seco e dificuldade em respirar sem limpezas nasais constantes. A longo prazo, as queimadas podem causar queima pulmonar e até mesmo câncer, em razão de substâncias presentes na fumaça. Além disso, as cinzas podem intoxicar águas e peixes, que podem vir a ser consumidos por humanos.

As queimadas, no entanto, não são um fenômeno recente na história de Rondônia. Maria “dos índios”, uma indigenista que se mudou para o estado na década de 1970, a tal “década da destruição” do documentário de Cowell e Rios, me falou que naqueles anos a situação era ainda pior. Segundo Maria, “não dava para ver um palmo na sua frente de tanta fumaça”. Como se verá na próxima seção, o que motivou tamanha devastação foi um plano de colonização desenvolvido pelo INCRA sob os governos militares.

Há registros desse modelo de ocupação da região norte por *yaraey*, isto é, com queimadas de grandes proporções, ainda mais antigos. Algumas décadas antes, Lévi-Strauss também registrou seu choque com relação às queimadas de setembro, só que no Cerrado. Ele escreve em “Tristes Trópicos” (1996):

Eis que há semanas o mesmo cerrado austero estende-se diante de meus olhos, tão árido que as plantas vivas pouco se diferenciam das folhas secas que subsistem aqui e ali num acampamento abandonado. *Os vestígios enegrecidos das queimadas parecem a conclusão natural dessa marcha unânime rumo à carbonização*. (p. 341, *grifos meus*).

Assim, se até “1960, Rondônia não era tão diferente do que Rondon encontrou em 1910” (Mindlin, 1985, p.18), apesar dos “vestígios enegrecidos das queimadas” que Lèvi-Strauss já relatava, o que faz a década de 1970 singular é a escalada nas proporções que as queimadas ganharam.

O cheiro, essa qualidade etérea que tanto impregnou minha presença em campo - meu cabelo, minhas roupas, minhas memórias - é também tema do livro “The mushroom at the end of the world”, de Anna L. Tsing, já mencionado aqui, que tomo como ponto de partida e inspiração. A etnografia de Tsing acompanha a rede do cogumelo Matsutake, uma iguaria culinária japonesa bastante apreciada, por três continentes, América do Norte, Ásia e Europa. Ao descrever essa rede, Tsing narra a história de algumas guerras, bem como de seus soldados e refugiados, que acabam se reencontrando nas florestas para coletar cogumelo, uma alternativa de vida para os deslocados. Dentre as características do Matsutake, uma das mais marcantes é justamente seu odor. Tsing pergunta, então

Qual é a história de um cheiro? Não uma etnografia do olfato, mas a história do próprio cheiro, penetrando nas narinas de pessoas e animais e até mesmo estampando as raízes das plantas e as membranas das bactérias do solo? O cheiro nos atrai até os fios emaranhados de memória e de possibilidade. (2015, p. 46, *tradução livre*)³⁰.

Portanto, qual é a história por trás do cheiro das queimadas? Qual a história desse cheiro que traz doenças, de acordo com os Paiter Suruí (*cf.* BASSI, 2018, p. 57), e do qual é preciso tirar de si antes de retornar para as aldeias? É sobre isto que me dedico agora.

A visão

A terra que hoje se chama Rondônia só ganhou este nome em 1956. Antes disso, era conhecida como Território Federal do Guaporé, uma área criada em 1943 com partes desmembradas dos estados do Amazonas e do Mato Grosso a fim de administrar a passagem da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM). Apenas na virada de 1981 para 1982 o território adquiriu o status de estado. Desse modo, pode-se dividir a história de Rondônia em seis momentos: 1) as expedições do século XVIII; 2) a construção da EFMM na virada do século XIX para o XX, durante o primeiro ciclo da borracha (1860-1912); 3) a construção da

³⁰ No original: “What is the story of a smell? Not an ethnography of smelling, but the story of the smell itself, wafting into the nostrils of people and animals, and even impressing the roots of plants and membranes of soil bacteria? Smell draws us into the entangled threads of memory and possibility”.

linha telegráfica pelo Marechal Cândido Rondon na década de 1920; 4) o segundo ciclo da borracha, acompanhado do garimpo de cassiterita, nos anos 1940 e 1950; 5) a implementação de programas de colonização agrária pelo INCRA a partir da década de 1970; e 6) a construção do trecho Cuiabá-MS - Porto Velho-RO da BR-364, que liga o interior do estado de São Paulo ao Acre, e o posterior asfaltamento do trecho em 1983.

No final do século XVIII, em razão de conflitos entre as coroas portuguesa e espanhola, foi construído o Real Forte Príncipe da Beira na divisa entre o Brasil e a Bolívia, às margens de um rio que deste lado da fronteira é chamado de Guaporé, do outro, Iténez. O forte, no entanto, logo foi abandonado devido a acordos assinados entre Portugal e Espanha. Só foi “redescoberto” nas expedições de Rondon, já em ruínas e tomado pela vegetação. Ainda no século XVIII, “pela região também passaram expedições de captura de índios realizadas por colonos e aventureiros, missionários jesuítas, comerciantes, milagres, empresas com interesses na borracha e posteriormente no minério e na madeira” (VIDAL, 2011. p. 23).

Anos depois, em 1912, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré foi inaugurada a fim de escoar a produção de borracha boliviana pelo Atlântico sem precisar passar pelas cachoeiras do rio Madeira. A ferrovia era a contraparte brasileira do Tratado de Petrópolis (1903), segundo o qual o governo boliviano cederia a região do atual estado do Acre para o Brasil, desde que este construísse a estrada de ferro. A ideia de transportar a borracha pelo Atlântico é do engenheiro boliviano José Augustín Palacios, que, em 1846, argumentou que seria mais fácil cruzar a bacia do Amazonas do que a cordilheira dos Andes até o Pacífico. Além disso, o governo dos Estados Unidos, interessado na borracha, ajudou a viabilizar a construção da ferrovia de ambos os lados. Por isso, contratou técnicos e empresários, como Lardner Gibbon, que se deslocou entre Bolívia e Belém em 1852 para testar a ideia de Palacios³¹, e Percival Farquhar³², empresário responsável pela construção do trecho no Brasil³³.

No entanto, a ferrovia foi um fracasso social e econômico. Cerca de 3 a 4 mil homens migravam para a região para trabalhar na construção todo ano, pois a maioria não aguentava

³¹ Relatos da experiência de Palacios podem ser encontrados em PALACIOS, José Augustín. “Exploration of the rivers and lakes of the department of the Beni, Bolivia (from 1844 to 1847) and his notes relatives to the Department of Mojos. s.l.p., Madeira and Mamore Railway Company (1847)”. p.76-138. In: CHURCH, George Earl. **Madeira, from 1749 to 1868 (vol. viii)**. Londres: National Bolivian Navigation Company, 1875. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2943>.

³² Percival Farquhar foi responsável por vários empreendimentos na América Latina, dentre os quais o Canal do Panamá e diversas ferrovias, nem todas bem sucedidas, como a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande da *Brazil Railway Company*, que resultou na Guerra do Contestado, ocorrida na região em que nasci.

³³ Em 1927, o empresário americano Henry Ford tentou desenvolver uma monocultura de borracha no Pará, no atual município de Fordlândia, mas o projeto fracassou.

trabalhar no local mais do que um ano devido às condições adversas, tais como doenças, a exemplo da malária, febre-amarela e disenteria. Ao total, a

ferrovia levou para a região mais de 20 mil trabalhadores de 50 nacionalidades distintas. Sendo que muitos deles pagaram com a própria vida sua participação no projeto, já que as doenças tropicais afetaram profundamente os trabalhadores, nem a contratação do famoso sanitarista brasileiro Oswaldo Cruz conseguiu detê-las. (ROMERO, 2022, p. 76).

Em campo, também ouvi falar que a EFMM teria sido eletrificada porque estava sendo saqueada à noite³⁴, de modo que alguns indígenas morreram eletrocutados ao chegar perto da ferrovia. Outra razão para o fracasso do empreendimento foi o prejuízo econômico. De acordo com Romero 2022, p. 77), os britânicos roubaram sementes de seringais e as levaram para a Malásia, onde tinham colônias, de modo que a borracha amazônica perdeu relevância no mercado internacional.

A construção da estrada de ferro, bem como a instalação da linha telegráfica, provocou a primeira onda migratória significativa de brasileiros de outros estados até a região. A linha telegráfica, supervisionada por Rondon, atravessou o estado de norte a sul. Durante sua implementação entre 1907 e 1914, vários povos indígenas da região, como é o caso dos Paiter Suruí (ZWICH, 2019), estabeleceram os primeiros contatos pacíficos com os forasteiros não-indígenas. Afinal, um dos objetivos de Rondon, conhecido pelo lema “morrer se preciso for, matar nunca”, era realizar expedições científicas pela região (MATIAS, 2001 *apud* VIDAL, 2012, p. 24)³⁵.

Conforme Mindlin, “de 1940 a 1950 novo surto de borracha originou um crescimento de 50% na população do Território, criado em 1943, e a mineração de cassiterita passou a ser um estímulo importante à imigração” (1985, p. 17). Os migrantes, nesta época, eram originários, sobretudo, do nordeste (VIDAL, *op. cit.*, p. 24), perfil que mudaria na próxima década. No entanto, nos anos 1970 e 1980, a borracha brasileira sofreu outras perdas. Dessa vez, segundo Romero (*op. cit.*, p. 78), a Ford tentou fazer plantações de monocultura de borracha, só que as seringueiras (*Hevea brasiliensis*), quando muito próximas umas das outras, ficam vulneráveis ao fungo *Microcyclus ulei*, que causa o “mal das folhas” e pode derrubar plantações inteiras da árvore. Assim,

após o colapso da economia extrativista da borracha, o governo federal e estadual promoveu inúmeras tentativas de colonização e de recuperação econômica objetivando superar o período de retração e estagnação das frentes de ocupação e da

³⁴ MATTOS, Ademir. Comunicação pessoal, 2022.

³⁵ MATIAS, O. F. **Ocupação, políticas públicas e gestão ambiental de unidade de conservação do estado de Rondônia. O estudo de caso do parque estadual Guajará-Mirim.** Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências Exatas, Rio Claro, 2001.

situação de penúria e miséria em que se encontrava a população da Amazônia. Efetivamente, foi na década de 60 que teve início um novo processo de ocupação econômico-demográfico, com a abertura das Rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém e da Rodovia Marechal Rondon, hoje BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho e ainda, com a elaboração e implementação de inúmeros planos e programas de desenvolvimento regional, a partir da segunda metade desta década, durante os governos militares e da Nova República. (MATIAS, 2001, p. 66 *apud* VIDAL, *op. cit.*, p. 24)³⁶.

Durante a ditadura militar brasileira, o governo desenvolveu projetos de infraestrutura e colonização na região norte do país. Expressa em lemas da época como “uma terra sem homens para homens sem terra” ou pela ideia de que a Amazônia seria um “deserto verde” (DIEGUES, 1998, 2007), a visão por trás de tais iniciativas era utilizar a área para resolver conflitos territoriais em outras regiões do país. Contudo, tais projetos não reduziram conflitos, ao contrário, criaram novos (MINDLIN, 1985; VIDAL, 2011; ROMERO, 2022). Os programas de colonização fizeram

as cidades crescerem como cogumelos, o que deu à região o caráter de um faroeste de acirrados conflitos pela terra. Com a colonização, cresceu o mito de que a ascensão social e a propriedade da terra estão ao alcance de todos os destituídos e desempregados do Brasil, mal consigam chegar à fronteira.” (MINDLIN, *op. cit.*, p. 17).

Só na década de 1970 houve sete projetos de colonização administrados pelo INCRA: o Projeto Integrado de colonização (PIC) I Ouro Preto (1970), o PIC Ji-Paraná e Sidney Girão (1973), o PIC Paulo de Assis Ribeiro (1974), além dos Projetos de Assentamento Dirigido (PADS) Burareiro e Marechal Dutra (1976). Em 1981, financiado parcialmente pelo Banco Mundial³⁷, foi lançado o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), cuja intenção era asfaltar e expandir a BR-364 (HACON, 2018), bem como ordenar e expandir projetos de colonização anteriores. Segundo Romero (2022)

os principais objetivos do Polonoroeste eram: contribuir para a maior integração nacional; promover a ocupação demográfica da região noroeste do Brasil; absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando-lhes emprego; aumentar a produção da região e a renda de sua população; reduzir as disparidades de desenvolvimento intra e inter-regionais; e, por último, assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas. (*op. cit.*, p. 86).

É importante lembrar que Rondônia era até 1981 um território e não um estado, portanto, as decisões sobre a região eram centralizadas, isto é, tomadas pelo governo federal e a população local pouco podia opinar sobre os rumos decisórios. “A característica marcante deste

³⁶ *Id.*

³⁷ Sobre o papel do Banco Mundial nos projetos de colonização, desenvolvimentos e infraestrutura no norte do Brasil ver Montebugnoli (2015) e Hacon (2018).

programa foi [...] a coordenação e execução excessivamente burocratizada até chegar à operacionalização das metas junto aos que seriam os beneficiários ou públicos-meta” (MATIAS, p. 81 *apud* VIDAL, *op. cit.*, p. 28)³⁸.

Quanto às exigências de proteções ecológicas e às comunidades indígenas demandadas pelo Banco Mundial ao governo brasileiro em contrapartida ao empréstimo (MINDLIN, 1985, p. 128-9), elas foram parcialmente atendidas. O dinheiro para a criação de áreas de preservação permanente e reservas extrativistas, assim como para demarcação de algumas terras indígenas, entre elas a *Floresta das Pessoas de Verdade* dos Paiteer Suruí, provém desse mesmo recurso do Banco Mundial (MINDLIN, 1985, p. 129; HACON, 2018).

No entanto, tais garantias socioambientais só foram conquistadas após inúmeras queimadas e um verdadeiro genocídio para os povos indígenas, que sofreram grandes perdas populacionais. Inclusive, os desastres socioambientais de Rondônia provocaram uma onda de protestos no Brasil e nos Estados Unidos. A atuação da ONG *Survival International* - na época presidida pelo antropólogo e professor de Harvard David Maybury-Lewis, que realizou pesquisa de campo no Brasil durante o projeto “Harvard-Brasil Central” - é particularmente relevante. Maybury-Lewis recomendou David Price, antropólogo que havia iniciado uma campanha de protesto por meio de cartas ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), parte do grupo do Banco Mundial (MONTEBUGNOLI, 2015, p. 48), como consultor da organização. Além disso, Barbara Bentley, também da *Survival International*, trocou uma série de cartas com Enrique Gerda, então diretor do Departamento da Região da América Latina e Caribe do BIRD, e a ONG Iamá (Instituto de Antropologia e Meio Ambiente), da antropóloga Betty Mindlin, realizou estudos de impacto socioambiental para o Banco (MINDLIN, 1988). Outros dois marcos nessas mobilizações foram o depoimento de José Lutzeberger, ambientalista brasileiro e divulgador da teoria de Gaia de Lovelock³⁹, no Congresso americano (PEREIRA, 2017, p. 35), e a série documental “A década da destruição” (1984), dos jornalistas Andrien Cowell e Vicente Rios.

Além dos projetos oficiais de colonização do governo, empresas clandestinas passaram a atuar na região grilando terras e vendendo-as para os migrantes. É o caso da Cia Itaporanga, dos irmãos José Cândido, Nilo Tranquilo e Romeu Melhorança, grileiros oriundos de São Paulo, os quais vendiam ilegalmente terras indígenas para colonos migrantes que não

³⁸ MATIAS, O. F. **Ocupação, políticas públicas e gestão ambiental de unidade de conservação do estado de Rondônia. O estudo de caso do parque estadual Guajará-Mirim.** Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências Exatas, Rio Claro, 2001.

³⁹ Sobre a hipótese de Gaia ver Lovelock (1975, 1979).

conseguiam vagas nos projetos do governo, mesmo advertidos pelo INCRA e pela FUNAI (MINDLIN, 1985, p. 228; OLIVEIRA, 1997, p. 229; ROMERO, 2022, p. 88-9).

Esse tempo dos projetos de colonização é chamado pelos Paiter Suruí de “o tempo das correrias”⁴⁰ (cf. BASSI, 2018). Para Chicoepab Suruí Dias, um dos efeitos do Polonoroeste para os indígenas foi que “o assédio de madeireiros e garimpeiros se acentuou e, através da própria FUNAI, foram feitos contratos ilegais de comercialização de madeiras em várias Terras Indígenas” (2015, p. 42) e continua:

Na parte sul da TI, onde se encontra o maior desmatamento dentro de nossas terras, é onde estavam antes os cafezais instalados pelos colonos, nas linhas abertas pelo INCRA. Essas linhas, que facilitaram a entrada dos colonos no passado, também facilitaram a entrada de madeireiros anos mais tarde. Sem alternativas econômicas, muitos Paiter Suruí também se envolveram com o corte ilegal de madeira, dentro da TI. Vale acrescentar que, no entorno, após o desmatamento por madeireiros, as áreas desmatadas foram ocupadas, em grande parte, por fazendas de gado. Além do envolvimento com o corte ilegal de madeira, alguns Paiter Suruí envolveram-se com a criação de gado ou arrendaram terras para meeiros, nas áreas de fronteira da TI Sete de Setembro, ampliando os riscos de novas invasões ao nosso território e os conflitos entre os próprios Paiter Suruí" (*idb.*, p. 43-4).

Com o acirramento dos conflitos territoriais na época, que resultaram em mortes de indígenas e de colonos, a situação tornou-se insustentável, até que em 1983 foi demarcada a terra dos Paiter Suruí pelo Decreto nº 88.867 de 17 de outubro de 1983, em uma área que havia sido ocupada por colonos dos projetos do INCRA. Depois da retirada dos colonos, a FUNAI incentivou os *Paiterey* a deixarem suas malocas e a ocuparem as casas e as plantações criadas pelos colonos. Francisco e Apoena Meirelles, sertanistas da FUNAI à época, argumentavam que seria uma forma de dar independência econômica aos índios, pois as necessidades e os desejos pelos objetos dos *yaraey* já se faziam sentir. Ademais, os *Paiterey* também queriam experimentar como seria ser *yara*, portanto, cultivar as roças dos *yara*, morar nas casas dos *yara* e falar a língua dos *yara* era uma forma de conhecê-los, saber como viviam, pensavam, sentiam e de que eram feitos.

Por fim, a BR-364 - aberta em cima de resquícios da linha telegráfica, embora a linha tivesse sido considerada patrimônio histórico pelo Iphan, como me relatou Maria - foi

⁴⁰ Bassi (2018, p. 39-40) argumenta que os Paiter possuem ao menos seis marcadores temporais pelos quais refletem sobre sua própria história. São eles: (1) o Começo do Tempo ou o Tempo da Origem; (2) o Tempo da Floresta ou o Tempo Antigo; (3) o Tempo do Medo ou o Tempo das Correrias; (4) o Tempo do Contato; (5) o Tempo da Demarcação; e (6) o Tempo Atual. O Tempo do Contato corresponde às primeiras relações pacíficas entre os Paiter e os sertanistas e indigenistas da FUNAI, liderados por Francisco Meirelles e Apoena Meirelles, transcorridos durante a ditadura militar brasileira, mais especificamente, entre 1968 e 1969, processo relatado por Mindlin (1985) e retomado por de Renesse (2017) e Bassi (*op. cit.*), segundo quem “não há uma única experiência de contato, ele também não se efetiva em apenas um único evento, mas trata-se de um processo composto por múltiplos eventos” (*id.*, p. 56). Esse tempo é também marcado pelas epidemias de sarampo, gripe e tuberculose trazidas pelos não-indígenas.

construída entre 1960 e 1968. Ela também atraiu moradores para a região, uma vez que previa-se a colonização das margens da rodovia (100 km de cada lado) por 500 mil pessoas (ROMERO, 2022, p. 84). Assim, como a construção da BR demandou mão de obra, a população de Rondônia passou de 85.504 em 1960 para 111.064 em 1970 e 490.154 em 1980 (MINDLIN, 1985, p. 17). Logo, “[a BR 364] se tornou a espinha dorsal que traria levas e levas de colonos sem terra para Rondônia. O lema - ‘integrar para não entregar’ - justificava a violência do processo colonizador imposto aos tradicionais habitantes que não eram contabilizados pela matemática oficial” (LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DA ASSOCIAÇÃO METAREILÁ, 2010 *apud* VIDAL, 2011, p. 25)⁴¹. Todavia, durante os anos em que a rodovia continuou sendo uma estrada de chão o escoamento da produção agrícola regional, já pequena, por vezes era dificultado e até perdido, especialmente na época das chuvas em virtude da dificuldade de transportar a produção em condições tão adversas.

Como disse, os assentamentos e projetos de desenvolvimento de Rondônia, assim como outros empreendimentos na região norte da época, tais como a Transamazônica, foram pensados para resolver conflitos por terra de outras regiões do país. O problema dessa lógica é que ela desconsidera os povos indígenas que já habitavam a região, retirando os direitos deles por terra. Tais projetos de desenvolvimento, que chamei de progresso precário, podem ser compreendidos como uma forma de ação do Estado na paisagem. Uma ação executada por populações pobres, campesinas e deslocadas, é verdade, mas ainda assim postas a agir em nome de um Estado não democrático e de acordo com uma visão de desenvolvimento despreocupada com as populações locais e o meio ambiente.

* * *

Os projetos de colonização na região eram divulgados pelos governos civis-militares por meio de sinais de rádio de longa frequência. F. um morador de Cacoal que conheci durante o campo e cujos pais são alguns dos tantos colonos que migraram para Rondônia na década da destruição, me contou que seu pai ouviu no rádio, enquanto trabalhava na roça, a propaganda do governo e foi assim que decidiu migrar. Os colonos que chegavam em Rondônia e se assentavam pelos projetos do governo, dos quais uma parte era sem terra em seus estados de origem, recebiam entre 40 e 80 hectares de terra de graça, desde que derrubassem até 20% da área para fazer lavoura e construir casas. No entanto, esse limite era

⁴¹ ASSOCIAÇÃO METAREILÁ. *Levantamento socioeconômico*, 2010. Disponível em: www.surui.org.

frequentemente desrespeitado, de modo que as garantias ao Banco Mundial não foram propriamente respeitadas. Eles migraram em busca de condições melhores, mas se depararam na “boca da onça e dos índios” (cf. COWELL e RIOS, 1984) e obrigados a derrubar a vegetação, ou como se diz por lá, a “limpar” a terra.

Diferente da onda migratória anterior, no primeiro ciclo da borracha, em que vieram trabalhadores de nacionalidades variadas, apesar de muitos serem brasileiros do nordeste, nesta a maioria dos colonos veio do sul e do sudeste, sobretudo do Paraná e do Espírito Santo. No caso do Paraná, especificamente, a migração se deve à mecanização agrária e ao uso de pesticidas que acabaram reduzindo a necessidade de mão de obra, bem como às geadas rigorosas que destruíram muitas plantações na época e aos conflitos envolvendo pessoas sem terra (ROMERO, 2022; COWELL e RIOS, 1984).

Enquanto a primeira onda migratória associava a extração da borracha com a construção de uma ferrovia e ao trabalho de nordestinos - no caso dos brasileiros - a segunda onda migratória combina a extração de madeiras, queimadas e a agricultura com a construção de uma estrada e a mão de obra sulista/sudestina. São dois modelos de colonização em jogo, cada qual com suas alianças entre formas de vida, trabalho, origens regionais (por que não étnico-raciais também?)⁴² e planos de desenvolvimento. Não estamos muito distantes das formulações ideológicas que possibilitaram a vinda de camponeses europeus para o Brasil, a saber, a ideia de que trabalho assalariado seria para brancos e, portanto, outras formas de trabalho, a escravidão, seriam para os outros, negros e indígenas. Sob esse aspecto, considerando que para obter o título de propriedade da terra era preciso desmatar e fazer lavoura, fica mais compreensível algumas das razões para priorizar gente do sul nessa empreitada, pois um século e meio antes, eles já haviam feito o mesmo, isto é, queimado e extraído madeira, nas matas do sul.

Esses colonos do “sul”, aqui entendido em sentido expandido como expliquei na introdução, deixaram marcas no local. Perambulando pelos mercados e padarias de Cacoal, encontrei com mais facilidade produtos típicos da região em que nasci do que encontro em São Paulo: o chimarrão, os doces (cuca, grostoli), a nata. Mas não foi só na culinária que a passagem deles ficou registrada, é na paisagem, ou melhor, na destruição dela, que está a marca mais profunda.

⁴² Trabalhadores do nordeste continuaram a migrar para o norte, mas desta vez para trabalhar na Transamazônica (MACIEL e BODANZKY, 2021).

A derrubada da mata era feita de duas formas: pelo corte ou pela queima. Antes de dar início às queimadas, os colonos extraíam toras de madeiras de lei - mogno (*Swietenia macrophylla*) e cerejeira (*Amburana cearensis var. acreana*), principalmente, afinal, o negócio era lucrativo, uma carreta de mogno (*Swietenia macrophylla*) podia chegar a valer 1 milhão de dólares (COWELL e RIOS, 1984) nos anos 1980. Ao olhar para as árvores, eles já pensavam que móvel ela poderia dar (uma mesa, um armário?) e para quem vender (o pessoal de São Paulo ou do Rio?)⁴³. ”Era tudo mato”, não saberia dizer quantas vezes escutei essa mesma frase em Rondônia durante o campo e enquanto crescia no oeste de Santa Catarina.

Já as queimadas, essa técnica social para adquirir a posse da terra, tiveram como consequência a compactação do solo, diferente de outras técnicas de manejo do fogo, como a usada na agricultura itinerante⁴⁴, cujas cinzas fertilizam a terra. Enquanto o manejo do fogo na agricultura itinerante parte de um sistema de ciclos mais longos, cerca de 10 anos (EMPAIRE, 2014) quando se retiram os arbustos, depois derrubam-se as árvores, que ficam secando até serem queimadas, e, ao chegar das primeiras chuvas, faz-se o plantio; a segunda extrai árvores de madeira de lei para comercializá-las e queima sistematicamente o restante, sem adubação nem rotação da produção, assim suplantando áreas biodiversas por monoculturas permanentemente. Não obstante, por causa da pauperização do solo, as pessoas começaram a vender seus lotes, por preços baixos, assim que a terra parava de produzir. Isto provocou a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas. Esse momento pode ser entendido como uma segunda fase na colonização de Rondônia durante a ditadura militar: enquanto na primeira os colonos do sul, camponeses pobres, realizaram o “trabalho sujo” de desmatar e enfrentar os indígenas, na segunda, os latifundiários vindos do sudeste, sobretudo, adquiriram essas terras dos colonos. Por conseguinte, esse solo depauperado, ao invés de ser usado para produzir grãos e alimentos, como o governo militar havia planejado, acabou sendo usado para a criação de gado, que ainda hoje marca a paisagem de quem atravessa o estado pela BR-364.

Apesar disso, os colonos trouxeram consigo suas espécies companheiras (cf. HARAWAY, 2021) da agricultura de subsistência, como arroz, feijão, trigo e hortaliças, por exemplo. Várias não vingaram, dadas as características do solo e do clima - quente o ano todo e com um longo período de estiagem. Aquelas que conseguiram brotar foram quase todas perdidas nos primeiros anos da colonização pela dificuldade em escoar a produção, visto que

⁴³ CADERNO DE CAMPO, p. 77.

⁴⁴ Também chamada de agricultura de coivara ou de corte e queima. É um sistema de cultivo cujo intuito não é desmatar, mas alterar períodos de cultivo propriamente (após a queima e a poda) com períodos de descanso do solo” (CARNEIRO DA CUNHA, 2019, p. 131).

a BR-364 ainda não tinha sido pavimentada. Outras, entretanto, se adaptaram bem à região. É o caso do café (*Coffea canephora*) trazido pelos colonos do Paraná e do Espírito Santo, estados com forte cultura cafeeira. Popularmente chamado de robusta ou conilon, é uma espécie considerada de qualidade inferior ao café arábica (*Coffea arabica*) por conta de seu amargor e por ter o dobro de cafeína, ainda que amplamente utilizado em *blends* de expresso para encorpar a bebida. O café robusta é mais resistente que o arábica, suporta climas mais secos e solos mais áridos, o que fez de Rondônia um lugar propício para seu cultivo. Em 2019, os produtores da Zona da Mata⁴⁵ conquistaram a denominação de origem “robusta amazônica” para os cafês produzidos na região⁴⁶. Quem experimenta o café rondoniense logo sente o gosto de tisana quente achocolatada, como se o café estivesse infuso de cacau e castanha, duas espécies abundantes antes da chegada dos colonos e que ainda resistem a sua presença, aprendendo a misturar-se com eles. Sobre o cheiro de tisana quente achocolatada, ao qual Lévi-Strauss alude ao cheiro em Tristes Trópicos, ele diz:

é simplesmente o cheiro da vegetação tropical e da decomposição orgânica. Um cheiro que súbito faz compreender como este solo pode ser aquele que produz o cacau, assim como na alta Provença, às vezes, os odores de um campo de alfazema semimurcha explicam que a mesma terra também possa produzir a trufa (1996, p. 342).

⁴⁵ Conjunto de 15 municípios: Alta Floresta d’Oeste, Cacoal, São Miguel do Guaporé, Nova Brasilândia d’Oeste, Ministro Andreazza, Alto Alegre dos Parecis, Novo Horizonte do Oeste, Seringueiras, Alvorada d’Oeste, Rolim de Moura, Espigão d’Oeste, Santa Luzia d’Oeste, Primavera de Rondônia, São Felipe d’Oeste e Castanheiras.

⁴⁶ KANETO, Gabriela. **Marco histórico para Rondônia: Robustas Amazônicas conquistam selos de Denominação de Origem.** Disponível em: <https://revistaespresso.com.br/2021/06/01/marco-historico-para-rondonia-robustas-amazonicas-conquistam-selos-de-denominacao-de-origem/>. Acesso em: 09 de setembro de 2022.



Figura 4: Plantação de robusta amazônica com cerca de 2 metros de altura em Cacoal, sítio Don Bento. Foto Tainá Scartezini, 2022.

Entre os resultados dessa história, houve centenas e centenas de quilômetros desmatados. Apenas no período de 1988 a 2022, para o qual se tem registro, o INPE calcula que Rondônia tenha perdido 66.135,00 km² de florestas, equivalente a cerca de 28% da área do estado. Em comparação, o desmatamento acumulado para a Amazônia Legal⁴⁷ no mesmo período é de 481.843 km², aproximadamente 9% da área da região. Na última metade, de 2003 em diante, a taxa de desmatamento entrou em queda devido, entre outras medidas, ao programa anti-desmatamento de Marina Silva. Porém, a tendência foi revertida a partir do governo Temer, tendo um pico durante o governo Bolsonaro, conhecido pelas políticas negacionistas e pelo rechaço à pauta ambiental.

⁴⁷ O conceito foi criado em 1953 pelo governo brasileiro para promover o desenvolvimento socioeconômico da região norte do país. Com uma área de 5.217.423 km², ou aproximadamente 60% do território brasileiro, abarca, total ou parcialmente, nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão. Tem. Seu ecossistema é composto majoritariamente pelo bioma amazônico, contendo também 20% do Cerrado e parte do pantanal mato-grossense. Além disso, representa 67% das florestas tropicais do mundo, donde sua relevância.

Com relação a Rondônia, percorrer as estradas do estado é dar-se conta de que as margens da BR-364 ainda são as áreas mais desmatadas. É essa “espinha de peixe” (YOKOTA, 2013 *apud* ROMERO, 2020, p. 134), como se diz por lá, que se vê na figura 6 abaixo. No mapa, a linha vermelha representa a BR, as áreas avermelhadas indicam áreas desmatadas e, as verdes, áreas preservadas. Também é possível ver a continuação da rodovia até o Acre na parte superior do mapa, assim como a rodovia que vai até Costa Marques, município na fronteira com a Bolívia, ao centro do mapa. Entre as duas rodovias, há uma grande área verde. Ali ficam a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e o Parque Nacional Serra da Cutia, regiões que não são habitadas pelos colonos e, por isso, preservam características que outras sociabilidades manifestam.

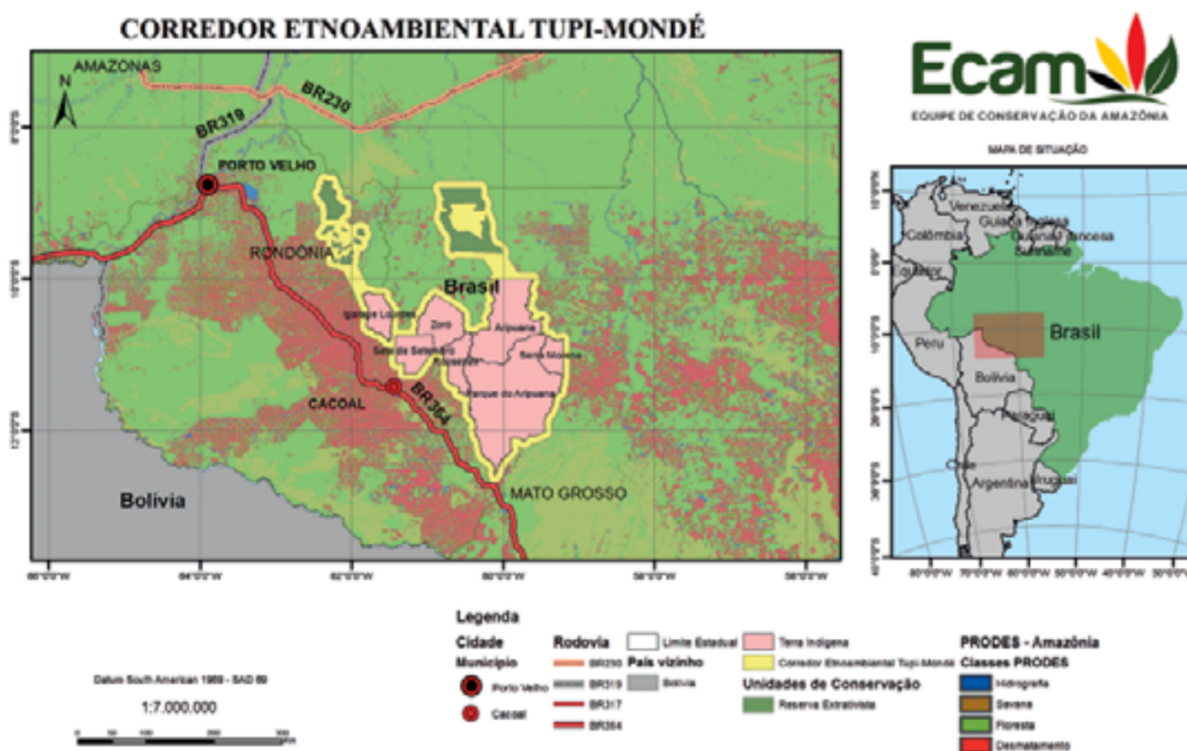


Figura 5: Corredores Ambientais na Amazônia Ocidental. In: LITTLE, P., 2012, p. 25.

Um efeito inesperado do que foi a colonização de Rondônia é a revisão dos critérios de avaliação socioambiental do Grupo do Banco Mundial. Como já mencionado, antropólogos e ONGs questionaram as reais preocupações da instituição com as salvaguardas ambientais e com os povos indígenas durante o Polonoroeste. Em razão disso, o banco reviu seus critérios para concessão de financiamento, passando a colaborar mais frequentemente

com ONGs, especialmente a Environmental Defense Fund e a WWF (ZWICH, 2019), e a escutar as comunidades locais.

Assim, tentando corrigir alguns dos impactos negativos do Polonoroeste (*id.*; HACON, 2018; MONTEBUGNOLI, 2015), o BIRD, do Banco Mundial, começou a discutir ainda em meados de 1986 o que seria um Polonoroeste II, que foi eventualmente subdividido em Planaflo (1992) para Rondônia e Prodeagro (1993) para o Mato Grosso. Diferente do Polonoroeste, estes dois programas tentaram incorporar as comunidades locais afetadas já nos estudos de concepção dos projetos. Conforme Hacon (*op. cit.*, p. 96-7),

Contando com orçamentos iniciais previstos no valor total de US\$ 228,9 milhões (Planaflo-RO) e US\$ 285,7 milhões (Prodeagro-MT), ambos os programas foram financiados por recursos públicos conjugados a recursos do Banco Mundial, estes últimos a título de empréstimo, executados, inicialmente, pelos governos estaduais e, depois, junto a uma série de entidades e associações da sociedade civil organizada. Em comum, ambos se apoiaram sobre o instrumento de zoneamento agro-ecológico (mais tarde renomeado zoneamento econômico-ecológico), introduzido como “uma tentativa inovadora de trazer algum tipo de ordenamento aos padrões agrários caóticos [destes dois estados] e consolidar áreas para a conservação”. A partir da definição, por meio deste instrumento, das áreas prioritárias para a conservação e manejo dos recursos naturais, a principal estratégia adotada foi a demarcação, implementação e reavivitação de terras indígenas, reservas extrativistas, unidades de conservação e florestas nacionais. [...] O Planaflo possibilitou a identificação de 28 Reservas Extrativistas, a demarcação de 24 e a criação efetiva de 21 RESEXs estaduais, em um total de 1,3 milhão de hectares; a demarcação de 5 terras indígenas, em um total de 500.000 hectares, e reavivitação de 12 terras indígenas previamente demarcadas, cobrindo um total de 4,7 milhões hectares e ampliando tais territórios em 670.000 hectares, em relação às demarcações anteriores ocorridas, inclusive, no âmbito do Polonoroeste 147 ; além do estabelecimento de 11 unidades de conservação e 11 flonas, correspondentes a 4,8 milhões de hectares 148 . Dentre as terras indígenas contempladas pela reavivitação e ampliação executada pelo Planaflo estava a Terra Indígena Sete de Setembro, dos Paíter Suruí, sujeita, assim como as demais, a invasões e dilapidação dos seus recursos naturais. No seu conjunto, as terras indígenas e áreas de proteção ambiental criadas e abarcadas pelo Planaflo corresponderam a 30% do território de Rondônia.

Como o objetivo final era reduzir as taxas de desmatamento, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992,

O BIRD reconheceu o erro [cometido no POLONOROESTE] e aproveitou a RIO-92 para apresentar o PLANAFLO como um grande trunfo: um exemplo de modelo de desenvolvimento capaz de criar unidades de conservação, promover o sustento da população local por meio de atividades de extrativismo vegetal e recuperar áreas degradadas (FERRAZ, 1995 *apud* MONTEBUGNOLI, 2015, p. 98)⁴⁸.

No entanto, o Planaflo não resistiu a virada do milênio. Segundo Montebugnoli (*id.*, p. 124-5), em 1998, o senador Ernandes Amorim (PPB/RO) denunciou o governo de Valdir Raupp (PMDB/RO) por desvio de verbas do programa. Como consequência das denúncias de

⁴⁸ FERRAZ, P. “Denunciado projeto do Bird na Amazônia”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 de junho de 1995, Geral, p. A16.

corrupção, o BIRD congelou os repasses monetários, e, em 1999, José Bianco, candidato pelo PFL (Partido da Frente Liberal), foi eleito governador do estado, para quem o desenvolvimento sustentável era discurso do passado. De todo modo, mesmo descontinuado, o Planaflo inaugurou uma nova forma de gerir áreas protegidas a partir de uma rede de governança internacional na qual o *advocacy* das ONGs ambientalistas ocupa papel central, segundo argumenta Hacon (2018).

A esse respeito, esta dissertação, embora comente sobre a rede de *advocacy* e de atores internacionais que os múltiplos projetos aqui mencionados mobilizaram, especialmente no próximo capítulo, não se estenderá no assunto, pois o foco é descrever um nó da rede que ainda não foi descrito: as espécies botânicas em suas associações com vidas humanas e além. É sobre isso, no âmbito da economia verde e do desenvolvimento sustentável, que discorrerei no capítulo 2. Antes, porém, é preciso mencionar algumas características do ecossistema em questão.

* * *

As queimadas e o desmatamento da região também levantam questões relativas à perda da biodiversidade e das espécies endêmicas. É incerto quais seriam os efeitos em cascata que a extinção de inúmeras espécies desencadearia. Certo é que a biodiversidade amazônica, reconhecida mundialmente, não é fruto do acaso. Populações que habitaram a região no passado modificaram esse ambiente, assim como indígenas que habitam a região hoje ainda o fazem. Os sistemas de cultivo dessas populações, baseados em um tipo de agricultura intermitente, proporcionou tal diversidade (BALÉE, 1993; RIVAL, 1998, 2009), a ponto de alguns autores, como Magalhães (2016), argumentarem que a Amazônia é uma floresta antropogênica. Um dos indicadores disso é que a terra preta, um tipo de solo super fértil composto por carvão vegetal, cerâmica e materiais orgânicos, só é encontrado próximo a áreas ocupadas por populações no passado remoto.

Quanto à mega biodiversidade da região, ela tem duas peculiaridades. Uma delas é hiperdominância de certas espécies (TER STEEGE *et al.*, 2013), dentre as quais muitas são árvores que vivem por um longo tempo, até 500 anos ou mais em alguns casos. E a outra é justamente a expressiva presença de espécies endêmicas, muitas das quais ainda são desconhecidas da ciência e/ou tem potencial econômico não explorado. Mas, a despeito do possível valor econômico delas, se há algo que os pensamentos indígenas e a perspectiva

biocêntrica na ecologia ensinam, é que a biodiversidade deveria ser um valor em si. Para Gudynas (2021), por exemplo, a Natureza⁴⁹ tem direitos intrínsecos e deve ser preservada mesmo quando os humanos não têm nada a ganhar com isso. Abordarei novamente este assunto ao longo da dissertação.

A região também é conhecida por ser um dos principais sumidouros de carbono terrestres (MALHI *et al. apud* SANTILLI *et al.*, 2005)⁵⁰, o que lhe rendeu o apelido de “pulmão do mundo”. Há, no entanto, um debate desde o começo dos anos 2000 que discute se a região não teria se tornado uma emissora de carbono por causa dos altos índices de desmatamento e queimadas (NOBRE, C. e NOBRE, A., 2002; HUBAU *et al.*, 2020; GATTI *et al.*, 2021), haja vista que a vegetação do bioma libera todo o carbono estocado quando cortada ou queimada. De toda forma, é consenso que o carbono atmosférico e outros GEEs somem da atmosfera principalmente pelas florestas tropicais. Hubau *et al.* (2020) afirma que elas “contabilizam metade do carbono estocado na vegetação terrestre” (p. 80, *tradução livre*)^{51 52}.

Além disso, a Floresta Amazônica tem um importante papel na regulação do regime de chuvas. Segundo Enéas Salati (1979, 1984), em um ecossistema de floresta densa, boa parte da precipitação volta para a atmosfera pela evaporação das folhas das plantas e da água do subsolo que as raízes da própria floresta captam. Assim, a floresta interage com a atmosfera, criando “rios voadores” e levando chuvas para outras regiões brasileiras e até para outros países da América do Sul. Porém, em regiões desmatadas, a interação floresta-atmosfera é afetada, pois o desmatamento provoca um aumento na energia solar disponível para a vegetação, alterando o ciclo de energia do ecossistema e, portanto, também o ciclo do carbono.

Assim, tendo em vista o papel fundamental da floresta na sua autorregulação, a Amazônia corre o risco de se tornar uma savana por conta da degradação ambiental sofrida

⁴⁹ O conceito de Natureza de Gudynas remete ao conceito indígena Aymará, Quéchua e Kíchwa de *Pacha Mama*, isto é, como local onde a vida se desenrola, como uma concepção expandida de si (2021, p. 111). Para ele, “o termo Natureza será apresentado com maiúscula para se referir a um meio ambiente, como conjunto ou sistema, em que prevalecem paisagens, fauna e flora originais (desde silvestre até graus intermediários de intervenção humana)” (*id.*, p. 12-3).

⁵⁰ MALHI, Y. *et al.* “The above-ground wood productivity and net primary productivity of 100 Neotropical forest plots”. *Global Change Biol.* 10, 563–591, 2004.

⁵¹ No original: “one-half of Earth’s carbon stored in terrestrial vegetation”.

⁵² Outra parte é absorvida por florestas temperadas e pelo oceano. Entretanto, com o aumento das emissões de GEE, a capacidade de absorção dos Sistemas Terra (ciclos hidrológicos, atmosféricos, *etc.*) tem sido levada ao limite, de modo que o nível de CO₂ disponível todo o tempo na atmosfera também tem se elevado.

por esse ecossistema (LOVEJOY e NOBRE, 2018)⁵³. Mas quanto desmatamento o bioma pode aguentar? É o que indagam Lovejoy e Nobre, segundo os quais: “desde o início, a demonstração do ciclo hidrológico da Amazônia levantou questões de quanto desmatamento seria preciso para causar a degradação do ciclo ao ponto de ele ser incapaz de suportar ecossistemas de florestas tropicais” (*id.*, p. 1, *tradução livre*)⁵⁴. De acordo com os autores, esse ponto de não-retorno da Amazônia estaria em aproximadamente 20-25% de desmatamento do bioma. A partir daí a estação da seca se tornaria mais longa e as chuvas menos frequentes, algo já observado no leste da região por pesquisas recentes (GATTI *et al.*, 2021) e pelos próprios rondonienses que reclamam que a *chuva do caju* não vem mais⁵⁵.

Outra razão pela qual o desmatamento e as queimadas importam são os compromissos que o Brasil assumiu perante a ONU. Em 2009, foi estabelecida a meta de reduzir o desmatamento em 80% em relação à média do período de 1996 a 2005⁵⁶, o que não foi atingido e agora fala-se em reduzir o desmatamento pela metade até 2030. Há também os que façam manobras retóricas para reduzir o “desmatamento ilegal”, tentando legalizar certas práticas questionáveis.

⁵³ Logo, o bioma tragicamente perderia uma das características que mais incomodam os “colonos” rondonienses: a insistente volta da mata.

⁵⁴ No original: “From the start, the demonstration of the hydrological cycle of the Amazon raised the question of how much deforestation would be required to cause the cycle to degrade to the point of being unable to support rain forest ecosystems”.

⁵⁵ Durante a estação da seca, de maio a setembro, costumam cair algumas pancadas de chuva chamadas de “chuva do caju”, pois seriam necessárias para o crescimento do cajueiro e para que ele desse frutos.

⁵⁶ Ver a Política Nacional do Clima: Lei nº. 12.187/2009 e Decreto nº 9.578/2018, que revogou o Decreto nº. 7.390/2010.

II. No rescaldo do progresso: a Intrusão de Gaia

O retorno do Comum

Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento ambientalista emergiu com força como uma contra-resposta ao estilo de vida consumista e tecnológico que marcou o período posterior à Segunda Guerra Mundial. No pós-guerra, a produção mundial de bens industrializados (automóveis, eletrodomésticos, medicamentos, *etc*) atingiu patamares sem precedentes, razão pela qual o período também é chamado de “A Grande Aceleração”.

Outros marcos importantes do período foram a corrida espacial e os testes com armas nucleares. As imagens “O Nascer da Terra” (1968)⁵⁷ e “O Berlim Azul” (1972), produtos da corrida espacial, colaboraram com o despertar de uma consciência ambiental global para a qual somos todos uma só humanidade (SIQUEIRA, 2015). De modo similar, os impactos globais de um possível desastre nuclear também contribuíram para sustentar a percepção de que estamos todos sujeitos a um mesmo destino: a extinção, e, mais especificamente, nossa autodestruição por uma invenção humana (DERRIDA, 1984).

Precisamente por conta do perigo que os testes nucleares representavam e considerando “a necessidade de uma perspectiva comum e de princípios comuns para inspirar e guiar os povos do mundo na preservação e na melhoria do ambiente humano” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1972, p. 3, *tradução livre*)⁵⁸, em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, redigiu-se a Declaração de Estocolmo, um documento que condenava os testes nucleares, em especial os realizados na atmosfera e pedia aos países que deixassem de fazê-los (*id.*, p. 32), pois era “preciso poupar o homem e seu ambiente dos efeitos das armas nucleares e de todos os demais meios de destruição em massa” (*id.*, p. 8, *tradução livre*)⁵⁹. Em suma, a Declaração de Estocolmo serviu como um guia de recomendações para a elaboração de um plano de ações em favor do meio-ambiente e cristalizou em um documento a percepção do jovem movimento ambientalista de que há algo que nos une a despeito de todas as diferenças, étnicas, nacionais,

⁵⁷ Bill Anders, astronauta que registrou o “nascer da terra” durante a missão Apollo 8, assim nomeou a foto em alusão ao movimento de elevação do planeta no horizonte, semelhante ao “nascer do sol”, e à “descoberta” da Terra segundo um novo olhar: de fora.

⁵⁸ No original: “the need for a common outlook and for common principles to inspire and guide the peoples of the world in the preservation and enhancement of the human environment”.

⁵⁹ No original: “man and his environment must be spared the effects of nuclear weapons and all other means of mass destruction”.

ideológicas, ou quaisquer outras, ou seja, somos terranos (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2017; LATOUR, 2020).

Também parte desse movimento, em 1968, um grupo de cientistas ligados ao MIT (Massachusetts Institute of Technology), conhecido como o Clube de Roma, se reuniu para simular em computador a resposta dada pelos Sistemas Terra (ciclos hidrológicos, atmosféricos, *etc.*) quando mantidos os padrões de consumo e produção humanos. Os resultados da simulação foram divulgados ao público em *The Limits to Growth* (MEADOWS *et al.*, 1972). No livro, os autores chamaram a atenção para o fato de que, se os humanos mantivessem os mesmos hábitos de produção e consumo, o planeta atingirá sua capacidade de regeneração em algum ponto nos próximos 100 anos e haverá uma queda brusca na população mundial e nos níveis de industrialização.

Em consequência disso e dos riscos socioambientais de uma guerra nuclear, as décadas seguintes foram marcadas por um despertar na consciência ecológica. Em 1987, por exemplo, Gro Harlem Brundtland, a ex-primeira-ministra da Noruega⁶⁰, liderou os esforços para a publicação de *Nosso Futuro Comum*⁶¹. Encomendado pela ONU, o relatório tinha três pressupostos em sua elaboração, crescimento econômico, proteção ambiental e equidade social, e formulou pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável” como aquele que permite “satisfazer as necessidades da atual geração sem comprometer as necessidades das gerações futuras”. Além disso, serviu de base para as discussões sobre o clima e a economia durante a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992, também chamada de Rio-92 ou Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD).

A emergência da economia verde e desenvolvimento sustentável

Assim, com o acúmulo de discussões a respeito das mudanças climáticas, durante a Rio-92, foi ratificada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) visando estabilizar a concentração de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera,

⁶⁰ Do Partido Trabalhista e anteriormente também Ministra do Meio Ambiente da Noruega.

⁶¹ O relatório é visto por alguns críticos como uma via alternativa mais branda ao *The Limits to Growth*.

de modo a combater juntamente os efeitos ambientais das mudanças climáticas⁶². No entanto, a Convenção só foi operacionalizada cinco anos depois, em 1997, com a assinatura do Protocolo de Quioto, que reconheceu as responsabilidades comuns, porém diferenciadas das nações. Dessa forma, o protocolo comprometeu seus signatários, em particular os países industrializados e as então economias em transição⁶³, a reduzir suas emissões de GEE em pelo menos 5% abaixo dos níveis de 1990 no período entre 2008 e 2021 (artigo terceiro).

Para incentivar as reduções das emissões, o protocolo criou alguns dispositivos de mercado, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e a Implementação Conjunta (IC)⁶⁴, que juntos formam o comércio internacional voluntário de emissões. Segundo a própria ONU,

Idealmente, estes mecanismos incentivam a redução das emissões de gases com efeito de estufa a começar onde é mais rentável, por exemplo, no mundo em desenvolvimento. Não importa onde as emissões são reduzidas, desde que sejam removidas da atmosfera. Isto tem as vantagens paralelas de estimular o investimento ecológico nos países em desenvolvimento e de incluir o sector privado neste esforço para reduzir e manter estáveis as emissões de gases com efeito de estufa a um nível seguro. Isso também torna o espalhamento rápido, ou seja, a possibilidade de pular o uso de tecnologia mais antiga e mais suja para infraestrutura e sistemas mais recentes e mais limpos, com benefícios óbvios a longo prazo, mais econômicos. (In: CQNUMC. Site. Disponível em: https://unfccc.int/kyoto_protocol. Último acesso em: 09 de março de 2022).

Além da promoção de mecanismos financeiros, o Protocolo recomenda, como forma de reduzir as emissões, melhorar a eficiência energética; proteger os sumidouros e reservatórios de GEE⁶⁵; promover formas sustentáveis de agricultura; taxar setores que emitem GEE ou dar incentivos fiscais para setores sustentáveis; reduzir as emissões provenientes do manejo do lixo, do transporte e da distribuição de energia; e encorajar reformas de setores relevantes.

O Acordo de Paris (2015), um sucessor do Protocolo de Quioto que realça alguns aspectos da implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças

⁶² O termo é definido no primeiro artigo do documento como “uma alteração do clima atribuída direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera global e que é uma adição à variabilidade natural do clima observada durante períodos comparáveis” (p. 3, *tradução livre*). No original: “‘Climate change’ means a change of climate which is attributed directly or indirectly to human activity that alters the composition of the global atmosphere and which is in addition to natural climate variability observed over comparable time periods”.

⁶³ “Economias em transição” era a expressão usada para se referir aos países que recém haviam adotado a economia de mercado. Em geral, são ex-membros da União Soviética ou da antiga Iugoslávia.

⁶⁴ MDL designa as reduções feitas em países subdesenvolvidos e IC aquelas feitas em países desenvolvidos.

⁶⁵ “Sumidouro significa qualquer processo, atividade ou mecanismo que remove um gás de efeito estufa, um aerossol ou um precursor de um gás de efeito estufa da atmosfera” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 4, *tradução livre*) e “reservatório significa um componente ou componentes do sistema climático onde um gás de efeito estufa ou um precursor de um gás de efeito estufa é armazenado” (*ibid.*, *tradução livre*). No original: “‘Sink’ means any process, activity or mechanism which removes a greenhouse gas, an aerosol or a precursor of a greenhouse gas from the atmosphere” e “‘Reservoir’ means a component or components of the climate system where a greenhouse gas or a precursor of a greenhouse gas is stored”.

Climáticas, almeja limitar o aquecimento global a no máximo 2°C acima dos níveis de temperatura pré-industriais. O acordo, entretanto, não declara que intervalo de tempo considera como “pré-industrial”. O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), embora também não defina o que seria “pré-industrial”, utiliza em seus relatórios o período de 1850-1900 como base de comparação. Os críticos desse período de referência (1850-1900) argumentam que é uma data tardia da Revolução Industrial e que nessa época houve muitas erupções vulcânicas, o que afetou anormalmente a temperatura global. Como alternativa, sugerem o período de 1720-1800, pois as atividades solar e vulcânica do período eram semelhantes às atuais, além de ser uma data mais próxima da criação da máquina a vapor (1784), um dos marcos da Revolução Industrial e do uso de combustíveis fósseis como fonte de energia. Contudo, os registros de temperatura do período de referência alternativo são escassos⁶⁶.

Assim como o Protocolo de Quioto, seu antecessor, o Acordo de Paris também reconhece as responsabilidades comuns, porém diferentes das nações. Além disso, o acordo dá um passo além ao reconhecer a importância dos conhecimentos tradicionais, não apenas da ciência, no manejo sustentável do meio-ambiente (p. 9), e a necessidade de proteção de pessoas, meios de subsistência e ecossistemas. No entanto, retrocede ao focar seus esforços em mecanismos de pagamentos por serviços ecossistêmicos⁶⁷.

De modo geral, o que difere ambos são os mecanismos de compensações de carbono (*carbon offsets*). No Protocolo de Quioto, se priorizava o reflorestamento e no Acordo de Paris se privilegia o desmatamento evitado (ZWICH, 2019). A mudança de foco, segundo Zwich (2015), resulta da análise de pesquisas que demonstram que o desmatamento contribui com 20% das emissões globais de GEE e do entendimento que “florestas vivas provêm habitat para espécies ameaçadas e entregam ‘serviços ecossistêmicos’, tais como filtragem de água e controle climático”. De todo modo, “mercado de carbono” é o termo genérico usado para denominar os sistemas de negociação de certificados de redução de emissões de GEE (os “créditos de carbono”) aprovados pelo Conselho Executivo vinculado à ONU: as Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) no âmbito do Protocolo de Quioto se tornaram as Reduções das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) no âmbito do Acordo de Paris.

⁶⁶ Ver: <https://www.carbonbrief.org/challenge-defining-pre-industrial-era>. Último acesso em 09 de março de 2022.

⁶⁷ Note-se que houve uma reconfiguração geral do discurso: ao invés de desenvolvimento, é desenvolvimento sustentável; ao invés de recursos naturais, são serviços ecossistêmicos; ao invés de economia, é economia verde. A natureza não é mais uma fonte inesgotável a ser explorada, mas uma prestadora de serviços que precisa ser recompensada.

Cada crédito representa a remoção ou a não-emissão de uma tonelada métrica de dióxido de carbono equivalente⁶⁸.

Não obstante, tal mudança é resultado também de uma série de estudos econômicos que tentaram precificar o impacto das mudanças climáticas e da biodiversidade, assim como de uma tentativa de manter a produção industrial no Norte global como ela é. Dentre eles, o MEA - *Millenium Ecosystem Assessment* (2005) afirma que existem custos ambientais causados pelo processo produtivo e que eles afetam o ecossistema, no entanto tais custos não retornam aos produtores, o que faz com que os produtores não os contabilizem. Assim, o pagamento por serviços ambientais seria uma forma de ressarcir a natureza e/ou os povos afetados pelos danos causados pelo processo produtivo. Similarmente, o Relatório Stern (2006), encomendado pelo governo britânico ao então economista chefe do Banco Mundial, calcula os custos das mudanças climáticas e das oportunidades na promoção de mitigação delas. Outro estudo, o TEEB - *The Economics of Ecosystems and Biodiversity* (2012), coordenado por Pavan Sukhdev⁶⁹ e encomendado pelo G8 e BRICS (Estados Unidos, Alemanha, Itália, França, Japão, Canadá, Rússia, Brasil, Índia, África do Sul e México), enfatiza os aspectos econômicos da perda de ecossistemas e da biodiversidade, além de discutir como valorar a natureza para desenvolver uma nova economia.

Outrossim, essa mudança também é fruto de críticas feitas aos mecanismos do Protocolo de Quioto. Por outras vias, Santilli *et al.* (2005) propôs um mecanismo de reduções compensadas (*compensated reductions*), segundo o qual os países que reduzissem seus níveis de desmatamento receberiam compensações posteriormente. Diferente da prática de *offsetting*⁷⁰, o mecanismo proposto por Santilli *et al.* funciona a nível nacional e não por empresas ou entidades. Segundo os autores, isso criaria incentivos de larga escala para reduzir o desmatamento tropical e incentivaria uma maior participação de países em desenvolvimento no Protocolo de Quioto.

De todos os mecanismos propostos, o que mais ganhou destaque foi o pagamento por serviços ecossistêmicos, em particular as compensações de carbono, mais conhecidas como

⁶⁸ Outros GEE precisam ser convertidos em CO₂ para serem precificados.

⁶⁹ Sukhdev também coordenou a elaboração do documento *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza*, do PNUMA. “Neste documento, a economia verde foi definida como aquela capaz de promover equidade e melhoria da qualidade de vida, prevenir a perda de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, e ser eficiente em termos de uso dos recursos, diminuindo assim a emissão global de GEE” (HACON, 2018, p. 120). Já no *Green Economy Report*, também da ONU, “a economia verde seria aquela que tem baixas emissões de carbono, utiliza os recursos de forma eficiente e socialmente inclusiva” (MORENO, 2016, p. 277).

⁷⁰ Outro nome para compensações de carbono (*carbon offsets*).

créditos de carbono. Assim, o mercado de créditos de carbono passou a ser um termo genérico para denominar qualquer sistema de negociação de certificados de redução de emissões de GEE aprovados pelo Conselho Executivo vinculado à ONU, sejam as Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) no âmbito do Protocolo de Quioto, ou as Reduções das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) no âmbito do Acordo de Paris (LOBO, 2016, p. 77; VALLE e YAMADA *apud* VALLE, 2010, p. 79⁷¹).

A diferença entre RCEs e REDD+ é que surgiram, durante as Conferências das Partes (COP)⁷², novos dados científicos e críticas⁷³ a respeito da metodologia e da efetividade do mecanismo adotado no Protocolo de Quioto. Dentre tais críticas destaco duas que me parecem mais relevantes para o carbono florestal: 1) considerando os indicadores de desmatamento em florestas tropicais, seria mais efetivo evitar o desmatamento do que reflorestar, pois as árvores tropicais, devido a suas características biofísicas de “sumidouros” de GEEs, acabam liberando todos esses gases que haviam absorvido enquanto cresciam quando derrubadas; 2) como as populações carentes e de países em desenvolvimento são aquelas que mais sofrem/sofrerão com os efeitos das mudanças climáticas, então os países desenvolvidos deveriam fornecer ajuda e/ou incentivos financeiros para essas populações, pois eles, devido a suas indústrias altamente poluidoras, são os maiores responsáveis pelas mudanças climáticas. Assim, o mecanismo de REDD+, diferente das RCEs, privilegia projetos de países tropicais ou de populações que vivem nesses países, embora também aceite projetos de origem não florestal (HACON, 2018, p.2)⁷⁴. Além disso, no caso do REDD+, o sinal “+” foi adicionado para “ênfatisa o papel da conservação, do manejo sustentável e do aumento de estoques de carbono nas florestas, inserindo na proposta a possibilidade de regulamentação de mais técnicas de engenharia florestal” (LOBO, 2016, p. 82).

Em suma, cada crédito de carbono representa a remoção ou a não-emissão de uma tonelada métrica de dióxido de carbono equivalente⁷⁵. Embora o carbono seja o gás de efeito

⁷¹ VALLE, Raul S. T. do; YAMADA, Erika M. “Créditos de carbono gerados em Terras Indígenas: uma análise jurídica sobre sua titularidade”. In: VALLE, Raul S. T. do (org.). **Desmatamento evitado (REDD) e povos indígenas: experiências, desafios e oportunidades no contexto amazônico**. São Paulo: ISA e Forest Trends, 2010, pp. 77-110.

⁷² É o órgão superior da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC). Anualmente, é realizado um evento com os países membros e organizações inscritas para debater os rumos mundiais das políticas ambientais adotadas até então e tomar decisões conjuntamente.

⁷³ Para outro tipo de crítica ao mecanismo do Protocolo de Quioto, ver o artigo de Santilli *et al.* (2005). Os autores argumentam, rebatendo aqueles que acham que proteção ambiental e desenvolvimento não são compatíveis, que as compensações financeiras incentivariam os países em desenvolvimento a reduzirem suas emissões.

⁷⁴ As reduções de emissões não precisam necessariamente ter origem na floresta. Existem projetos de créditos de carbono baseados em mudanças tecnológicas, energia limpa e eficiência energética.

⁷⁵ Outros GEE precisam ser convertidos em CO₂ para serem precificados.

estufa realçado nesses acordos, no cálculo das reduções de emissões usa-se a métrica do “carbono equivalente”:

Cada crédito de carbono representa a remoção ou a não-emissão de uma tonelada métrica de dióxido de carbono equivalente. O CO₂ é o gás padrão para as medições de comensurabilidade com todos os outros gases: metano, óxido nitroso, perfluorcarbonetos, clorofluorcarbonetos, hidrofluorcarbonetos, hexafluoreto de enxofre (MACKENZIE, 2008). Uma tonelada métrica de outro gás precisa ser reconvertida em dióxido de carbono para ser precificada. (*Id.*, p. 82).

Dessa forma, uma unidade de redução certificada de emissões, ou seja, um crédito de carbono, equivale a uma tonelada de gás carbônico equivalente que deixa de ser emitida (MORENO, 2016, p. 277).

* * *

No escopo desta pesquisa, o Projeto Carbono Florestal Suruí, que combina replantio e desmatamento evitado, foi um dos primeiros projetos de créditos de carbono (REDD+) liderado por populações indígenas no Brasil. Entre 2009 e 2014, gerou 299,895 compensações de carbono, certificadas de acordo com o *Verified Carbon Standard* (VCS), segundo Zwich (2019). O PCFS, assim como o projeto *Pamine*, foi desenvolvido pela Associação Metareilá do povo Paiter Suruí, um povo falante de uma língua tupi-mondé semelhante a dos Cinta-Larga e Zoró, que hoje habita a Terra Indígena Sete de Setembro, entre Rondônia e Mato Grosso. Entre os objetivos que os levaram a desenvolver os projetos está a geração de renda (BAVARESCO, 2011; SURUÍ DIAS, 2015), entretanto, Suruí Dias (2015) relata que os espíritos começaram a retornar à mata após os projetos, indicando que a cosmovisão indígena extrapola as possibilidades estipuladas pelo *framework* do pagamento por serviços ecossistêmicos (DU BRAY *et al.*, 2019)

De modo geral, tanto PCFS e *Pamine*, como as duas outras iniciativas analisadas neste trabalho, da ONG Ecoporé e da *Estância Sol y Calor d’O Andarilho*, realizam esforços para reflorestar áreas degradadas. De um modo ou de outro, estas ações atuam na restauração ecossistêmica de florestas e paisagens, que é

um processo que visa recuperar a funcionalidade ecológica e melhorar o bem-estar humano em paisagens desmatadas ou degradadas. [...] um meio de recuperar, melhorar e manter funções ecológicas e sociais vitais, levando a longo prazo a paisagens mais resilientes e sustentáveis (CDB, 2019, p. 13)

Portanto, estão em sintonia com os objetivos da ONU para a década de 2021-2030, a década da restauração ecossistêmica. Dessa forma, esta pesquisa, a partir da pergunta “quem some

com o carbono?”, buscou olhar para a materialidade das mudas plantadas nesses projetos, assim como para a relação entre esses grupos e tais mudas.

Críticas à economia de baixo carbono e aos pagamentos por serviços ambientais

Segundo os defensores desse tipo de proposta como forma de combater as causas das mudanças climáticas, elas funcionam como mecanismos de transferência de renda do Norte para o Sul global. Por outro lado, críticos dessa “economização da ecologia” argumentam que tal dinâmica repõe uma assimetria entre Norte e Sul, uma vez que o Norte continua a se industrializar enquanto o Sul fica obrigado a manter suas florestas (“os estoques de carbono”), de modo que o Norte global estaria “comprando o direito de poluir” (MORENO, 2016). Essa crítica, é típica dos setores desenvolvimentistas latino-americanos.

No entanto, outro tipo de crítica argumenta que a noção de pagamentos por serviços ambientais, como os créditos de carbono, parte de um pressuposto antropocêntrico utilitarista das relações entre humanos e ambiente, segundo o qual a Natureza serve à humanidade (GUDYNAS, 2021). Um dos problemas causados pelo antropocentrismo de certas políticas ambientais, segundo Gudynas, é justamente seu ponto-cego: não perceber que existem populações que não partilham de uma valoração econômica sobre o ambiente em que vivem. Tal característica faz parte de um modo mais amplo de lidar com conflitos ontológicos. A antropóloga peruana Marisol de la Cadena chamou esse modo de “antropo-cego”, que seria

o processo de criação de mundo por meio do qual mundos heterogêneos que não se fazem por meio de práticas que separam ontologicamente os humanos (ou a cultura) dos não humanos (ou a natureza) – nem necessariamente concebem como tal as diferentes entidades presentes em seus agenciamentos – são ambos obrigados a operar com essa distinção (deliberadamente destruída) e excedê-la. (2018, p. 100)

É com esta crítica que me alinho. Do meu ponto de vista, a ideia de pagamentos por serviços ambientais não tem força suficiente para questionar aquilo que nos trouxe até aqui: a visão utilitarista sobre o meio-ambiente. De acordo com Acosta,

A lógica da "economia verde" é continuísta, e pode ser vista inclusive como um retrocesso a vários elementos conceituais do desenvolvimento sustentável. Não evita a destruição ambiental, apenas posterga a solução dos problemas. Isso garante ao capital novos mecanismos de acumulação enquanto a deterioração ecológica se espalha. [...] Introduzir serviços ambientais no mercado significaria transferir à sua lógica de funcionamento assimétrico a responsabilidade de definir os aspectos distributivos associados com seus usos. Isso pode gerar um processo de

concentração no acesso a estes recursos e, conseqüentemente, uma perda da soberania para as populações que se utilizam dos ecossistemas. (2017, p. 208-10).

Logo, parece-me necessário modificar a base ontológica que sustenta as relações entre humanos e não-humanos nos centros de poder, donde a radicalidade política na proposta de direitos da Natureza (GUDYNAS, 2021; ACOSTA, 2017), a qual compreende que existe um valor intrínseco nos animais, nos vegetais, em seres não-vivos e na paisagem - mesmo quando estes não têm qualquer utilidade para os humanos, nem beleza ou valor espiritual. Para estes autores, é necessário cultivar uma ética do cuidado para com a Terra e a Natureza, entendidas enquanto comunidades interdependentes entre espécies e das quais os humanos são uma pequena fração.

Os mil nomes da nova era: Antropoceno, Capitaloceno, Plasticoceno, Chthuluceno...

Proposto pelo químico holandês vencedor do prêmio Nobel em 1995, Paul Crutzen, e popularizado pelo Grupo de Trabalho Sobre o Antropoceno (AWG, sigla para o original *Anthropocene Working Group*), grupo que junta geólogos, biólogos, arqueólogos e outros pesquisadores dedicados ao tema, o termo Antropoceno designa a nova era geológica da Terra (ARTAXO, 2014; CRUTZEN, 2002, 2015; ZALASIEWICZ *et al.*, 2017). A nova era ou época geológica foi assim chamada em razão de ser efeito das ações humanas. É o que afirma o próprio Crutzen, segundo quem, “parece apropriado designar o termo ‘Antropoceno’ para a presente época geológica, de muitas formas dominada por humanos”⁷⁶ (2022, p. 23, *tradução livre*)⁷⁷.

Entre os principais marcadores estratigráficos que indicam os humanos como uma força geológica estão a escalada na quantidade de gases de efeito estufa, em particular o carbono, na camada rochosa da terra; a escalada no número de humanos habitando o planeta; a escalada nos índices de radioatividade em virtude dos testes com armas nucleares (WATERS, 2015); e a fossilização do plástico.

Se, por um lado, as evidências científicas de uma alteração nos Sistemas Terra do Holoceno para o Antropoceno já estão razoavelmente consolidadas, por outro, ainda é debatido quando a Era dos Homens teria começado. Até o momento, há quatro hipóteses

⁷⁶ No original: “It seems appropriate to assign the term ‘Anthropocene’ to the present, in many ways human-dominated, geological epoch”.

⁷⁷ No original: “It seems appropriate to assign the term ‘Anthropocene’ to the present, in many ways human-dominated”.

principais: o Antropoceno de longa duração; a colonização europeia das Américas; a Revolução Industrial; e a Grande Aceleração.

Os partidários do “longo Antropoceno” argumentam que a interferência humana no meio-ambiente data desde a domesticação das plantas e dos animais (SMITH e ZEDER *apud* TSING, 2019, p. 228⁷⁸; RUDDIMAN *apud* ZALASIEWICZ *et. al.*, 2017, p. 57⁷⁹), portanto, a Era dos Homens deveria ter começado cerca de 8 mil anos atrás. Outros, como Crutzen e Stroemer (2015) e Crutzen (2002), apontam o aumento do carbono na atmosfera terrestre como um marco significativo do Antropoceno e a invenção da máquina a vapor em 1784 como sua possível datação. Já entre aqueles que defendem a Grande Aceleração, iniciada em meados do século XX, como marco temporal para o Antropoceno, a exemplo do AWG, argumenta-se que nesta época os hábitos de vida modernos mudaram tão rápida e intensamente que não há proporção semelhante anterior, além de que tais mudanças de comportamento coincidem com mudanças nos ciclos dos Sistemas Terras (ver figura abaixo). Nesse sentido, considerando a relação entre a Grande Aceleração, a Revolução Industrial e o capitalismo, alguns teóricos como Lewis e Maslin (*apud* ZALASIEWICZ *et. al.*, 2017, p. 57)⁸⁰, por exemplo, argumentam que o Antropoceno coincide com a colonização das Américas pelos europeus, uma vez que foi a exploração desse período que possibilitou a acumulação de riquezas que financiaram a Revolução Industrial e a Grande Aceleração, justamente.

Apesar de fugir do escopo deste trabalho apontar qual das hipóteses apresenta melhores evidências e, portanto, deveria ser aceita, me parece que do ponto de vista geológico, o qual mede as mudanças numa escala de milhares ou milhões de anos, o meio do século XX não está tão distante assim de 1500. Logo, colonização, Revolução Industrial e Grande Aceleração talvez não sejam datações concorrentes, apenas três momentos de um mesmo processo: o capitalismo. O que me leva a outra questão, a nomeação deste evento.

⁷⁸ SMITH, B.; ZEDER, M. “The onset of the Anthropocene”. **Anthropocene**, Amsterdã, n. 4, p. 8, 2013.

⁷⁹ RUDDIMAN, W.F., 2003. “The anthropogenic greenhouse era began thousands of years ago”. **Clim. Change** 61, 261–293. e RUDDIMAN, W.F., 2013. “Anthropocene”. **Annu. Rev. Earth Planet. Sci.** 41, 45–68.

⁸⁰ LEWIS, S.L., MASLIN, M.A., 2015. “Defining the Anthropocene”. **Nature** 519, 171–180.



Figura 6: *The great acceleration* [“A grande aceleração”] (adaptada). In: IGBP, 2015 e STEFFEN *et al.*, 2015b *apud* ARTAXO, 2014, p. 16⁸¹. Da esquerda para a direita e de cima para baixo em *socio-economic trends*: *world populations, real GDP, foreign direct investment, urban population, primary energy use, fertilizer consumption, large dams, water use, paper production, transportation, telecommunications, international tourism*; e em *Earth system trends*: *carbon dioxide, nitrous oxide, methane, stratospheric ozone, surface temperature, ocean acidification, marine fish capture, shrimp aquaculture, coastal nitrogen, tropical forest loss, domesticated land, terrestrial biosphere degradation*.

O Antropoceno enquanto evento, isto é, enquanto um fator que adentra a cena pública sem previsão de retirada, e que, portanto, nos força a lidar com ele, como diria Isabelle Stengers (2015) a respeito do que ela chama de intrusão de Gaia, já nasceu controverso, em particular, para as ciências humanas, os estudos críticos e pós-coloniais. Nesses campos, contesta-se particularmente a ideia de que todos os humanos são igualmente responsáveis pela Humanidade ter se tornado uma força geológica potencialmente devastadora, pois não foi um humano em abstrato o causador da bagunça em que vivemos, mas sim uma forma específica de vida, a saber, a moderna, altamente industrializada e tecnológica.

⁸¹ IGBP – International Geosphere-Biosphere Programme. Great Acceleration. Disponível em: <http://www.igbp.net/globalchange/greatacceleration.4.1b8ae20512db692f2a680001630.html>. Acesso em: 20/2/2015. E STEFFEN, W. *et al.* “The Trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration”. In: *The Anthropocene Review*, 1-18, 2015b.

Por conta dessa crítica, outros nomes foram propostos, como Capitaloceno (MOORE, 2016), Plasticoceno (CHANG, 2016), Cthuluceno (HARAWAY, 2016) e a Sexta Extinção (KOLBERT, 2014), só para citar alguns. A seu modo, cada renomeação provoca um deslocamento no nosso imaginário e redireciona a atenção para elementos diferentes do que ora parece ser o mesmo fenômeno (não foram todos os humanos, foram os capitalistas), ora fenômenos paralelos. Afinal, Chthuluceno nomeia “passado, presente e o que está por vir” (HARAWAY, *op. cit.*, p. 101) de ambos os arranjos antropocênicos/capitalocênicos, como também aquilo que Anna Tsing (2019) chama de “ressurgências holocênicas”, isto é, os refúgios de vida e diversidade que ainda existem ou que podem ser co-criados em novas relações entre humanos e não-humanos.

Particularmente, o termo Capitaloceno me soa mais apropriado para nomear efeitos e processos causados ou derivados da modernidade industrial. Entretanto, por mais tentador que seja adotá-lo, algumas alianças interdisciplinares, ainda que parciais, podem ser perdidas. Assim, levando em consideração também o argumento de Tsing (*id.*), segundo quem o humano do Antropoceno não é qualquer humano, mas o Homem – afinal o artigo de Crutzen se chama Geologia do Homem (*mankind*), não é mesmo? – ou seja, aquele sujeito iluminista racional que domina a natureza, entendo não ser um problema usar o termo Antropoceno, haja vista que a crítica ao antropos já foi incorporada ao próprio termo. É sob esta ótica que o mobilizo, isto é, significando a inscrição geológica das ruínas de uma formação social e histórica muito específica, como sinônimo de “uma época em que a habitabilidade de múltiplas espécies passou a ser ameaçada” (*id.*, p. 228).

III. Manifestando paisagens habitáveis: modos de interpretar as plantas

Sobre o capítulo

Quando Tsing (2015) discorre sobre as “artes da atentividade” (*arts of noticing*), ela faz um convite para que as pessoas abram seus sentidos, expandam sua capacidade de observação, de modo que as histórias que narram passem a incluir também estes outros seres para os quais acabaram de se voltar, de perceber no ambiente. Aceitando este convite e o convite de Latour (2006) - descreva, descreva, descreva - neste capítulo, busco focar na descrição das mudas e plantas dos três locais de que me aproximei durante a pesquisa e que realizaram experiências (e experimentos) de reflorestamento: a Associação Gamebey na TISS, a *Estância Sol y Calor* e a ONG Ecoporé. De que espécies estamos falando? A que gênero e família pertencem? Essas são algumas das questões que tento responder. Também procuro traçar alguns paralelos com outras práticas florestais na região, do presente ou do passado, que utilizam as mesmas espécies, me atentando para as similaridades e dissonâncias que podem ser observadas.

Para tanto, retomo minhas notas de campo, bem como informações coletadas de fontes distintas: dos projetos realizados entre os Paiter Suruí, das ações conduzidas na *estância d’O Andarilho* e de iniciativas desenvolvidas pela Ecoporé. A partir desse conjunto elaborei uma tabela com as 127 espécies que encontrei e que compõem o corpus desta pesquisa. A tabela pode ser encontrada ao final da seção “Quem, afinal, some com o carbono: interpretando as plantas em conjunto”.

Mais especificamente, os dados a respeito dos projetos de reflorestamento indígenas foram retirados do Consórcio *Garah Itxá* (LITTLE, 2012) e de relatórios/documentos de concepção de projeto sobre o *Pamine* (BAVARESCO *et al.*, 2011) e o PCFS (SURUÍ, A. N. e CENAMO, 2011; GABEBEY e METAREILÁ, 2014), além da pesquisa de Chicoepab Suruí Dias (2015). Já no caso da ONG, utilizei dados de três projetos diferentes, a saber, das mudas cultivadas no Viveiro Cidadão, mantido pela Ecoporé na cidade de Rolim de Moura - RO, como também das mudas plantadas em quintais produtivos de mulheres e das mudas de sistemas agroflorestais (FERRONATO e SOUZA, 2019, pp. 34-5, 64 e 81-6). Também realizei uma entrevista com Paulo Bonavigo, um funcionário da Ecoporé, em 06 de setembro de 2022. Além destes materiais, consultei alguns *sites* para obter mais informações a respeito das espécies aqui mencionadas, são eles os portais do SiBBR (Sistema de Informações sobre a

Biodiversidade Brasileira)⁸², do Re flora - Flora e Funga do Brasil⁸³, da Embrapa⁸⁴ e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas)⁸⁵.

Com relação aos dados da *estância*, no entanto, a origem é um pouco diferente. Eles são fruto da observação direta conduzida durante o período de trabalho de campo feito em Rondônia, que também informa a descrição sobre a ONG e os projetos indígenas. Estas informações são ainda parciais, haja vista que o local tem uma diversidade muito maior de espécies do que a mencionada nestas páginas. Por que, então, dar-se ao trabalho de registrá-las, se a diversidade observada é maior do que a mencionada? Bem, apesar de tal diversidade ser bastante visível durante minhas caminhadas pela *estância*, algumas espécies chamam mais atenção que outras, seja pelo seu porte, por seus frutos, formato ou por conta de suas interações ecológicas com outros seres. Nesse sentido, as espécies que chamaram minha atenção ou a atenção d’*O Andarilho* - afinal, algumas foram ele que decidi falar sobre - são as que vieram parar aqui. Assim, embora esta não sejam uma amostra representativa da composição florestal da *estância*, elas revelam o que e como um “colono” catarinense observa na paisagem rondoniense.

Assim, da descrição das espécies reflorestadas e do relacionamento que os diferentes grupos humanos mantêm com elas, encontrei três estratégias para ressurgir com a vida e a diversidade, que chamo de experimentar, notar e compor. Uma delas, experimentar, na qual descrevo as experiências indígenas, visa conhecer o que é estrangeiro. A outra, notar, a partir da observação constante da fauna e da flora, descobre-se não mais isolada, mas sim rodeada de muitos seres. Esta é a experiência d’*O Andarilho*. E a última, compor, busca conciliar interesses diversos. Cada uma dessas formas de manifestar paisagens habitáveis é retratada em uma sessão de mesmo nome, sendo que ao final das seções “notar” e “compor” há também um conjunto de fotografias. Encerro o capítulo com uma seção analisando as espécies em conjunto.

Antes de prosseguir, gostaria de destacar ainda a escolha do termo *manifestar* em detrimento de construir ou plantar/cultivar/florescer. Se as ideias e metáforas que usamos para pensar importam, então importam também os termos com os quais escolhemos descrever as ações de nossos “nativos”. Pensando nisso, construir jaz sob os edifícios e as cidades, logo,

⁸² SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE A BIODIVERSIDADE BRASILEIRA. Site. Disponível em: <https://sibbr.gov.br/>. Último acesso em 14 de fevereiro de 2023.

⁸³ REFLORA - FLORA E FUNGA DO BRASIL. Site. Disponível em: <https://reflora.jbrj.gov.br/reflora/listaBrasil/ConsultaPublicaUC/ResultadoDaConsultaNovaConsulta.do#CondicaoTaxonCP>. Último acesso em 14 de fevereiro de 2023.

⁸⁴ EMBRAPA. Site. Disponível em: <https://www.embrapa.br/>. Último acesso em 14 de fevereiro de 2023.

⁸⁵ INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. Site. Disponível em: <https://www.ipt.br/>. Último acesso em 14 de fevereiro de 2023.

remete a um contexto urbano que não seria o mais apropriado para caracterizar o que estou prestes a relatar. Por sua vez, ainda que os verbos de manejo remetam à vegetalidade, do meu ponto de vista, eles carecem de algo que manifestar possui: *transcendência*. Manifestar é uma palavra que tem ao mesmo tempo cunho político e espiritual. Manifestar sinaliza o lado político das formas de vida, por conta do mundo que resulta das práticas ambientais empregadas por essas formas de vida. E manifestar também pressagia que os humanos não criam sozinhos essas paisagens, eles apenas dão o pontapé inicial. Portanto, chama a atenção para o fato que há outros seres, sejam animais, fungos e/ou espíritos da floresta que também atuam nesse processo. Como me interesso pela ciência da *nova aliança* (PRIGOGINE e STENGERS, [1984] 1991), isto é, pelo reencontro da ciência com a natureza, desta vez sem aliená-la, considero manifestar uma palavra de ordem.

No entanto, antes de prosseguir, algumas definições precisam ser estabelecidas para situar o debate. Ao longo desta dissertação se fala muito em restauração e reflorestamento. Além destas palavras, outros termos compõe o léxico ambientalista contemporâneo, como reabilitação de ecossistemas, restauração ecossistêmica e restauração ecológica. De acordo com Gann *et al.* (2019, p. 83) há

um espectro de intervenções que, direta ou indiretamente, apoiam [...] a recuperação do ecossistema que foi perdido ou degradado. O continuum restaurativo inclui quatro grandes categorias de intervenções restaurativas: redução dos impactos sociais, remediação, reabilitação e restauração ecológica. (*tradução livre*)⁸⁶.

Nesse sentido, uma diferença importante distingue os dois primeiros processos - redução de impactos sociais e remediação - dos dois últimos - reabilitação e restauração ecológica, a saber, o grau de recuperação da funcionalidade do ecossistema. Não obstante, a reabilitação é uma reconstrução parcial de um ambiente transformado, isto é, mais degradado, “voltada a aspectos de função e estrutura considerados mais importantes ou mais factíveis” (CARPANEZZI e CARPANEZZI, 2003, p. 2), Já a restauração, esta “é um processo que visa reverter a degradação de um ecossistema, tal qual paisagens, lagos e oceanos, para reganhar

⁸⁶ No original: “A spectrum of interventions that directly or indirectly support or attain at least some recovery of ecosystem attributes that have been lost or impaired. The restorative continuum includes four major categories of restorative interventions: reduced societal impacts, remediation, rehabilitation, and ecological restoration.” Disponível em: <https://www.iucn.org/news/forests/201903/un-elevates-action-ecosystem-restoration-iucn-ready#:~:text=Ecosystem%20restoration%20is%20a%20process.meet%20the%20needs%20of%20society>. Acessado pela última vez em 10 de maio de 2023.

sua funcionalidade ecológica, a fim de melhorar a produtividade e a capacidade do ecossistema em atender as necessidades da sociedade” (IUCN, 2019, *tradução livre*)⁸⁷ - essa é a definição usada pela Década da Restauração de Ecossistemas da ONU (2021-2030), por exemplo. A restauração pode ser implementada por meio do plantio de árvores (reflorestamento), como é o caso dos projetos aqui analisados.

Quanto a distinção entre restauração ecossistêmica e ecológica, alguns autores argumentam que a restauração ecológica é um tipo específico de restauração ecossistêmica, pois oferece o mais alto grau de reparo ambiental. Em suma, a “restauração ecológica almeja retornar o ecossistema à condição que ele se encontraria se a degradação não tivesse ocorrido, ao mesmo tempo que leva em conta as mudanças previstas” (IUCN, *id.*, *tradução livre*)⁸⁸. Metodologias como ROAM (*Restoration Opportunities Assessment Methodology*, ou, em português, metodologia de avaliação de oportunidades de restauração) e a técnica Delphi podem ser empregadas para avaliar o nível de degradação, bem como as causas por trás dela, mas não faz parte do escopo dessa pesquisa discuti-las.

Experimentar

À leste do rio Madeira, entre dois de seus afluentes, os rios Aripuanã e Ji-Paraná, está a “floresta das pessoas de verdade” - *Paiterey Garãh*⁸⁹ na língua paiter suruí, que significa “nossa floresta”, quando se é Paiter, isto é, *pessoa de verdade* e não outras gentes humanas ou mais que humanas (VIVEIROS DE CASTRO, 1996. [2002]). É um pedaço de terra com 248.147 hectares⁹⁰ entre Rondônia e Mato Grosso, distante cerca de 50km de Cacoal - RO, onde ainda hoje se falam outras línguas além do português. Os *yaraey* chamam o lugar de Terra Indígena Sete de Setembro em razão do dia em que Apoena e Francisco Meirelles, sertanistas da FUNAI, estabeleceram o primeiro contato pacífico com os Paiter Suruí em 1969 (MINDLIN, 1985). A região é conhecida pelos antropólogos como a área etnográfica do

⁸⁷ No original: “Ecosystem restoration is a process of reversing the degradation of ecosystems, such as landscapes, lakes and oceans to regain their ecological functionality – in other words, to improve the productivity and capacity of ecosystems to meet the needs of society.”

⁸⁸ No original: “Ecological restoration aims to return the ecosystem to the condition it would have been in if degradation had not occurred, while also accounting for anticipated change”. Disponível em: <https://www.iucn.org/news/forests/201903/un-elevates-action-ecosystem-restoration-iucn-ready#:~:text=Ecosyst em%20restoration%20is%20a%20process.meet%20the%20needs%20of%20society>. Último acesso em: 10 de maio de 2023.

⁸⁹ “Paiterey” = gente de verdade, nós mesmos; e “garãh” = terra/floresta.

⁹⁰ FUNAI. Site. Disponível em: http://www.funai.gov.br/terra_indigena_3/mapa/index.php?cod_ti=43001. Último acesso em: 12 de setembro de 2019.

Aripuanã (MELATTI, 2011 modificado em 2017). Perto dali vivem outros povos indígenas que falam línguas da família Tupi-Mondé aparentadas com as dos Paiter Suruí, como os Cinta-Larga, Zoró e Gavião Ikolen (MOORE, 2005; DIETRICH, 2010; HOLBROOK, 2013) e cujo contato pacífico com a FUNAI também se deu perto dos anos 1970 (MELATTI, 2011 modificado em 2017).

Nos primeiros anos após o Contato e a demarcação da “floresta das pessoas de verdade”, a FUNAI incentivou os *Paiterey* a se apropriarem das roças dos colonos dos assentamentos do INCRA e a venderem madeira (MINDLIN, 1985; BAVARESCO *et al.*, 2011; SURUÍ, A. N. e CENAMO, 2011). De acordo com Chicoepab Suruí Dias,

o assédio de madeireiros e garimpeiros se acentuou e, através da própria FUNAI, foram feitos contratos ilegais de comercialização de madeiras em várias Terras Indígenas. [...] Na parte sul da TI, onde se encontra o maior desmatamento dentro de nossas terras, é onde estavam antes os cafezais instalados pelos colonos, nas linhas abertas pelo INCRA. Essas linhas, que facilitaram a entrada dos colonos no passado, também facilitaram a entrada de madeireiros anos mais tarde. Sem alternativas econômicas, muitos Paiter Suruí também se envolveram com o corte ilegal de madeira, dentro da TI. Vale acrescentar que, no entorno, após o desmatamento por madeireiros, as áreas desmatadas foram ocupadas, em grande parte, por fazendas de gado. Além do envolvimento com o corte ilegal de madeira, alguns Paiter Suruí envolveram-se com a criação de fado ou arrendaram terras para meeiros, nas áreas de fronteira da TI Sete de Setembro, ampliando os riscos de novas invasões ao nosso território e os conflitos entre os próprios Paiter Suruí. (2015, p. 42-4).

Essa foi a primeira vez em que experimentaram o que era ser *yara*, isto é, tentaram imitar os modos de viver, plantar, comer e conhecer dos *yara* a fim de conhecer do modo que os *yara* conhecem. Sobre esses primeiros anos após o Contato, Renesse comenta que

nos três anos seguintes, os Suruí viveram inicialmente um período de euforia caracterizado por um sentimento de segurança e por uma certa abundância que se traduziu numa intensificação da vida festiva, até a chegada uma epidemia de sarampo que os dizimou e os convenceu a abandonar a aldeia para se aproximar dos brancos. (2018, p 57).

No entanto, tal operação experimental não é isenta de risco, pois aprender a viver como os outros pode significar deixar de seguir a história dos ancestrais (*id.*), ou seja, a não agir mais como os pais⁹¹, uma queixa constante que os mais velhos fazem a respeito do comportamento dos mais jovens. Nota-se que a aproximação/distanciamento dos *yaraey* é tema de discussão e pontos de vista diferentes entre os *Paiterey*, sendo os *Gamebey*, atualmente, talvez o clã com mais aliados ou mais relacionamentos no mundo dos *yaraey*.

Os efeitos dessa política da FUNAI são sentidos até hoje. Segundo Suruí Dias (2015, p. 46, 67, 69) e também Bavaresco (2011, p. 27), o diagnóstico agro-ambiental participativo,

⁹¹ Renesse (2018) explora a contradição dessa regra social nos casos em que um ancestral tenha desafiando a regra, gerando uma bifurcação no caminho a ser seguido que, inclusive, pode provocar divergências nas linhas colaterais de descendência.

às vezes chamado de diagnóstico etnoambiental realizado, detectou 7% (aproximadamente 17 hectares) de desmatamento no território paiter em 2003, portanto, antes da implementação dos projetos do *Pamine* - Renascer da Floresta e do carbono. Por sua vez, a partir de dados da Administração Executiva da FUNAI de Cacoal, Ferronato e Nunes (2010, p. 7) falam que a área desmatada ultrapassava 130 hectares “apenas para a abertura de estradas, carreadores e acessos a área [...], excluindo-se desta estimativa os locais de esplanadas e de quedas das árvores e arraste destas, que danificam a vegetação e reduzem a qualidade de habitat, devido à eliminação de árvores de pequeno porte” (figura 8). O maior vetor de desmatamento no local é justamente a colonização do estado, tema abordado no capítulo 1, assim como esquemas de meação⁹² para venda de madeira e arrendamento da terra para pastagem, particularmente no caso de homens casados com mulheres *yaraey* (RENÈSSE, *op. cit.*; SURUÍ, A. N. e CENAMO, 2011; ROMERO, 2022).

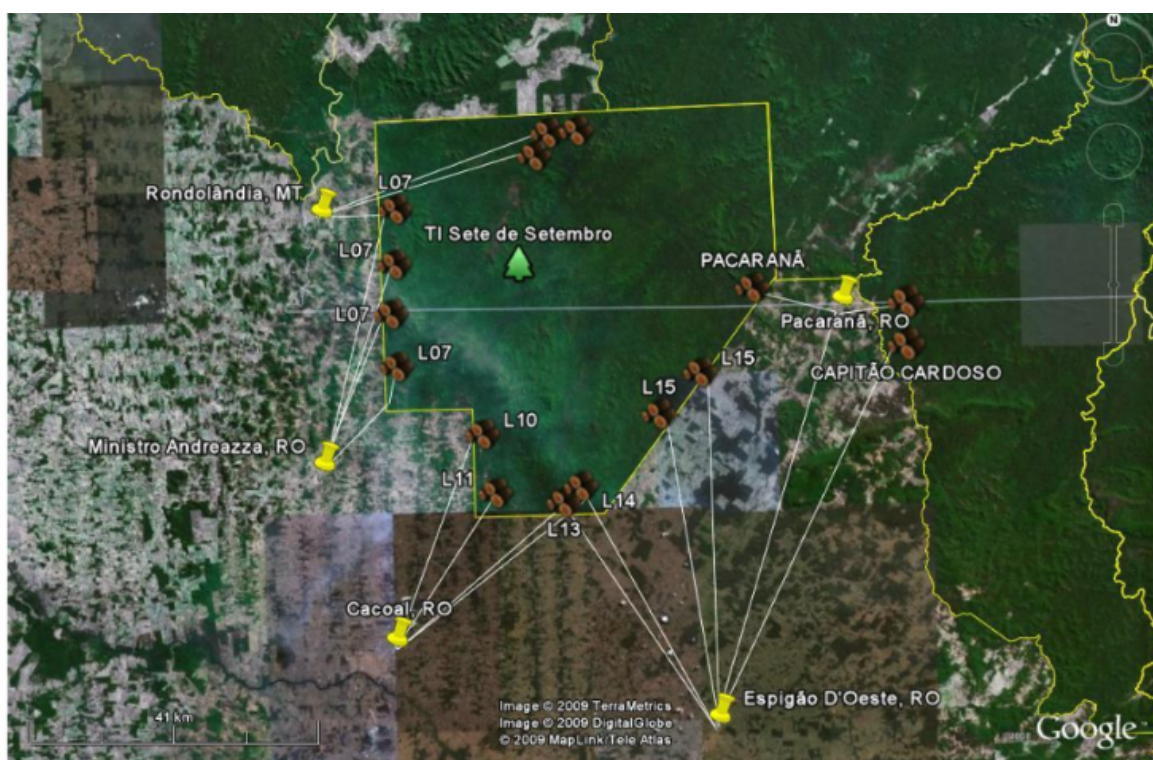


Figura 7: Pontos de acesso clandestinos de extração ilegal de madeiras na Terra Indígena Sete de Setembro e principais destinos da madeira extraída. In: Ferronato, Nunes, 2010, p. 7.

Embora partes da “floresta das pessoas de verdade” tenham sido desmatadas, o local continua sendo lar de outros seres. De acordo com o levantamento do etnozoonamento

⁹² “Sistema de ‘meação’ são acordos realizados entre indígenas e produtores externos para a produção, onde um indivíduo entra com a terra, outro com o trabalho e/ou insumos, e a produção ou as receitas são divididas entre eles, podendo ser ou não meio a meio” (SURUÍ, A. N. e CENAMO, 2011, p. 6).

(CARDOZO, 2011), a diversidade biológica é expressiva, com a presença de espécies endêmicas, especialmente de aves, e raras, como é o caso dos fungos. O levantamento agrupou as espécies em vegetais, fungos, ictiofauna (peixes), avifauna, herpetofauna (répteis e anfíbios) e mastofauna (mamíferos). Na categoria “vegetais”, a qual me parece equivaler ao reino *Plantae*, foram encontradas “432 espécimes de 40 famílias diferentes, com recorrência de 11 famílias, sendo a família *Burseraceae* a mais representativa (51 espécimes) seguida da *Moraceae* (35 espécimes)” (CARDOZO, 2011, p. 10).

As famílias botânicas predominantes na “floresta das pessoas de verdade”, no entanto, diferem das predominantes na Amazônia como um todo: respectivamente, *Burseraceae* (51 espécimes) e *Moraceae* (35 espécimes) versus “*Fabaceae* [...] (1.611), seguida pelas famílias *Rubiaceae* (1.058), *Melastomataceae* (624), *Myrtaceae* (606), *Lauraceae* (566), *Annonaceae* (480), *Euphorbiaceae* (351), *Chrysobalanaceae* (312), *Malvaceae* (304) e *Sapotaceae* (278)” (TER STEEGE *et al.*, 2016, p. 235). Segundo Ter Steege *et al.* (*id.*), que realizou um levantamento da flora arbórea amazônica, “estas dez famílias corresponderam a 53% de todas as espécies”.

Apesar disso, adiantando a discussão da seção “Quem, afinal, some com o carbono: interpretando as plantas em conjunto”, essa relação se altera quando se observa o nexo entre as espécies hiperdominantes do bioma e as mudas selecionadas *para o reflorestamento*. Na Amazônia, apenas 227 espécies “(1,4% do total) representam metade das árvores de todo o bioma” (NEVES, 2020, p. 115), entretanto, as espécies hiperdominantes não estão distribuídas igualmente pelas famílias botânicas, isto é, em certas famílias há mais espécies hiperdominantes do que em outras, por razões ainda desconhecidas. De acordo com Ter Steege *et al.* (2013),

Arecaceae, *Myristicaceae* e *Lecythidaceae* tem muito mais espécies hiperdominantes (quatro a cinco vezes) do que o esperado pelo acaso, enquanto *Myrtaceae*, *Melastomataceae*, *Lauraceae*, *Annonaceae* e *Rubiaceae* têm menos, provavelmente porque muitas de suas espécies são arbustos ou arvorezinhas que não atingem nosso corte [metodológico] de 10 cm de diâmetro. Em *Fabaceae*, a família mais abundante e diversa no conjunto de dados, o número observado de espécies hiperdominantes não é significativamente diferente do esperado. (p. 228, tradução livre)⁹³.

Sob esse aspecto, várias das mudas selecionadas para o reflorestamento são das famílias *Arecaceae* (açaí [*Euterpe precatoria* e *Euterpe oleracea*], bacaba [*Oenocarpus bacaba*], babaçu [*Orrbignya speciosa*], coco [*Cocos nucifera*], patauí [*Oenocarpus bataua* Mart],

⁹³ No original: “*Arecaceae*, *Myristicaceae*, and *Lecythidaceae* have many (~four to five times) more hyperdominant species than expected by chance, whereas *Myrtaceae*, *Melastomataceae*, *Lauraceae*, *Annonaceae*, and *Rubiaceae* have fewer, probably because many of their species are shrubs or treelets that do not reach our 10-cm-diameter cutoff. In *Fabaceae*, the most abundant and most diverse family in the data set, the observed number of hyperdominant species is not significantly different from the expected”.

pupunha [*Bactris gasipaes*], tucumã [*Astrocarym aculeatum Meyer*]) e *Lecythidaceae* (castanha-do-brasil [*Bertholletia excelsa*]).

Entretanto, ao invés de continuar abordando as plantas, preciso voltar um pouco no tempo para contextualizar o que foram os projetos do *Pamine* e do carbono suruí. Na seção que empresta o nome a esta dissertação estão descritos a origem das mudas, quantas foram plantadas, o sucesso ecológico dos projetos e os usos feitos das espécies, assim como o rendimento comercial de algumas delas. Pareceu-me mais lógico apresentar estas informações considerando as três experiências em conjunto por haver um cruzamento na origem das mudas. Desse modo, passo minha atenção aos projetos dos *Paiterey*.

* * *

No início dos anos 2000, alguns *Paiterey*, especialmente os *Gamebey* ligados a Almir Suruí⁹⁴, começaram a elaborar um plano de gestão para o território, o “Plano de 50 anos”. Tal plano visava conciliar a defesa do território com a geração de renda a fim de proporcionar autonomia para os *Paiterey*. Segundo depoimento de Chicopab Suruí Dias, um *Gamebey*,

Todas estas atividades [ver figuras 9 e 10], estas ações que a gente está realizando agora, vão estar incluídas dentro do Plano de 50 Anos dos Suruí, porque, dentro desses 50 anos, a gente quer que os Suruí tenham alguma coisa independente do que eles têm hoje. Por exemplo, o que a gente pode citar hoje é a madeira, a gente quer que os Suruí tenham seu recurso próprio sem destruir a natureza, mas valorizando sua cultura e, ao mesmo tempo, tendo sua economia. (In: BAVARESCO, 2011, p. 53).

Todas as iniciativas abordadas aqui, que incluem o *Pamine*, o projeto do carbono e, *en passant*, o consórcio *Garah Itxá* (“juntos com a floresta”), estão interligadas através do “Plano de 50 anos”. Elas são nós de uma mesma rede e podem ser vistas como meios diferentes para alcançar um mesmo fim: a autonomia do povo *Paiter Suruí* e a manutenção de algumas tradições, o que inclui encontrar meios para financiar tal autonomia. Isto é corroborado pelos discursos apresentados nos documentos de concepção dos projetos e nos relatórios subsequentes:

As novas tendências de valoração econômica dos recursos naturais, com o intuito de manter a floresta em pé para a produção de serviços ambientais, são alguns dos principais motivos que levaram à criação do Projeto Carbono Suruí. Idealizado pela Associação *Metareilá*, com apoio de organizações não governamentais, o projeto pretende financiar atividades de proteção, fiscalização, produção sustentável e

⁹⁴ Almir é, há alguns anos, o atual *Labiway Esaga* (“líder maior”) do povo *Paiter Suruí*, representando assim o concelho de clãs e a aldeias como principal chefe. O projeto de créditos de carbono foi uma iniciativa dele, pelo qual ganhou, em 2009, o Prêmio Maia Linn enquanto apresentava o projeto durante a COP 15 em Copenhague. Também foi premiado por sua liderança pela Fundação Bianca Jagger de Direitos Humanos em 2011.

melhoria da capacidade local, objetivando a conservação ambiental e o fortalecimento cultural. O projeto está voltado para a comercialização de créditos de carbono como forma de promover as ações de desenvolvimento sustentável e, principalmente, para a implementação do Plano 50 Anos Paiter. O projeto teve início em 2007 e, desde o início, primou por procedimentos participativos. As comunidades vêm participando de processos de apropriação dos conceitos e técnicas utilizados no mercado de carbono. “O projeto e O projeto de reflorestamento subsidiou esta ideia. Em consequência, veio o Projeto de Carbono, que está quase chegando à fase final de conclusão, e isto é resultado do que foi iniciado com o projeto de reflorestamento”. Arildo Suruí (diretor de educação da Associação Metareilá). (BAVARESCO, 2011, p. 56).

O “Plano de 50 anos” para gestão do território, cuja linha temporal pode ser vistas nas figuras 9 e 10, contemplou a realização de um etnozoneamento⁹⁵ (CARDOZO, 2011), um levantamento cultural da terra indígena⁹⁶, bem como os projetos de reflorestamento (BAVARESCO, 2011; SURUÍ, A. N. e CENAMO, 2011), entre outras atividades e oficinas de formação. Diversas organizações brasileiras e estrangeiras auxiliaram os *Paiterey* nesse processo⁹⁷. A Kanindé, organização socioambiental sem fins lucrativos sediada em Porto Velho e fundada em 1992, foi central nesse processo⁹⁸. Foram eles que auxiliaram os Paiter Suruí na elaboração do etnozoneamento a partir de uma metodologia própria, o Diagnóstico Agroambiental Participativo:

em 2003, com o diagnóstico pronto, os indígenas buscaram mais parceiros para colocá-lo em prática. Além da Kanindé vieram o Consórcio Amazonia, Associação Aquaverde da Suíça e a USAID para dar início ao reflorestamento na Terra Indígena Sete de setembro. [...] Um dos trabalhos mais interessantes desenvolvidos pela Kanindé foi o Etnozoneamento da Terra Indígena Sete de Setembro, onde os Paiter Suruí definiram como será feita a gestão do seu território pelos próximos 50 anos.⁹⁹

Alguns anos depois do início das atividades do *Pamine* - renascer da floresta, com as áreas desmatadas já em processo de recuperação, começou-se a discutir a possibilidade de um projeto de venda de créditos de carbono. Almir Narayamoga Suruí, liderança do clã *Gameb* que idealizou o projeto, pretendia desenvolvê-lo através do Mecanismo de Desenvolvimento

⁹⁵ Não seriam todas formas de mapear/zonear uma área parte de etnoconhecimento, seja este ocidental/científico ou indígena/“tradicional”? De toda forma, utilizo o termo porque é assim que o documento é chamado e é assim também que os *Paiterey* e as organizações parceiras o chamam.

⁹⁶ Um dos resultados desse levantamento está disponível no portal “Eu Sou Amazônia” da Google Earth, In: GOOGLE EARTH e ISA. **Portal Eu Sou Amazônia**. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-5.671904,-61.513556,68.15192129a,5000000d,35y,0h,0t,0r/data=CkOSQhlgN2IxOGI1NTcyYjRhMTFIN2E5MGlxZmI3OTk1MDNkMmUaEEV1IFNvdSBbWF6w7RuaWEiDHNwbGFzaHNjcmVlbg?hl=pt-BR>. Último acesso em: 09 de março de 2022.

⁹⁷ Uma lista não exaustiva destas organizações incluiria: Associação Metareilá (e outras associações do povo Paiter Suruí), Kanindé, Forest Trends, ACT Brasil / Ecam Funbio, Idesam, Isa, Google Earth, Imafloa, Rainforest Alliance, VCS e CCB.

⁹⁸ Ivaneide Cardozo (Neidinha) da Kanindé é uma importante indigenista e ambientalista rondoniense, reconhecida internacionalmente por protagonizar o documentário O Território (2022), entre outras coisas. Também é mãe da Txai Suruí, indígena filha de Almir Suruí que falou na COP de 2021 pelo Brasil.

⁹⁹ **KANINDÉ**. Site. “Povo Paiter Suruí conclui o processo de validação do Projeto Carbono Florestal”. Disponível em: <https://www.kaninde.org.br/povo-paiter-surui-conclui-o-processo-de-validacao-do-projeto-carbono-florestal/>. Acessado pela última vez em 8 de março de 2022.

Limpo (MDL) proposto no Protocolo de Quioto. A ideia era vender tais créditos para o governo brasileiro, que poderia usá-los na redução das emissões nacionais de gases de efeito estufa (GEEs), colaborando com as metas assumidas pelo país diante do Protocolo e do Acordo de Paris. Todavia, o projeto não saiu pelo MDL, pois o Protocolo de Quioto (1997), que estabelecia reduções progressivas nas emissões até 2012, prazo prolongado até 2016, acabou sendo substituído pelo Acordo de Paris (2015), tendo em vista a falta de comprometimento dos países signatários em reduzir suas emissões (LOBO, 2018). Ao invés disso, o projeto acabou sendo elaborado via REDD+ (Redução de emissões decorrentes do desmatamento e da degradação de florestas). O Projeto Carbono Florestal Suruí tampouco contou com o apoio do governo brasileiro em parte por conta das políticas ambientais avessas à conservação assumidas em governos subsequentes. Assim, o PCFS foi negociado com empresas privadas¹⁰⁰, a saber, Fifa e Natura, após ter sido validado pelos padrões VCS (Padrão de Carbono Verificado) e CCB (Padrão Ouro de Clima, Comunidade e Biodiversidade) e auditado por Imaflora e Rainforest Alliance.

No entanto, foge ao escopo desta dissertação descrever a rede destas organizações. Assim, para uma discussão a respeito do papel das organizações que atuaram e/ou ainda atuam nos projetos de gestão territorial na “floresta das pessoas de verdade”, ver Hacon (2018). Me interessa, sobretudo, compreender o modo com os *Paiterey* envolvidos com tais projetos se apropriaram deles. Porém, antes de retomar este assunto, preciso elucidar alguns acontecimentos relativos ao projeto do carbono, como a constante menção à renda para justificar a execução do projeto e os conflitos em torno dele.

¹⁰⁰ O modelo de precificação dos créditos gerados pelo sequestro de carbono adotado no Brasil é por acordo entre as partes de cada projeto, aquilo que no mercado financeiro se chama de “acordo de balcão”. Em outros países, o preço é dinâmico e varia conforme as práticas adotadas pelo projeto específico e pelas condições de mercado, dado que pode ser negociado na bolsa de valores.

Ações de gestão territorial e ambiental do povo Paiter Suruí impulsionadas pela iniciativa do

2000	2003	2004-2005	2006	2007
Diagnóstico agroambiental participativo da Terra Indígena Sete de Setembro e elaboração participativa do Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Paiterey Karah (Sete de Setembro), em parceria com a Kanindé e com apoio do Ministério do Meio Ambiente.	Início das atividades de reflorestamento e elaboração do Plano de Gestão Etnoambiental da TI Paiterey Karah (Sete de Setembro), com apoio da Kanindé.	Mapeamento cultural – ACT Brasil.	Articulação na busca de parcerias para implementação do Plano de Gestão. Início da parceria com a Aquaverde.	Contato com Beto Borges, da organização Forest Trend em São Francisco. Início da elaboração do projeto Carbono Suruí.

Figura 8: Linha do tempo do Plano de gestão de 50 anos da *Paiterey Garah I*. In: Bavaresco, 2011, p. 52.

reflorestamento da Terra Indígena Sete de Setembro

2008	2009	2010	2011
Publicação do Plano de Gestão Etnoambiental da TI Sete de Setembro. Reuniões com a comunidade e visita à aldeia do profissional do Forest Trend para consultar a comunidade sobre a proposta do Projeto Carbono Suruí	Contato com o governo brasileiro para apresentação do Projeto Carbono Suruí. <ul style="list-style-type: none"> • Seminário em Brasília visando à apresentação do Projeto Carbono Suruí para representantes do órgão indigenista oficial e para lideranças indígenas; • Estudos jurídicos para o Projeto Carbono Suruí; • Levantamento das áreas desmatadas da TI Sete de Setembro; • Revisão dos estudos biológicos para complementação do diagnóstico etnoambiental; • Consentimento prévio, livre e informado do Projeto Carbono Suruí; • Termo de acordo entre os clãs; • Termo de cooperação entre as entidades parceiras envolvidas no Projeto Carbono Suruí; • Levantamento socioeconômico dos Suruí; • Plano de reflorestamento da TI Sete de Setembro; • Lançamento do Fundo de Gestão Financeira do Projeto Carbono Suruí – Funbio • Início do Consórcio Garah Itxa e apoio as atividades de reflorestamento da TI Sete de Setembro 	Discussões acerca da criação do Parlamento Paiter Suruí. Oficinas de reflorestamento no âmbito do Consórcio Garah Itxa, com apoio da USAID. Lançamento do Projeto Carbono Suruí na COP 16 em Cancun, México.	Cerimônia de Posse dos dez labiway-ey (parlamentares Paiter) e passagem da função de labiway esaga (líder maior Paiter) de José Itabira Suruí para Almir Narayamoga Suruí, eleitos pelas comunidades. Início do funcionamento do Parlamento Paiter Suruí

Figura 9: Linha do tempo do Plano de gestão de 50 anos da *Paiterey Garah II*. In: Bavaresco, 2011, p. 53.

Entre os objetivos que levaram os *Paiterey* a desenvolver o projeto do carbono está a geração de renda. O PCFS seria uma alternativa mais sustentável à venda da madeira por indígenas, visto que manteria a floresta em pé. Ao contrário, caso o projeto não fosse implementado ou nenhuma ação tomada, estima-se que seria derrubada uma área florestal de 12.217,8 hectares até 2038 (GAMEBEY e METAREILÁ, 2014, P. 13; SURUÍ, A. N. e CENAMO, 2011). O projeto foi divulgado como uma solução ganha-ganha, positiva para a economia local e para o ecossistema - até porque esses documentos e depoimentos fazem parte de um “ecossistema” informacional e relacional que, por meio de seu relato, necessita convencer os financiadores a apoiarem o projeto em questão. Nesses relatórios, por exemplo, são construídas imagens de um povo unido, ainda que se saiba que fraturas existem por toda parte. Mas, apesar do reconhecimento internacional adquirido, pelo qual Almir Suruí recebeu da ONU o prêmio Maia Lin em 2009 durante a COP 15 em Copenhague, o projeto foi descontinuado.

Na literatura e em campo, todavia, é possível encontrar narrativas mais complexas a respeito da experiência. De acordo com o que me foi relatado em campo, corroborado pela literatura (RENÈSSE, 2017; SURUÍ DIAS, 2015; HACON, 2018), a razão da descontinuidade do PCFS provém de desacordos na gestão e divisão dos recursos¹⁰¹. Isso teria motivado a retomada da exploração de madeira nas proximidades da Linha 14, aldeia dos *Gamir*, que decidiram encerrar a participação deles no projeto do carbono e com isso iniciaram uma querela com os *Gamebey* da Linha 11 em torno das atividades do Plano de Gestão. Como os créditos de carbono precisam ser validados por entidades externas e um dos critérios para tal é a manutenção do estoque florestal, ou seja, não pode haver derrubada de árvores, o conflito estava posto.

Para Renèsse (2017), os conflitos entre os grupos clânicos são explicados pelo princípio paiter de “seguir a própria história”, isto é, cada grupo reivindicar estar agindo corretamente, que significa agir conforme seus antepassados, e acusa os outros de não fazer o mesmo, de modo que é produzida uma situação espelhada, ou seja, as histórias não são as mesmas a depender da posição que o sujeito ocupa. Assim, “a luta em torno do plano de

¹⁰¹ Os fatos foram noticiados em alguns jornais e os *Paiterey* costumam falar abertamente sobre seus conflitos internos, algo que surpreendeu até mesmo Flávio Bassi. Diz ele: “Eu achei particularmente marcante, e surpreendente, como os Paiter externalizaram, de modo bastante transparente e destoante dos demais, seus conflitos e embates internos durante uma reunião que era coletiva. Dito de outro modo, eles chegaram a ‘lavar roupa suja’ em público, tensionados pelo conflito de representação entre os clãs paiter, um embate que já dura pelo menos oito anos” (2018, p. 147). Com relação ao PCFS durante meu campo, sempre que mencionava o assunto, os *Paiterey* desviavam a conversa com visível desconforto. Tal mudança de postura reflete uma certa *politesse* adotada após a pesquisa de Hacon (2018), que também foi recebida de modos bastante distintos por grupos de parentesco diferentes. Apesar disso, algumas pessoas me falaram que existem tentativas em curso de retomar o projeto do carbono.

gestão era, em suma, a maneira pela qual os protagonistas agiam de acordo com suas próprias histórias, isto é, agiam de forma diferente em função de histórias diferentes” (*id.*, p. 12). Ademais, qualquer iniciativa (“projeto”) que requeira o consentimento livre, prévio e informado esbarra no problema da legitimidade *versus* legalidade (CARNEIRO DA CUNHA, 2009). As associações indígenas, entidades que representam legalmente os grupos indígenas nos projetos, costumam ser lideradas por indivíduos que dominam melhor o português e são mais versados nos assuntos não-indígenas - é o caso de Almir, que reside em Cacoal há anos, mantendo visitas constantes à aldeia Lapetanha da Linha 14, onde nasceu (RENÈSE, 2017). No entanto, são os chefes das aldeias, e não as lideranças das associações, quem tradicionalmente detêm a legitimidade de ação. Soma-se a isso o fato que cada aldeia é uma unidade política autônoma e, portanto, pode tomar decisões diversas daquelas adotadas por outras coletividades do mesmo grupo indígena.

* * *

Mas então por que falar sobre um projeto descontinuado? Tenho algumas razões para tanto. Primeiro porque Suruí Dias (2015) faz uma menção muito interessante sobre o retorno dos espíritos à mata após os projetos do carbono e do *Pamine*, ou seja, após o *renascer da floresta*. Ora, se a floresta renasceu, é porque antes estava morta, mas a condição mesma de sua mortalidade não é definitiva, pode ser transmutada, até mesmo revertida. Enquanto os cientistas falam do ponto de não-retorno da floresta Amazônica (LOVEJOY e NOBRE, 2018), que seria outra versão da “morte” da floresta, os *Paiterey* estão argumentando que a floresta pode nascer de novo. Isto seria possível a partir de um conjunto de práticas que se tenha para com ela, como a ética do cuidado, o manejo sustentável, o reflorestamento. Eles parecem nos alertar que tudo que fazemos importa na manifestação das paisagens que queremos habitar. Então, a floresta renasce e os espíritos retornam. Mas o que significa esse retorno para um povo que perdeu seus xamãs (*cf.* BOLOGNESI, 2018; *cf.* Txai Suruí em entrevista ao roda viva em 2021¹⁰²; CADERNO DE CAMPO, p. 46-7¹⁰³)? Quem mediará as relações entre os mundos? Não tenho resposta oopara tais perguntas, mas não poderia deixar de fazê-las.

¹⁰² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c685bptJSHo&ab_channel=RodaViva. Acesso em: 01 de dezembro de 2021.

¹⁰³ Maria “dos índios” falou comigo sobre essa ausência de xamãs e a conversão deles para o cristianismo.

Outra razão para interessar-se sobre PCFS e o *Pamine* é a composição faunística dos projetos e a forma de manejo das espécies selecionadas para o reflorestamento. A seleção das espécies para o plantio combina mudas de palmeiras com espécies de ciclo perene, cuja maturidade só é atingida muitos anos depois do cultivo. As palmeiras ajudam na sucessão florestal, ao mesmo tempo em que contribuem com a absorção de carbono nos primeiros anos do projeto. Já as espécies perenes, que têm a vantagem de comportarem muito mais carbono a longo prazo, parecem-me possuir um correlato cultural no valor paiter da lentidão.

Agõakap, termo que literalmente significa “coração-lento” e que Bassi (2018) traduz como “honestidade” e “lentidão”, junto do princípio de “seguir a própria história”, é uma das coisas que define um *paiter iter* (“a pessoa de verdade mesmo”) para os Paiter Suruí. A lentidão e a paciência são valores fundamentais para eles e estão associados ao modo de falar e de agir. Ela significa também saber resistir às provocações dos outros com humildade e aceitar o tempo necessário das coisas do mundo.

Em uma grande variedade de atividades e ações, desde o trabalho agrícola, as artes manuais e verbais, até o consumo de alimentos, a caça e a pesca, a lentidão é o marcador externo, visível, tanto do domínio técnico da atividade quanto da determinação com a qual ela é conduzida, e até a nobreza da intenção que a anima. Ao contrário, a velocidade (*xabaga*) denota pressa ou afobamento e com isso é sinal de que seu autor receia que sua ação se torne pública pois sua agitação indica que ele sabe que sua ação não está em conformidade com os ideais morais e as técnicas do campo de atividade em questão. A pressa é interpretada como descuido daquele que se sente envergonhado e quer livrar-se logo de eventual atribuição. (*id.* p. 128).

A lentidão, no entanto, não deve ser associada à ausência de movimento, pois ela demanda regularidade na expressão de calma e ponderação (BASSI, 2018, p. 83). Segundo Bassi, a lentidão também se faz presente durante o *mehtareda*¹⁰⁴, a abertura de clareiras na mata durante o ritual de *Mapimái* (“a festa de criação do mundo”)¹⁰⁵. Para ele, a suspensão espaço-temporal gerada pela estadia na clareira é fundamental para proporcionar as condições de aprendizado das artes manuais e verbais paiter suruí, pois é um tempo de dedicação exclusivo à tais atividades.

Além disso,

Essa lentidão também é a marca das capacidades agentivas da natureza, pois os processos naturais requerem tempo e não podem ser acelerados ou controlados em demasia, com o risco de comprometer seus frutos. É o caso do tempo da colheita e do amadurecimento dos frutos, da criação dos animais, da pesca, do andamento das estações, e assim por diante. Querer acelerar, seria como que burlar um processo natural, inserindo um elemento de imprevisibilidade no âmbito de processos

¹⁰⁴ Às vezes grafado como *metare* ou *metareilá*.

¹⁰⁵ Durante o *mapimái*, os Paiter se dividem entre os “da roça” (*iwai*) e os “da mata” (*metare*). Os primeiros são responsáveis pelo plantio, colheita e preparo da chicha, enquanto que os segundos caçam e produzem alguns objetos como flechas e adereços, que serão trocados durante o ritual (Mindlin, 1985; Cardozo, 2012). Embora realizado com menos frequência hoje em dia, *iwai* e *metare* funcionam como marcadores territoriais ou categorias de paisagem.

relativamente “estáveis”, no sentido de situarem-se no campo daquilo que se conhece, de como as coisas já funcionam e operam. Fazer diferente ou agir de alguma maneira contrária a esse curso natural despertaria, portanto, desconfiança. A questão não é deixar de agir “sobre” a natureza, mas de fazê-lo segundo um ritmo, um tempo, e com regras espaço-temporais aceitas e reconhecidas dentro das leis a que se subscreve qualquer paiteer que se queira verdadeiro (*iter*). Por fim, isso se conecta à lógica da reprodução de modelos tidos como perfeitos, já que a perfeição só pode ser alcançada pela prática da lenticidade, acompanhando o mais próximo possível os modos de fazer da própria natureza. (*id.*, p. 129).

Assim, pensando na capacidade agentiva das castanheiras, espécie privilegiada no PCFS, dado a menção recorrente a ela nos relatórios, bem como de outras plantas do projeto de reflorestamento, em sua maioria plantas de ciclo perene, vejo uma confluência entre a lenticidade do crescimento dessas espécies e a lenticidade enquanto um valor cultural. Dito de outro modo, parece que a lenticidade enquanto valor é a expressão cultural da manifestação material do ciclo perene das plantas hiperdominantes da paisagem amazônica e do *Pamine*. Olhar as castanheiras a partir do conceito de paisagem

supõe a existência de uma relação de constituição entre esses lugares e a vida dos seres humanos que os habitam. Como bem define Balée (2003): "Paisagens são encontros de pessoas e lugares cujas histórias estão impressas na matéria, incluindo matérias vivas". (FERNANDES, 2020., p. 250).

No caso, as castanheiras são encontros entre cutias, abelhas e pessoas (SCARAMUZZI, 2020), sejam essas pessoas do presente ou do passado, uma vez que as castanheiras conectam a vida dos antepassados com a dos atuais *Paiteer*, pois elas são um traço na paisagem que registra a ação de quem ou o que veio antes. Mas essa habilidade não é só da castanha. Da mesma forma, o patauí (*Oenocarpus batuí*), a bacaba (*Oenocarpus bacaba*), a pupunha (*Bactris gasipae*) e o algodão tapupura (uma variedade *Gossypium*), segundo Cabral de Oliveira (2020), também conectam múltiplas temporalidades e, de modo geral, as espécies do reflorestamento e do PCFS conectam o tempo presente com o passado, por meio dos espécimes plantados outrora por outrem, e com o futuro, através do replantio.

Em suma, o manejo das mudas reflorestadas combina técnicas novas aprendidas em oficinas, como a manutenção de um viveiro de mudas, com plantas de múltiplas temporalidades, ainda que privilegiam as de ciclo perene por suas características biofísicas que armazenam mais carbono. Assim, embora exista o problema de “seguir ou sair da própria história” (*cf.* RENÈSE, 2018), a autonomia, ou a “tradição”, pode ser entendidas como uma forma de conservação da diferença. É preciso saber como vivem os *yara*, seja assumindo suas roças ou aprendendo a reflorestar por seus meios (através dos projetos em parcerias com as ONGs), para não se tornar *yara*, isto é, para continuar sendo indígena. Afinal, experimentar a diferença é manipulá-la, pô-la a serviço de si. Eis o modo de ser indígena paiteer.

Notar

O Andarilho se mudou para Rondônia no final dos anos 1970, a procura de não sabe bem o quê e tendo deixado mulher e filhos para trás. Mas só se mudou definitivamente para a *estância* em 1994, embora tenha adquirido a propriedade ainda na década de 1980. Quando lhe perguntei “por que Rondônia?”, ele me contou duas histórias¹⁰⁶. A primeira, de quando ainda era criança no oeste de Santa Catarina, um lugar conhecido pelas duras geadas no inverno e que conheço muito bem, pois também sou de lá. Olhando para os pássaros no céu, *O Andarilho* perguntou para onde iam. “Para o norte, porque no norte não faz frio”, alguém respondeu. E ele pensou que um dia seguiria aqueles pássaros e fugiria do frio. Ele conta, com muita jovialidade ainda, a surpresa que teve ao descobrir existir um lugar no mundo que nunca fazia frio. A segunda história é de seus anos em Curitiba, onde descobriu o budismo. Nessa época, pôs na cabeça que iria estudar budismo em um monastério no Nepal, porém abortou o plano assim que soube que também fazia frio no Nepal, pois o frio o “deixa melancólico”, diz. É por conta desse rechaço às temperaturas amenas que optei por renomear o local como *Estância Sol y Calor* e, claro, a palavra “estância” remete ao vocabulário do sul, de onde *O Andarilho* vem.

O conheci por meio de meu padrinho de crisma, que é um dos muitos irmãos mais novos dele. A razão pela qual meu padrinho se mudou para Rondônia reside justamente nesta relação: se mudou para viver perto do irmão e da *estância*, um recanto próximo da natureza, distante dos homens e de sua vilania¹⁰⁷. É assim, ao menos, que eles pensam a vida naquelas paradas. Filho de madeireiros catarinenses, ele próprio já trabalhou como um e reconhece nas atividades predatórias rondonienses uma herança do sul, algo de que Maria também me falou¹⁰⁸. Hoje, ambos *O Andarilho* e meu padrinho tentam se reaproximar daquilo que seus pais não queriam mais nem para eles, nem para si: a mata.

A *estância* não é tão distante de Cacoal, mas seu acesso é limitado. As estradas ainda são de chão e é preciso atravessar um rio por balsa, estando sujeito aos horários do balseiro. *O Andarilho* fala que no passado era pior. Não duvido. Ele se estabeleceu ali dois anos antes de *Tuga* começar a operar a balsa, sobre quem falei brevemente na seção “Cheiro” do Capítulo 1. O local outrora fora uma fazenda da qual se extraía madeira e estava bastante desmatado quando ele se mudou para lá. Até hoje, apesar d’*O Andarilho* ter replantado muitas árvores e

¹⁰⁶ cf. CADERNO DE CAMPO, p. 61.

¹⁰⁷ cf. CADERNO DE CAMPO, p. 64-6.

¹⁰⁸ cf. CADERNO DE CAMPO, p. 76-7.

$\frac{2}{3}$ da área estarem preservadas¹⁰⁹, ainda é possível caminhar pela antiga estrada interna usada pelos madeireiros (figura 15).

O Andarilho mora sozinho há cerca de 30 anos (28 anos quando nos conhecemos, para ser mais exata) e revela que no começo a adaptação foi custosa em razão da solidão. Apesar disso, gradualmente aprendeu a reconhecer outros seres e formas de vida a seu redor, fazendo da *estância* seu monastério, isto é, um lugar em que ficava “quinze dias ou mais sem ver uma alma, meditava, lia e apreciava as coisas”¹¹⁰. Hoje, caminha pelo terreno e sabe dizer quais animais passaram por ali observando pegadas, fezes e vocalizações, pois cada pássaro tem um canto, assim como as cigarras e os bugios também tem suas vozes. Também reconhece a presença de alguns animais observando quais sementes ou pedaços de frutas estão espalhadas no chão, uma vez que certas plantas são consumidas somente por alguns bichos, que acabam atuando na dispersão das mesmas. Além disso, sabe reconhecer muitas plantas por várias de suas características, como folhas, frutos, sementes, cheiro, cor, tamanho, *etc*¹¹¹.

O Andarilho aprendeu tudo isso na prática, observando aquilo que estava à sua volta. Logo, é justo afirmar que, nesses anos sem companhia humana, se tornou um praticante das *artes da atenção*. Pude vê-lo exercer sua arte da atenção durante uma trilha que percorremos pela propriedade. Nos sentamos para ver o sol se pôr (figura 14). Alguns insetos e animais costumam realizar vocalizações nesse horário, hora em que certas plantas também emitem um cheiro adocicado a fim de atrair polinizadores. Percebi o barulho, mas quando *O Andarilho* chamou a atenção para isso, distinguindo cada um dos *sons* - as cigarras mais agudas, os bugios mais roucos - naquilo que para mim era uma massa amorfa, compreendi que para ele aquilo não *barulho*, era, na verdade, um *som* *significante*, um indicativo da presença de outrem. Em suma, aquilo que era cacofonia para os meus sentidos, era polifonia para os dele. É a essa habilidade de perceber a presença de outros seres, seja por suas vocalizações ou quaisquer outras características, que chamo de “notar”.

A fauna e flora do local são compostas por diversas espécies. Sem realizar um inventário exaustivo, cito aqui algumas que vi¹¹². Da avifauna pude observar arara, harpia, maritaca, um tipo de pica-pau, quero-quero, sabiá e tucano. Da mastofauna convive com alguns tatus e bugios cotidianamente. Também já foram registradas onças por meio de uma câmera fotográfica noturna. De insetos há uma variedade de mosquitos, além de cupins,

¹⁰⁹ Nem toda mata que tem na *estância* foi plantada pelo *Andarilho*, parte considerável já estava lá. O que ele fez foi recuperar áreas mais desmatadas do local.

¹¹⁰ CADERNO DE CAMPO, p. 61.

¹¹¹ *cf.* CADERNO DE CAMPO, p. 66-7.

¹¹² *cf.* CADERNO DE CAMPO, p. 65-7.

abelhas sem ferrão e carrapatos. Da flora tem cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), manga (*Mangifera indica* L.), cajueiro (*Anacardium occidentale* L.), buriti (*Mauritia flexuosa*), tucumã (*Astrocarym aculeatum* Meyer), bambu, castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), sete copas (*Terminalia mantaly.*, figura 22), bacuri (*Garcinia gardneriana*, figura 23), cerejeira (*Amburana cearensis* var. *acreana*, figura 24), angelim (*Swartzia* cf. *grandifolia* Benth, figura 25), jatobá (*Hymenaea courbaril*, figura 26), caixeta (*Simarouba amara* Aubl., figura 27), pau-amargo (*Geissospermum laeve* (Vell.) Miers, figura 28), cumaru (*Dipteryx odorata*, figura 29), imbirema (*Couratari* sp., figura 30) e palmeiras diversas, dentre as quais a de dendê (*Elaeis guineensis*). Na seção “Quem, afinal, some com o carbono: interpretando as plantas em conjunto” descrevo a vegetação do local com mais detalhes, comparando-a com a das outras experiências de reflorestamento. Também há uma tabela com os nomes científicos das espécies ao final da seção, organizadas em ordem alfabética por família botânica.

No terço restante da propriedade, além da casa que construiu para si, *O Andarilho* arrenda a terra para pasto, um arranjo comum no estado. Nesses arranjos, as cabeças de gado pertencem a uma pessoa diferente daquela a que a terra onde o rebanho descansa pertence. Mas essa não é uma pastagem como outra qualquer, intensiva, é um “pasto sombreado”¹¹³. Nesse tipo de pastagem a terra não é completamente desmatada. Ao contrário, são dispostas várias árvores agrupadas em múltiplos pontos da terra a fim de que o gado possa comer e descansar na sombra (figura 13). Ele afirma que isso é bom para o bem-estar animal e, conseqüentemente, renderia mais na produção final da carne. Seria bom também para a natureza, que não é arrasada. A lotação máxima, para ele, é de 400 cabeças em 140 alqueires, aluguel que rende cerca de R\$15mil por mês. A vantagem desse arranjo, para os donos do rebanho, é não ter que cuidar da terra, isto é, fazer a manutenção dela, nem pagar multas. Outra vantagem é a alta liquidez que as cabeças de gado têm, haja vista que a venda é fácil. Na região, é comum que pessoas peguem empréstimos em bancos para comprar as cabeças, esperem o gado se valorizar e vendam o rebanho. A operação é vantajosa financeiramente, pois a valorização compensa o pagamento de juros e ainda é possível lucrar com a venda. É por isso que se busca mais terras para instalar mais rebanhos.

O Andarilho acredita que vive como os índios, “na natureza”, diz¹¹⁴. No entanto, nenhum indígena vive sozinho, ou mesmo solteiro, haja vista o problema social que isso provoca, afinal, estas são sociedades nas quais existe uma divisão sexual do trabalho, logo, um solteiro carece de alguém que execute a outra metade do trabalho e também das relações

¹¹³ cf. CADERNO DE CAMPO, p. 69-70.

¹¹⁴ cf. CADERNO DE CAMPO, p. 61.

de aliança que o casamento poderia proporcionar (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 77-8). Ele, *o Andarilho*, lembra Christopher McCandless, um jovem nômade que usava o pseudônimo Alexander Supertramp e cuja biografia é contada no filme “Na natureza selvagem” (2007), baseado no livro de mesmo nome. *Tramp*, em inglês, é um termo usado para se referir a moradores de rua e/ou pessoas que viajam a pé sem se estabelecer em lugar nenhum. É uma figura que no Brasil conhecemos como os andarilhos de beira de estrada, razão pela qual renomeei meu interlocutor como *O Andarilho*, apesar de ele, assim como Alexander Supertramp, ter eventualmente se estabelecido em um lugar. Ambos se desiludiram com a “civilização”, como se todos os males se originassem dela, como se a sociedade corrompesse o homem - uma perspectiva bastante rousseauiana. Por isso, rechaçaram a vida coletiva, idealizando uma vida “na natureza”, um lugar sem problemas. Entretanto, diferente de Alexander Supertramp, que morreu comendo uma planta venenosa no Alasca em 1992, *O Andarilho* sobreviveu à jornada de fuga até o Guaporé (cf. GILBERTO GIL, 1984).

Outra diferença entre *O Andarilho* e os povos indígenas é a continuidade de sua forma de vida. *O Andarilho* está sozinho, não tem para quem passar seus conhecimentos. Quando perguntei o que aconteceria quando morresse, numa negação do problema de continuidade, meu padrinho respondeu “mas ele não vai morrer”. Se os filhos d’*O Andarilho*, que ainda moram em Santa Catarina, vão dar seguimento ao que ele manifestou, é incerto. Os dois, meu padrinho e seu irmão, afirmam que “a ideia era fazer algo para si mesmo, por fora do sistema”¹¹⁵, o que demonstra um limite desse tipo de experiência individualista que surge do desencantamento com o mundo social dos humanos.

A princípio, achei esse jeito d’*O Andarilho* “nem esquerda, nem direita, mas jornada espiritual” um escapismo. Não deixa de ser, mas não é só isso. Fui entendendo ser também uma estratégia para lidar com seus vizinhos *yaraey* que, assim como ele, arrendam terras ou criam os próprios rebanhos, porém sem as mesmas preocupações ambientais. *O Andarilho*, justamente por sua condição de *yara* solitário, não tem o mesmo suporte de ONGs que os Paiter Suruí têm, por exemplo. Por causa disso precisa criar outros modos de lidar com a pressão dos vizinhos para arrendar também os $\frac{2}{3}$ da terra que estão preservados. A explicação pela via da jornada espiritual parece convencê-los neste caso.

Apesar da pressão para desmatar, *O Andarilho* resiste e a *Estância Sol y Calor* atrai pesquisadores brasileiros e estrangeiros, assim como fotógrafos e amadores - outros amantes da natureza, observadores de pássaros - que se hospedam na casa dele para também *notar* as plantas e os animais.

¹¹⁵ CADERNO DE CAMPO, p. 64.



Figura 10: Arredores da *Estância Sol y Calor I*. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 11: Arredores da *Estância Sol y Calor II*. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 12: Pastagem sombreada na *Estância Sol y Calor*. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 13: Pôr do sol na *Estância Sol y Calor*. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 14: Antiga estrada usada para extrair madeira ilegalmente no interior da *Estância Sol y Calor*. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 15: Mata à margem da antiga estrada dos madeireiros no interior da *Estância Sol y Calor*. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 16: Final da antiga estrada usada para extrair madeira ilegalmente no interior da *Estância Sol y Calor*I.
Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 17: Rio no interior da *Estância Sol y Calor* I. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 18: Rio no interior da *Estância Sol y Calor II*. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 19: Lagoa na *Estância Sol y Calor I*. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 20: Lagoa na *Estância Sol y Calor* II. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 21: Sete Copas (*Terminalia mantaly*) *Estância Sol y Calor*. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 22: Bacuri (*Garcinia gardneriana*) Estância Sol y Calor. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 23: Cerejeira (*Amburana cearensis* var. *acreana*), ao centro da imagem, Estância Sol y Calor. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 24: Angelim (*Swartzia* cf. *grandifolia* Benth), ao centro da imagem, Estância Sol y Calor. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 25: Jatobá (*Hymenaea courbaril*), ao centro da imagem, Estância Sol y Calor. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 26: Caixeta (*Simarouba amara* Aubl.), ao centro e topo da imagem, Estância Sol y Calor. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 27: Pau-amargo (*Geissospermum laeve* (Vell.) Miers) jovem, Estância Sol y Calor. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 28: Cumaru (*Dipteryx odorata*), Estância Sol y Calor. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 29: Imbirema (*Couratari* sp), Estância Sol y Calor. Foto Tainá Scartezini, 2022

Compor

A Ação Ecológica Guaporé – Ecoporé é uma organização não-governamental que atua na conservação ambiental de Rondônia por meio de projetos de recomposição florestal, restauração ecológica e agricultura sustentável.

Em 1988, um grupo de pessoas preocupadas com o modelo de desenvolvimento territorial, que culminou na derrubada da floresta em áreas de ocupação agropecuária no estado de Rondônia, uniram-se para fundar a Ação Ecológica Guaporé – Ecoporé, com objetivo de legitimar e dar voz as suas ações em prol da preservação de áreas florestais estratégicas, bem como da conservação ambiental visando o desenvolvimento sustentável e manutenção das atividades produtivas¹¹⁶.

A atual direção da organização é composta por Sheila Noele da Silva Moreira (presidente) e Marcelo Lucian Ferronato (vice-presidente)¹¹⁷. Paulo Bonavigo, que entrevistei em 06 setembro de 2022 durante uma visita ao Viveiro Cidadão, projeto mantido pela ONG em Rolim de Moura - RO, foi presidente da Ecoporé entre março de 2019 e março de 2023 e, atualmente, é secretário da instituição¹¹⁸. Marcelo, diga-se de passagem, foi citado ao longo da dissertação por conta de um artigo que publicou a respeito do desmatamento na “floresta das pessoas de verdade” (FERRONATO e NUNES, 2010) e pelo registro das mudas reflorestadas nos diferentes projetos da ONG (FERRONATO e SOUZA, 2019). Similarmente, Bonavigo também tem uma publicação sobre o território dos *Paiterey* (2009), um levantamento da mastofauna local. Isso demonstra a familiaridade que eles e a ONG, portanto, têm com a realidade indígena, particularmente Paiter Suruí, que me interessa.

Além do viveiro, onde as mudas que serão plantadas nos projetos/“iniciativas” ficam até atingirem 45 centímetros (figuras 31 a 37), a ONG realiza outros projetos em parceria ou que têm indígena como beneficiários. É o caso do programa “Nossa floresta, nossa casa”¹¹⁹, coordenado por Bonavigo, cujo objetivo é plantar 1 milhão de árvores em 8 territórios indígenas de Rondônia e do Mato Grosso¹²⁰.

A respeito da atuação da Ecoporé, seja junto a povos indígenas ou aos *yaraey*, gostaria de destacar três pontos: 1) optar por fazer parcerias com indivíduos (as “iniciativas”, como

¹¹⁶ **ECOPORÉ**. Site. Disponível em: <https://www.ecopore.org.br/institucional>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

¹¹⁷ **ECOPORÉ**. Site. Disponível em: <https://www.ecopore.org.br/diretoria>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

¹¹⁸ **LINKEDIN**. Perfil. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/paulo-henrique-bonavigo-b8206690/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

¹¹⁹ **ECOPORÉ**. Site. Disponível em: <https://www.ecopore.org.br/nossa-floresta-nossa-casa>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

¹²⁰ CADERNO DE CAMPO, p. 44.

eles dizem) ao invés de somente com associações; 2) fazer dos agricultores e outros participantes dos projetos divulgadores dos mesmos; e 3) a origem dos próprios funcionários da organização.

Sobre as parcerias por “iniciativas”, Paulo me contou que é uma forma de contornar alguns problemas que emergem das parcerias firmadas com as associações. Um exemplo seria os racha que podem acontecer quando parte das pessoas que compõe a associação não querem mais fazer parte dos projetos, inviabilizando, assim, o projeto como um todo. Para contornar a situação, optaram por continuar doando as mudas, já prontas para serem plantadas, para quem aparecesse e estivesse interessado nelas, independente de se a pessoa fizesse, ou não, parte de uma associação ou projeto. Comentando os conflitos entre os *Paiterey*, ele diz:

A Linha 14 tem é basicamente duas aldeias. É uma aldeia, mas é uma galera que vende madeira e uma galera que quer trabalhar a floresta. A gente trabalha com quem quer trabalhar a floresta. A gente ajudou o pessoal lá da outra, "ah, a gente quer restaurar uma área". "Beleza, a gente deu as mudas lá, vamos lá". Mas, a gente trabalha com quem quer trabalhar. [...] A gente trabalha muito a nível de associação, aí está com dificuldade de conseguir áreas, aí a gente falou "Pô, quem quer trabalhar?" Aí, às vezes, "Eu não sou de associação nenhuma, mas eu quero plantar uma roça ou plantar um sistema produtivo". "Bora!". Por isso que a gente chamou de iniciativas. Iniciativa é [pausa] se você é um casal, eu quero fazer. Às vezes se só a mulher quer a fazer, é uma iniciativa. Que que ela quer? Ela quer plantar o que ela usa para artesanato, bora plantar! (perto do minuto 38).

Logo, é possível afirmar que eles contornam a rede oficial, isto é, os atores institucionalizados para poder dar continuidade aos projetos da ONG. A Ecoporé, a partir do aprendizado com a experiência acumulada, encontrou um jeito de estabelecer uma concordância pragmática entre os envolvidos (ALMEIDA, 2013).

Com relação ao segundo ponto, a Ecoporé desenvolveu um projeto educativo, a Escola da Restauração, onde capacitam agricultores para reconhecer a biodiversidade local. Como discutido no capítulo 01, a maioria dos agricultores são migrantes de outras regiões do Brasil, sobretudo do sul e do sudeste, cujos biomas diferem do presente na região norte. Portanto, é fundamental que eles aprendam a reconhecer, lidar e relacionar-se com a vegetação dali, se quisermos que paisagens habitáveis emerjam. No modelo de ensino adotado “depois de transformar eles [os agricultores] em multiplicadores, a gente não quer que eles aprendam e vão lá, ficam lá... ele vai ensinar o vizinho, outro vizinho e é muito mais fácil” (perto do minuto 36:30), diz Paulo. Na visão deles, os agricultores têm mais facilidade em espalhar o projeto, pois pensam como agricultores e por isso, ao conversar com seus pares, conseguem convencê-los melhor do que os “ongueiros”.

Marcos é agricultor, estudou em escola agrícola. Eu, se eu for sentar com o agricultor, vai ser uma conversa. O Marcos sentar, vai ser outra.

Mil vezes à frente, mil vez à frente. Porque ele sabe como o cara pensa. "Ah, Paulinho, mas eu cresci no interior, meu pai já foi agricultor, conheci diversos agricultores...". Mesmo assim. O Marcos foi agricultor, [fala com um sorriso], totalmente diferente. É igual indígena. (perto do minuto 36:30).

O pessoal da Ecoporé chama quem é afetado pelos projetos para compor com ele, ou seja, para também escolher as mudas que lhes interessam e para divulgar os resultados.

Em outro momento de nossa conversa, Paulo aponta justamente para isso, para a necessidade de levar em consideração as próprias necessidades dos agricultores na hora de elaborar os projetos. Eles, enquanto ONG, estão interessados na restauração, mas os agricultores e indígenas não precisam estar. Dessa forma, trabalhando de perto com populações tão diversas, os funcionários da Ecoporé compreenderam que era preciso *compor* com as populações com quem trabalhavam:

Não é dar mais um trabalho pro agricultor. Ele já precisa fazer isso. A lei já manda ele recuperar essa beira de rio. É oferecer hoje um hectare restaurado, hoje 2022, ele vai custar trinta e cinco mil fácil, quando você tem colocar palanque de cerca, é 35mil fácil. 2019 era 20mil. Então, o agricultor não vai fazer. Ele vai ter que tirar dinheiro de outro lugar para fazer. Então a gente oferece a oportunidade de ele regularizar ambientalmente a propriedade dele. Então ele tem o benefício, *ele não vai fazer porque ele gosta do meio ambiente, ele vai fazer porque ele tem o benefício. E aí, nisso, a gente percebeu também que a gente tinha que oferecer alguma coisa além de monte de espécies nativas.* "O que é que você tem interesse em plantar?". "Ah, eu quero plantar café". "Ah, café não pode, na APP a lei não deixa". "Ah, então eu quero plantar pupunha". "Po, pupunha pode. Pupunha é nativa". "Eu quero plantar então buriti, babaçu, entende". *Foi nas nativas e ciências que vão gerar alguma renda para ele, o açaí, a pupunha, o patauí...* "Ah, então beleza, essas podem". Hoje, nós trabalhamos muito mais ampliados, trabalhamos com quintas, com mulheres agricultoras e também com os jovens agricultores. Mas o agricultor que vai necessariamente fazer a APP, reserva legal. A lei mudou um pouco e permite até exótica. *Mas a APP te oferece também alguma geração de renda para ele.* Então, eu falo, a Ecoporé não impõem as espécies. Ele fala algumas espécies que ele quer, as essências, a gente fala "beleza, então agora a gente vai completar com plantar pioneiras, de climax, secundárias". Então, a gente compõe a restauração a partir daquilo ele coloca. A mesma coisa com os indígenas. (perto do minuto 12:40 - grifos meus).

Aqui, o desenho de tais projetos surge em conjunto com as populações, de modo que compor é um modo de dialogar e fazer junto, desviando dos problemas que aparecem no caminho.

Além disso, novamente, vê-se a renda surgir como um ponto importante na fundamentação dos projetos, desde o interesse em participar ou não deles até a escolha das mudas. Um caminho para futuras pesquisas está em indagar: o que significa renda para os *yaraey* e para os *Paiterey*? Como eles usam a renda que obtêm com o reflorestamento e a adequação ambiental de suas propriedades? É feita alguma distinção da renda que vêm destes projetos da renda de outras fontes? Quais os sentidos e sentimentos das pessoas sobre o dinheiro que extraem da natureza? Independente das respostas, renda parece ser um ponto

crucial, aquilo que permite que populações do campo continuem no campo, que continuem produzindo e sobrevivendo dessa produção, nos muitos sentidos que sobreviver pode ter.

Outro fator que surge como justificativa em alguns projetos é a Década da Restauração da ONU, assim como pautas do movimento de mulheres, no caso de quintais produtivos¹²¹. Se, por uma via, organizações internacionais se pautam no que acontecem localmente, por outra, as organizações locais também se pautam pelas deliberações internacionais. Acontece um diálogo entre estes atores.

No que diz respeito ao terceiro ponto, a origem dos “ongueiros”, Paulo e Marcelo, como tantas outras pessoas em Rondônia, são filhos dos colonos que se mudaram para o estado na segunda metade do século XX, sobre quem discorri no capítulo 01. O pai de Paulo veio do Paraná em 1984, “naquela expectativa de ter terra, foi um dos muitos que, enfim, não deu certo” (perto do minuto 39). “Não dar certo” significa ter que abandonar o campo. Essa é a história de quem acreditou no “sonho rondoniense”, mas chegando lá se deparou com um pesadelo: mata densa e desconhecida, terras de baixa produtividades, conflitos, *etc.* Os pais de Paulo desmataram inúmeros hectares, razão pela qual hoje ele diz querer “desfazer o estrago que seus pais fizeram”¹²². O que teria provocado essa mudança na relação com o ambiente? A vida teria se tornado tão insustentável em apenas uma geração para a mentalidade de um colono mudar tanto? Independente de qual seja a resposta, é um sinal de que é possível cultivar nos colonos outros relacionamentos com a paisagem.

¹²¹ Falo em movimento de mulheres, porque “feminismo” não é usado por eles em momento algum. Quanto aos quintais produtivos, são cuidados pelas esposas de agricultores. Existe uma percepção local, que vêm sendo questionada, do trabalho da mulher no campo como “ajuda” não como trabalho. Por conta dessa percepção, seus familiares homens, que administram a propriedade, não assinam as carteiras de trabalho das parentes mulheres, de modo que elas ficam sem direitos trabalhistas. Portanto, o trabalho delas nas roças e na casa é invisibilizado. Ademais, os quintais produtivos são bem mais biodiversos que as plantações geridas pelos maridos. Enquanto os quintais são voltados para a alimentação familiar, as plantações são voltadas para o mercado, fazendo com que o cultivo de *commodities* seja priorizado.

¹²² CADERNO DE CAMPO, p. 44-5.



Figura 30: Mudanças no Viveiro Cidadão da ONG Ecoporé I. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 31: Mudanças no Viveiro Cidadão da Ecoporé II. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 32: Mudanças no Viveiro Cidadão da Ecoporé III. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 33: Mudanças no Viveiro Cidadão da Ecoporé IV. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 34: Mudanças no Viveiro Cidadão da Ecoporé V. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 35: Mudanças no Viveiro Cidadão da Ecoporé VI. Foto Tainá Scartezini, 2022.



Figura 36: Mudanças no Viveiro Cidadão da Ecoporé VII. Foto Tainá Scartezini, 2022.

Quem, afinal, some com o carbono: interpretando as plantas em conjunto

As 127 espécies que compõem o corpus desta pesquisa fazem parte de 40 famílias botânicas diferentes. Há também 3 espécies cujas famílias são desconhecidas. Das 40 famílias conhecidas, 4 são recorrentes, a saber, *Fabaceae*, *Arecaceae*, *Malvaceae* e *Anacardiaceae*, com 27, 11, 9 e 6 espécies respectivamente. A *Fabaceae* é conhecida como a família das leguminosas e as outras famílias são conhecidas, respectivamente, como família das palmeiras, de angiospermas e de espécies frutíferas. Juntas, elas reúnem 53 espécies, aproximadamente $\frac{2}{5}$ de todas as espécies analisadas (41,73%, mais precisamente)¹²³. Como é possível notar, apenas uma delas, a *Fabaceae* é a mais representativa, concentrando cerca de 1/5 das espécies. Em proporção similar, 29 espécies, outro quinto do conjunto, estão agrupadas em famílias com somente uma ou duas espécies e um terço do total delas (41 espécies) estão em famílias que agrupam de 3 a 5 espécies.

No entanto, somente 30 espécies aparecem em mais de um projeto e, dessas, apenas um conjunto restrito de 5 aparecem simultaneamente nos três locais de pesquisa: 1) a cerejeira

¹²³ As proporções mencionadas não se referem ao número de espécimes *in loco*, mas à proporção de espécie com relação às famílias botânicas às quais elas pertencem na tabela.

(*Amburana cearensis* var. *acreana*); 2) o jatobá (*Hymenaea courbaril*); 3) o caju (*Anacardium occidentale* L.); 4) a manga (*Mangifera indica* L.); e 5) a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*). As duas primeiras são da família *Fabaceae*, as duas seguintes são da *Anacardiaceae* e a última é da *Lecythidaceae*. Além disso, três dessas espécies são consideradas de alto valor comercial, a castanheira pelo seu consumo alimentar e as outras duas, a cerejeira (*Amburana cearensis* var. *acreana*) e o jatobá (*Hymenaea courbaril*), pela madeira. As duas restantes também têm potencial econômico, visto que são bastante consumidas.

Ao nos voltarmos para as espécies presentes nos projetos da Ecoporé e dos Paiter Suruí, temos 16 espécies presentes em ambos. São elas: 1) aroeira (*Myracrodruon urundeuva*, família *Anacardiaceae*); 2) graviola (*Annona muricata*, família *Anacardiaceae*); 3) açaí da mata (*Euterpe precatoria*, família *Arecaceae*); 4) pupunha (*Bactris gasipaes*, família *Arecaceae*); 5) ipê-amarelo (*Handroanthus serratifolius*, família *Bignoniaceae*); 6) ipê-roxo (*Handroanthus impetiginosus*, família *Bignoniaceae*); 7) ingá (*Inga edulis*, família *Fabaceae*); 8) itaúba (*Mezilaurus itauba*, família *Lauraceae*); 9) acerola (*Malpighia glabra* L., família *Malpighiaceae*); 10) cacau (*Theobroma cacao*, família *Malvaceae*); 11) mogno (*Swietenia macrophylla*, família *Meliaceae*); 12) jaca (*Artocarpus heterophyllus* Lam., família *Moraceae*); 13) banana (*Musa spp.*, família *Musaceae*); 14) cedro (*Cedrela fissilis*, família *Pinaceae*); 15) pocã (*Citrus reticulata*, família *Rutaceae*); e 16) abiú (*Pouteria guianensis* Aubl., família *Sapotaceae*). Em sua maioria são frutíferas e árvores de madeira de lei, sendo a família *Anacardiaceae* (4) a mais representativa neste conjunto.

Quando nos voltamos para as espécies que estão em simultâneo na Ecoporé e na *estância*, desconsiderando as que aparecem simultaneamente nos três, temos 8 espécies: 1) pau-amargo (*Geissospermum laeve* (Vell.) Miers, família *Apocynaceae*); 2) buriti (*Mauritia flexuosa*, família *Arecaceae*); 3) bacuri (*Garcinia gardneriana*, família *Clusiaceae*); 4) angelim (*Swartzia cf. grandifolia* Benth, família *Fabaceae*); 5) cumaru (*Dipteryx odorata*, família *Fabaceae*); 6) imbireba (*Couratari sp.*, família *Lecythidaceae*); 7) cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*, família *Malvaceae*); e 8) caixeta (*Simarouba amara* Aubl., família *Simaroubaceae*). Dessas espécies, duas têm uso medicinal, o pau-amargo (*Geissospermum laeve* (Vell.) Miers) e o cumaru (*Dipteryx odorata*), e três são valorizadas pela qualidade de sua madeira, o amgelim, a embirema e a caixeta. Neste caso, as famílias *Fabaceae* (2) e *Lecythidaceae* (2) são as mais representativas.

Ademais, na intersecção entre os projetos Paiter Suruí e a *estância*, desconsiderando as que aparecem simultaneamente nos três, apenas 1 espécie aparece: o tucumã (*Astrocarym*

aculeatum Meyer, família *Arecaceae*). Três fatores podem explicar tamanha diferença na composição dos projetos de restauração nestes dois lugares. Primeiro, o fato de haver poucos dados a respeito da *estância*. Segundo, a Ecoporé desenvolve iniciativas tanto com agricultores não-indígenas como com indígenas. Logo, há nos projetos da ONG uma sobreposição das espécies presentes nestas duas comunidades. E terceiro, revela uma possível divergência nas espécies que interessam a diferentes grupos sociais, os indígenas paiter suruí e os colonos.

Assim, ao comparar os conjuntos das espécies que aparecem em mais de uma das três experiências com o conjunto geral de todas as espécies (ver figura 39 abaixo), observa-se que 18 das 30 espécies que aparecem em mais de um projeto, ou seja, metade está concentrado em apenas 6 famílias: 1) *Fabaceae* (5); 2) *Arecaceae* (4); e 3) *Anacardiaceae* (3); seguidas por 4) *Bignoniaceae* (2); 5) *Lecythidaceae* (2) e *Malvaceae* (2). Estas são as espécies que interessam a todos, isto é, que aparecem transversalmente nos projetos. A outra metade, ou seja, 17 espécies, está dispersa em 13 famílias diferentes. A concentração é ainda maior do que a observada no grupo total de 127 espécies, que é %. Da mesma forma, as famílias mais numerosas no conjunto geral são *Fabaceae* (27), *Arecaceae* (11), *Malvaceae* (9) e *Anacardiaceae* (6), seguido pela *Bignoniaceae* (5), que tem o mesmo número de espécies que as famílias *Moraceae* e *Rutaceae*.

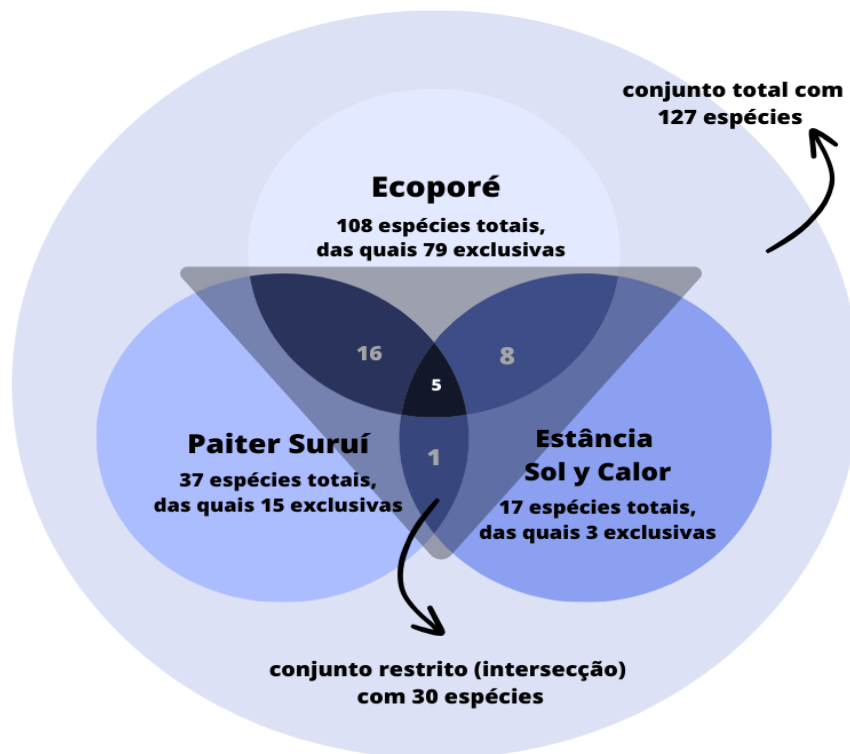


Figura 37: Sobreposição das espécies selecionadas entre os projetos.

Embora a família mais representativa nos projetos analisados seja a *Fabaceae*, que não é a principal família na Amazônia, a saber, a *Arecaceae* (cf. TER STEEGE *et al.*, 2013, p. 330), tal dispersão ecológica, que combina uma super representação de apenas uma ou poucas famílias botânicas com uma mega diversidade, isto é, muitas famílias com poucas espécies, parece condizer com o padrão de hiperdominância verificado no bioma. Segundo Neves, comentando os resultados de Ter Steege *et al.* (2013)

uma compilação de dados obtidos em 1170 parcelas de inventários botânicos revelou que a Amazônia abriga aproximadamente 16 mil espécies de árvores, mas que apenas 227 delas¹²⁴ (1,4% do total) representam metade das árvores de todo o bioma. Entre essas espécies, denominadas "hiperdominantes", há um número desproporcional de indivíduos das famílias *Arecaceae* (palmeiras) e *Lecythidaceae*, às quais o gênero *Bertholletia* pertence. Seis das dez espécies de árvores mais abundantes da Amazônia são palmeiras, incluindo (1) *Euterpe precatoria* (açai-do-mato), (5) *Iriartea deltoidea* (paxiubão), (6) *Euterpe oleracea* (açai-do-pará), (7) *Oenocarpus bataua* (patauá), (9) *Socratea exorrhiza* (paxiúba) e (10) *Astrocaryum murumuru* (murumuru). (2020, p. 115).

É oportuno notar que a família *Lecythidaceae*, justamente, é representada no conjunto total destes três projetos (não na intersecção) por 3 espécies (castanha-do-brasil [*Bertholletia excelsa*], imbirema [*Couratari sp.*] e jequitibá [*Cariniana sp.*]) e a *Arecaceae* por 11 espécies (açai-do-mato [*Euterpe precatoria*], açai-do-pará [*Euterpe oleracea*], babaçu [*Orrbignya speciosa*], bacaba [*Oenocarpus bacaba*], brejaúba [*Astrocaryum aculeatissimum* (Schott) Burret], buriti [*Mauritia flexuosa*], coco [*Cocos nucifera*], dendê [*Elaeis guineensis*], patauá [*Oenocarpus bataua Mart*], pupunha [*Bactris gasipaes*] e tucumã [*Astrocarym aculeatum Meyer*]). Assim, das 10 espécies mais frequentes na Amazônia, 4 estão representadas nos projetos aqui analisados: castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), açai-do-mato (*Euterpe precatoria*), açai-do-pará (*Euterpe oleracea*) e patauá (*Oenocarpus bataua Mart*). Segundo Ter Steege *et al.* (2013, p. 330), as 10 espécies mais frequentes na Amazônia, em ordem de frequência, são: açai-do-mato (*Euterpe precatoria*), breu-vermelho (*Protium altissimum*), matá-matá (*Eschweilera coriacea*), muiratinga (*Pseudolmedia laevis*), paxiubão (*Iriartea deltoidea*), açai-do-pará (*Euterpe oleracea*), patauá (*Oenocarpus bataua*), breu-preto (*Trattinnickia burserifolia*), paxiúba/paxiubinha (*Socratea exorrhiza*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*). Dessas espécies, 6 são da família *Arecaceae* (açai-do-mato, açai-do-pará, paxiubão, paxiubinha, patauá e murumuru), 2 da *Burseraceae* (breu-vermelho e breu-preto), 1 da *Lecythidaceae* (matá-matá) e 1 da *Moraceae* (muiratinga).

¹²⁴ A maioria dessas 227 espécies faz parte da família *Arecaceae* (palmeiras) e *Lecythidaceae* (Furquim, 2020; Neves, 2020).

Outrossim, no que diz respeito à origem das mudas, elas são predominantemente nativas dos dois biomas que compõem a paisagem rondoniense, a Amazônia e o Cerrado. Entretanto, isto não significa que sejam endêmicas dessas regiões, ou seja, que ocorram naturalmente apenas nestes locais, embora algumas o sejam, como a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*). As espécies exóticas, por sua vez, são originárias de outras partes das Américas ou do Brasil (ex: abacate [*Persea americana* Mill., família *Lauraceae*], abacaxi [*Ananas comosus*, família *Bromeliaceae*], acerola [*Malpighia glabra* L., família *Malpighiaceae*], canela [*Nectandra* sp., família *Lauraceae*], limão [*Citrus latifolia* Tanaka, cv. *Tahiti*, família *Rutaceae*], mamão [*Carica papaya*, família *Caricaceae*], maracujá [*Passiflora edulis f. flavicarpa*, família *Passifloraceae*] e uvaia/orvalha [*Eugenia* sp., família *Myrtaceae*]), ou de outras regiões tropicais, a saber, da Ásia (ex: banana [*Musa* spp., família *Musaceae*], carambola [*Averrhoa carambola*, família *Oxalidaceae*], coco [*Cocos nucifera*, família *Arecaceae*], figueira-mata-pau [*Ficus* sp., família *Moraceae*], fruta-pão [*Artocarpus altilis* (Parkinson) Fosberg, família *Moraceae*], jambo-branco [*Syzygium jambos* (L.) Alston, família *Myrtaceae*], laranja [*Citrus sinensis*, família *Rutaceae*], manga [*Mangifera indica* L., família *Anacardiaceae*], mexerica-pocã [*Citrus reticulata*, família *Rutaceae*] e teca [*Tectona grandis* L. F., família *Lamiaceae*]) e de África (ex: café [*Coffea canephora*, família *Rubiaceae*], dendê [*Elaeis guineensis*, família *Arecaceae*] e tamarindo [*Tamarindus indica*, família *Fabaceae*]).

Essa composição focada em espécies nativas pode ser explicada pelo fato de que os projetos de reflorestamento estão sujeitos às delimitações do Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012). Segundo o CFB, nos casos de recomposição florestal, é possível plantar até 50% de espécies exóticas, ou, dito de outra forma, deve-se plantar pelo menos 50% de espécies nativas. Além disso, o manejo de espécies exóticas deve ser feito de tal forma que tais espécies auxiliem na regeneração do ecossistema nativo.

Ademais, a seleção das espécies que compõem tais experiências é perpassada por outros fatores além da adequação ao CFB. Motivações culturais, como valorações religiosas e estéticas, bem como o potencial econômico e os serviços ecossistêmicos prestados pelas mesmas também entram em jogo. Artesãos paiter suruí, por exemplo, usam as sementes de algumas árvores na produção de adereços ornamentais.

Com relação aos serviços ecossistêmicos¹²⁵, eles podem ser tanto de provisão ou regulação, como também culturais. Alguns exemplos de serviços ecossistêmicos de provisão seriam conservação do solo, estoque de carbono, regulação da água, nutrição, habitat, etc. A família *Fabaceae*, das leguminosas, uma das mais representativas nos projetos aqui analisados, por exemplo, é conhecida pelo seu papel de regulação na fertilidade do solo, pois as espécies de seus gêneros ajudam a fixar nitrogênio no solo, assim auxiliando outras espécies a se estabelecerem no ambiente. Este é o caso da cerejeira (*Amburana cearensis* var. *acreana*), do ingá (*Inga edulis*) e do jatobá (*Hymenaea courbaril*). Outra família recorrente nesses projetos, a *Aracaceae*, por sua vez, é composta por diversas árvores frutíferas e/ou que produzem óleos, como o coco (*Cocos nucifera*) e o dendê (*Elaeis guineensis*). Além disso, algumas árvores do conjunto são espécies pioneiras (abiu [*Pouteria guianensis* aubl.], algodão do cerrado [*Cochlospermum orinocense*], andiroba [*Carapa guianensis*], bandarria [*Schizolobium parahyba* var. *amazonicum*], cumaru [*Dipteryx odorata*], mutamba [*Guazuma ulmifolia*], pau-cigarra [*Senna multijuga*], pau-de-balsa [*Ochroma pyramidale*], pinho-cuiabano [*Schizolobium amazonicum*], pintadinho [*Poeppigia procera*], pupunha [*Bactris gasipaes*], urucum [*Bixa orellana*], açaí da mata [*Euterpe precatoria*], embaúba [*Cecropia* sp. / *Cecropia engleriana* Snethl.], pente-de-macaco [*Apeiba tibourbou*]), ou seja, crescem rápido e toleram grandes variações ambientais, o que as permite se estabelecerem em locais perturbados.

Já com relação ao potencial econômico, usado recorrentemente nos projetos paiter suruí e da ONG para justificar a implementação dos mesmos, várias das espécies selecionadas são consideradas espécies de “alto valor comercial”, a exemplo da castanheira (*Bertholletia excelsa*), do açaí (*Euterpe precatoria* e *Euterpe oleracea*), da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e das madeiras de lei (mogno [*Swietenia macrophylla*], cerejeira [*Amburana cearensis* var. *acreana*], entre outras). Além disso, os projetos de reflorestamentos elaborados por indígenas tiveram como justificativa combinar geração de renda com restauração ambiental. Portanto, vale a pena mencionar o retorno financeiro estimado com algumas espécies reflorestadas mencionadas em Suruí Dias (2015) e Ferronato e Souza (2019) e com os créditos de carbono (PCFS).

No caso do PCFS, foi gerada uma renda de R\$3,6 milhões a partir da venda dos certificados de compensações evitadas entre 2009 e 2014, ou seja, uma média de R\$60

¹²⁵ Ainda que tenha criticado o conceito no capítulo 2, o mesmo pode ser útil desde que não nos deixemos alienar pelas pulsões do antropo-cego.

mil/mês (HACON, 2018, p. 127 nota 247). Em comparação, segundo Ferronato e Nunes (2010, p. 7), a FUNAI relata que diariamente 60 caminhões saíam da “floresta das pessoas de verdade” com toras, isso equivale a 780 m³ de madeira por dia, aproximadamente R\$78 mil por dia, ou R\$1,7 milhões por mês. Entretanto, apenas uma pequena fração desse dinheiro vai parar nas mãos de indígenas envolvidos em esquemas de meação, cerca de 2% (HACON, 2018, p. 288), o que daria R\$34mil/mês¹²⁶ ¹²⁷. Apesar de inicialmente vantajoso, Hacon argumenta que os custos com a burocracia do projeto do carbono diminuem em muito suas vantagens:

Somando-se apenas os gastos informados, obtidos junto a balanços financeiros providos pelo Funbio, temos aproximadamente R\$ 447 mil com serviços de gestão do carbono versus R\$ 435 mil com apoio a projetos dos Suruí, o que nos confere a impressão de que o PCFS fortaleceu tanto ou mais as empresas e organizações envolvidas nos processos intermediários, ao invés dos seus declarados beneficiários finais, a saber, os indígenas e seus respectivos territórios. (*id.* p. 228).

Para outras espécies, Ferronato e Souza (2019, p. 69, tabela 11), informam que a pupunha tem o início da produção em 36-60 meses e um retorno de R\$ 4,11 por kg/unidade com média de produtividade por planta-kg de 19,5; o cacau (*Theobroma cacao*) tem o início da produção em 24-48 e um retorno de R\$ 6,50 por kg/unidade com média de produtividade por planta-kg de 0,6; o açaí (*Euterpe precatoria* e *Euterpe oleracea*) tem o início da produção em 48-60 e um retorno de R\$ 1,83 por kg/unidade com média de produtividade por planta-kg de 18,0; e a banana (*Musa spp.*) tem o início da produção em 10-14 meses e um retorno de R\$ 1,80 ou R\$ 2,96 por kg/unidade com média de produtividade por planta-kg de 18,0. Embora, Suruí Dias (2015) não mencione a banana (*Musa spp.*), durante a pesquisa de campo, pude observar que a produção não só dela, como da castanha (*Bertholletia excelsa*), do café (*Coffea canephora*) e do cacau (*Theobroma cacao*) dos Paíter Suruí é bastante conhecida na região. Ela é comercializada, inclusive, em algumas lojas locais e em parcerias com grandes redes, como a 3 Corações (projeto Tribos), no caso do café (*Coffea canephora*)¹²⁸, e com a De Mendes, no caso do cacau (*Theobroma cacao*)¹²⁹. O café de Rondônia, em

¹²⁶ Note-se que é o valor total para várias famílias e não uma só.

¹²⁷ Para efeitos de comparação, *O Andarilho* relata que o arrendamento de sua terra para cabeças de gado gera uma renda de R\$15 mil reais por mês, como mencionado na seção “Notar”.

¹²⁸ SURUÍ, Uraan Anderson. **Projeto Tribos: Cafés Especiais Paíter-Suruí**. Cooperativa Suruí de Desenvolvimento e Produção Agroflorestal Sustentável. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/seminario-povos-indigenas/regional/painel-agricultura/painel-1/projeto-tribos-uraan-anderson-suruí.pdf>. Ver também <https://projetoatribos.com.br/sobre/>. Acesso em: 14 de setembro de 2022.

¹²⁹ Disponíveis em: <https://loja.demendes.com.br/produto/paíter-suruí-chocolate-70-cacau-50g.html> e <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/03/28/cacique-sonha-em-montar-fabrica-de-chocolate-dentro-de-a-ideia-com-cacau-produzido-por-indigenas-paíter-suruí-em-ro.ghtml>. Acesso em: 14 de setembro de 2022.

particular, tem se valorizado bastante após ganhar a denominação de origem do tipo Indicação Geográfica (IG) em 2021, pois este selo significa que o café “robusta amazônica” (*Coffea canephora*) produzido na Zona da Mata rondoniense, por conta da combinação entre o *terroir* (as características do solo e do clima) e o *savoir-faire* (manejo) dos agricultores, é único desta região.

De toda forma, uma mesma espécie pode ter mais de um uso: seu fruto ser comestível e seu tronco ser utilizado na construção, ou alguma de suas partes, folhas e casca, ter propriedades medicinais, ou ainda suas sementes servirem de adorno. Logo, uma mesma planta pode prover mais de um serviço ecossistêmico ao mesmo tempo e ter sido selecionada para compor os projetos por mais de uma razão, inclusive pelo seu valor cultural e religioso.

Saber o número exato de mudas reflorestadas não é uma tarefa simples. Primeiro, porque nem todas as mudas plantadas vingam. Segundo, porque o objetivo com as mudas que vingam é desencadear um processo de sucessão florestal, ou seja, fazer com que a floresta se regenere naturalmente, com que os animais retornem e outras plantas também, de modo que, ao final, se tenha um número maior de árvores do que o número de mudas plantadas. Dito de outra forma, o manejo das espécies em projetos de reflorestamento é informado pelos serviços ecossistêmicos das mesmas, haja vista que as características ecológicas delas são levadas em consideração para sua seleção. Terceiro, porque existe uma possível dupla contagem entre os projetos da Ecoporé, responsável pelo Viveiro Cidadão, e os projetos Paiter Suruí, pois a ONG forneceu algumas mudas para os indígenas. E quarto, pois não há dados sobre a quantidade reflorestada pel’ *O Andarilho*.

Embora de estimativa imprecisa, há algumas informações em circulação. Em 2005, no começo do *Pamine* (projeto Paiter Suruí) foram plantadas 2 mil mudas (LITTLE *et al*, 2012; IEB *et al*, 2013, p. 30). Eventualmente, o mesmo consórcio que financiou o *Pamine*, o *Garah Itxá* desenvolveu seu próprio viveiro e produziu 14.730 mudas de 17 espécies diferentes da Amazônia brasileira (IEB, *op. cit.*, p. 17). Em 2021, Txai Suruí, uma liderança *paiterey* filha de Almir Suruí, afirmou no programa de TV Roda Viva que “começamos a plantar em 2005 e criamos o projeto *Pamine*, renascer da floresta, e hoje plantamos aproximadamente 850 mil mudas nativas da amazônia dentro do nosso território e a castanheira já está começando a produzir”¹³⁰. Em 2022, enquanto estive em campo, Celso, um indígena paiter suruí, me falou

¹³⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c685bptJSHo&ab_channel=RodaViva. Acesso em: 01 de dezembro de 2021.

que já foram plantadas 2 milhões de mudas¹³¹. Acredito que uma das explicações para tantos números diferentes é a evolução do projeto no tempo, pois a cada ano plantam-se novas mudas, o que indica também certa continuidade na prática restaurativa de reflorestamento.

Já sobre a origem das mudas, como dito, parte delas foi cultivada em viveiro próprio dos indígenas, mas parte tem outras origens. De acordo com o documento de concepção do *Pamine* (BAVARESCO *et al.*, 2011), as mudas de madeira de lei foram doadas para a Associação *Gamebey*, responsável pelo projeto, pela Kanindé, uma organização socioambiental não-governamental sediada em Porto Velho - RO. A coordenadora da ONG é Ivaneide Cardoso, indigenista e ambientalista reconhecida internacionalmente que atua sobretudo em Rondônia, além de ser mãe de Txai Suruí, uma jovem liderança paiter, e ex-esposa de Almir Suruí, liderança do clã *Gameb* e uma das principais pessoas à frente das associações *Gamebey* e *Metareilá*. A Kanindé, por sua vez, recebeu as mudas do IBAMA (BAVARESCO, 2011, p. 30). O restante das mudas foi comprada ou doada (*id.*, p. 34), dentre as quais estão as mudas recebidas pela Ecoporé. Segundo Paulo, como dito na seção anterior, a Ecoporé plantou 1 milhão de mudas em 8 territórios indígenas diferentes de Rondônia e do Mato Grosso (projeto Nossa Floresta Nossa Casa).

Tabela 2: Espécies reflorestadas nos projetos dos Paiter Suruí, da ONG Ecoporé e na *Estância Sol y Calor* organizadas em ordem alfabética por família botânica.¹³²

Família	Nome científico	Paiter Suruí	Ecoporé	<i>Estância Sol y Calor</i>
<i>Desconhecido</i>	<i>Desconhecido</i>	Borcáa	-	-
	<i>Morfoespécie 01</i>	-	Castanheirinha do Pasto	-
	<i>Desconhecido</i>	Menbetia	-	-
<i>I. Anacardiaceae</i>	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Aroeira	Aroeira	-
	<i>Spondias mombin L.</i>	-	Cajá; caja-manga	-
	<i>Spondias mombin</i>	-	Caja-mirim; taperebá	-

¹³¹ CADERNO DE CAMPO, p. 15-6 - durante inauguração do conjunto turístico na aldeia Lapetanha no dia 03 de setembro de 2022.

¹³² Alguns sites consultados para obter informações sobre as espécies, além do material de campo já citado, foram Instituto de Pesquisas Tecnológicas <<https://www.ipt.br/>>, Flora e Funga do Brasil <<https://reflora.jbrj.gov.br/reflora/listaBrasil/ConsultaPublicaUC/ResultadoDaConsultaNovaConsulta.do#CondicaoTaxonCP>>, Embrapa <<https://www.embrapa.br/>> e Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira <<https://sibbr.gov.br/>>.

	<i>Anacardium occidentale</i> L.	Caju	Caju	Caju
	<i>Mangifera indica</i> L.	Manga	Mangueira	Manga
	<i>Astronium lecointei</i>	-	Muiracatiara	-
	<i>Spondias purpurea</i> L.	-	Seriguela	-
2. Annonaceae	<i>Annona mucosa</i> OU <i>Eschweilera ovata</i>	Biriba	-	-
	<i>Annona muricata</i>	Graviola	Graviola	-
	<i>Xylopi</i> sp.; <i>Xylopi</i> <i>sericea</i> A. St.-Hil; <i>Guatteria</i> sp.	-	Pindaíba; Pindaíba Branca; Pindaíba Preta	-
	<i>Rollinia</i> sp.	-	Pinha do Mato	-
3. Apocynaceae	<i>Geissospermum laeve</i> (Vell.) Miers	-	Pau-pereira	Pau-amargo; Quinina
	<i>Aspidosperma</i> sp.; <i>Aspidosperma</i> sp.; <i>Aspidosperma polyneurom</i> Müll. Arg.	-	Peroba; Peroba da Terra Amarela; Peroba Mica; Peroba-Rosa	-
	<i>Himatanthus sucuuba</i>	-	Sucuuba	-
4. Araliaceae	<i>Schefflera morototoni</i> (Aubl.) Maguire et. al.	-	Mandiocão	-
5. Arecaceae	<i>Euterpe precatoria</i>	Açaí	Açaí da mata, açaí do mato	-
	<i>Euterpe oleracea</i>	-	Açaí-do-pará, açaí Touceira	-
	<i>Orrbignya speciosa</i>	Babaçú	-	-
	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Bacaba	-	-
	<i>Astrocaryum</i> <i>aculeatissimum</i> (Schott) Burret	-	Brejaíba	-
	<i>Mauritia flexuosa</i>	-	Buriti	Buriti
	<i>Cocos nucifera</i>	Coco	-	-

	<i>Elaeis guineensis</i>	-	-	Dendê
	<i>Oenocarpus bataua Mart</i>	Patuá; patauá	-	-
	<i>Bactris gasipaes</i>	Pupunha	Pupunha	-
	<i>Astrocarym aculeatum Meyer</i>	Tucumã	-	Tucumã
6. Bignoniaceae	<i>Jacaranda copaia (Aubl.) D. Don</i>	-	Caroba	-
	<i>Handroanthus serratifolius</i>	Ipê-amarelo	Ipê-amarelo	-
	<i>Tabebuia roseoalba</i>	-	Ipê-branco	-
	<i>Handroanthus impetiginosus</i>	Ipê-roxo	Ipê-roxo	-
	<i>Handroanthus sp.</i>	-	Ipê-rosa	-
7. Bixaceae	<i>Cochlospermum orinocense</i>	-	Algodão do cerrado	-
	<i>Bixa orellana</i>	-	Urucum	-
8. Boraginaceae	<i>Cordia goeldiana</i>	-	Freijó	-
9. Bromeliaceae	<i>Ananas comosus</i>	-	Abacaxi	-
10. Cannabaceae	<i>Trema micrantha (L.) Blume</i>	-	Curindiba	-
11. Caricaceae	<i>Carica papaya</i>	-	Mamão	-
12. Caryocaraceae	<i>Caryocar villosum</i>	-	Pequi; Pequiá	-
13. Cecropiaceae	<i>Cecropia sp. / Cecropia engleriana Snethl.</i>	-	Embaúba	-
14. Chrysobalanaceae	<i>Licania sp.</i>	-	Pintadinha	-
15. Clusiaceae	<i>Garcinia gardneriana</i>	-	Bacupari	Bacuri
16. Combretaceae	<i>Terminalia mantaly</i>	-	-	Sete copas
17. Ebenaceae	<i>Maquira sp.</i>	-	Cega Corrente	-

18. Euphorbiaceae	<i>Conceveiba martiana</i> Baill.	-	Canela de cutia	-
	<i>Mabea pulcherrima</i> Müll. Arg.	-	Cariúba	-
	<i>Hevea brasiliensis</i>	-	Seringueira; seringa	-
19. Fabaceae	<i>Swartzia cf. grandifolia</i> Benth	-	Angelim Amargoso	Angelim
	<i>Hymenolobium sp.</i>	-	Angelim Pedra	-
	<i>Anadenanthera falcata</i> (L.) Speg.	-	Angico	-
	<i>Chamaecrista adiantifolia</i> (Benth.) H.S. Irwin & Barneby	-	Baginga	-
	<i>Stryphnodendron sp.</i>	-	Baginha	-
	<i>Schizolobium parahyba</i> var. <i>amazonicum</i>	-	Bandarra	-
	<i>Myroxylon peruiferum</i>	-	Cabreúva	-
	<i>Amburana cearensis</i> var. <i>accreana</i>	Cerejeira	Cerejeira	Cerejeira
	<i>Copaifera officinalis</i>	Copaíba	-	-
	<i>Copaifera multijuga</i>	-	Copaiba Angelim	-
	<i>Dipteryx odorata</i>	-	Cumarú	Cumarú
	<i>Albizia niopoides</i>	-	Farinha seca	-
	<i>Apuleia leiocarpa</i>	-	Garapeira; Garapa	-
	<i>Luetzelburgia sp.</i>	-	Guaçara	-
	<i>Inga edulis</i>	Ingá	Ingá de metro	-
	<i>Inga alba</i>	-	Ingá nativo	-
	<i>Hymenaea courbaril</i>	Jatobá	Jatobá	Jatobá
	<i>Enterolobium sp.</i>	-	Orelha de Macaco / Timburí	-
	<i>Bauhinia acreana</i>	-	Pata de vaca	-
	<i>Senna multijuga</i>	-	Pau-cigarra	-

	<i>Andira surinamensis</i>	-	Pau-sangue	-
	<i>Schizolobium amazonicum</i>	-	Pinho cuiabano	-
	<i>Poeppigia procera</i>	-	Pintadinho	-
	<i>Dalbergia sp.</i>	-	Rabo de Bugio	-
	<i>Morfoespécie 02</i>	-	Sucupira	-
	<i>Tamarindus indica</i>	Tamarindo	-	-
	<i>Enterolobium maximum</i>	Tamboril	-	-
20.Lamiaceae	<i>Vitex polygama Cham.</i>	-	Maria Preta	-
	<i>Vitex montevidensis</i>	-	Tarumã	-
	<i>Tectona grandis L. F.</i>	-	Teca	-
21.Lauraceae	<i>Persea americana Mill.</i>	-	Abacate	-
	<i>Nectandra sp.</i>	-	Canela, Canela Preta	-
	<i>Mezilaurus itauba</i>	Itaúba	Itaúba	-
22.Lecythidaceae	<i>Bertholletia excelsa</i>	Castanha-do-Brasil	Castanha-do-Brasil	Castanha-do-Brasil
	<i>Couratari sp.</i>	-	Imbirema	Embirema; imbirema
	<i>Cariniana sp.</i>	-	Jequitibá	-
23.Malpighiaceae	<i>Malpighia glabra L.</i>	Acerola	Acerola	-
24.Malvaceae	<i>Theobroma cacao</i>	Cacau	Cacau	-
	<i>Theobroma speciosum</i>	-	Cacau nativo; cacauí	-
	<i>Theobroma grandiflorum</i>	-	Cupuaçu	Cupuaçu
	<i>Sterculia sp.</i>	-	Embira Quiabo	-
	<i>Guazuma ulmifolia</i>		Mutamba	-
	<i>Ceiba speciosa</i>	-	Paineira	-
	<i>Ochroma pyramidale</i>	-	Pau-de-Balsa	-
	<i>Apeiba tibourbou</i>	-	Pente-de-macaco	-
	<i>Ceiba pentandra (L.) Gaertn.</i>	-	Sumaúma	-

25. Melastomataceae	<i>Bellucia grossularioides</i> (L.) Triana	-	Jambo do Mato	-
26. Meliaceae	<i>Carapa guianensis</i>	-	Andiroba	-
	<i>Swietenia macrophylla</i>	Mogno	Mogno	-
27. Moraceae	<i>Ficus sp.</i>	-	Figueira-Mata-Pau	-
	<i>Artocarpus altilis</i> (Parkin-son) Fosberg	-	Fruta-Pão	-
	<i>Bagassa guianensis</i> Aubl.	-	Garrote	-
	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	Jaca	Jaca	-
	<i>Maclura cf. tinctoria</i> (L.) D. Don ex Steud.	-	Moreira	-
28. Musaceae	<i>Musa spp.</i>	Banana	Banana	-
29. Myrtaceae	<i>Myrciaria dubia</i>	Camucamu	-	-
	<i>Psidium guajava</i>	Goiaba	-	-
	<i>Syzygium jambos</i> (L.) Alston	-	Jambo-Branco	-
	<i>Eugenia sp.</i>	-	Orvalha; uvaia	-
30. Oxalidaceae	<i>Averrhoa carambola</i>	Carambola	-	-
31. Passifloraceae	<i>Passiflora edulis f</i> <i>flavicarpa</i>	-	Maracujá	-
32. Pinaceae	<i>Cedrela fissilis</i>	Cedro	Cedro Rosa	-
33. Poaceae ou Gramineae	-	-	-	Bambu
34. Rhamnaceae	<i>Colubrina glandulosa</i>	-	Sobrasil	-
35. Rubiaceae	<i>Coffea canephora</i>	Café robusta ou conilon	-	-
	<i>Genipa americana</i>	-	Jenipapo	-
36. Rutaceae	<i>Esenbeckia pumila</i> Pohl	-	Guarantã; Guararoba	-
	<i>Citrus sinensis</i>	-	Laranja	-

	<i>Citrus latifolia</i> Tanaka, cv. <i>Tahiti</i>	-	Limão Taiti	-
	<i>Citrus sp.</i>	-	Mexirica	-
	<i>Citrus reticulata</i>	Pocã	Tangerina Poncã	-
37.Salicaceae	<i>Casearia sp.</i>	-	Goiaba de Porcão	-
38.Sapindaceae	<i>Toulicia cf. guianensis</i> <i>Aubl.</i>	-	Maracatiara	-
	<i>Talisia esculenta</i>	-	Pitomba	-
39.Sapotaceae	<i>Pouteria guianensis aubl</i>	Abia grande	Abiu	-
	<i>Arrabidaea chica Verlot</i>	Pariri	-	-
	<i>Pouteria pachycarpa Pires</i>	-	Quari Quara; quai quara	-
40.Simaroubaceae	<i>Simarouba amara Aubl.</i>	-	Caixeta	Caixeta

Fonte: elaboração própria com dados a partir dos documentos do Consórcio Garah Itxá, Pamine, PCFS, Suruí Dias (2015) e de trabalho de campo.

Conclusão: (re)criando ecossistemas

Há quem venha questionar a interpretação sobre as plantas realizada aqui por seu caráter classificatório. Todavia, Tsing, comentando uma visita que fez ao curador de fungos do Museu Botânico da Universidade de Copenhague em 2008, tenta recuperar a taxonomia como um exercício de percepção válido. Nas palavras dela:

A taxonomia não é muito popular atualmente; de fato, seus detratores acreditam que a classificação seca estraga qualquer prazer. Mas, ao manipularmos os espécimes no herbário, é fácil imaginar o prazer de nomear. Aqui, por meio da nomeação, *percebemos* a diversidade da vida. Juntamente com a pintura, colecionar era uma arte de observação. (2019, p. 45).

Ao me aproximar da ecologia, aprendi a observar novas informações e elementos a respeito da paisagem que descrevia. Talvez, o que tenha feito possa ser entendido como algo similar a um “inventário de base”, isto é, “um inventário que descreve os elementos bióticos, abióticos e socioeconômicos atuais do sítio, incluindo seus atributos de composição, estruturais e funcionais, bem como ameaças externas e subsídios” (GANN, 2019, p. 78) e tem sua validade como uma forma de descrição possível das formas de vida e de suas relações. Também tentei combinar esse aprendizado com o que já sabia da antropologia e da arqueologia amazônicas. Além disso, a itinerância da pesquisa de campo foi outra ferramenta importante para visualizar contrastes entre experiências diferentes. Certamente se tivesse focado em apenas um lugar ao invés de ter me deslocando entre locais e grupos diferentes, não teria visto tudo que vi. Portanto, aquilo que poderia ter sido um ponto fraco, se tornou a força desta dissertação, pois esse perambular permitiu visualizar um conjunto maior de relações.

Nesse processo, encontrei novas formas de dar continuidade às espécies nativas da região. Hoje, em Rondônia, apesar do solo depauperado pelas queimadas constantes que remontam aos anos 1970 e 1980 e apesar da constante pressão de certos setores para continuar desmatando, novos critérios para selecionar mudas de espécies que habitam a região desde outrora surgiram, bem como novos métodos para plantá-las. É importante distingui-los de práticas ancestrais, pois o modo de habitar já não é mais o mesmo. O contato com a sociedade nacional e a sedentarização do modo de vida que este contato fomenta, modificam as formas como se transforma a paisagem. Com isso quero dizer que mesmo as práticas aqui descritas diferindo das de antigamente, elas são sinais de um mundo em transformação e, portanto, vido, de um mundo que pode ser *redesenhado* junto de outras espécies e de outros agrupamentos humanos.

Nesse sentido, a título de recapitulação, o mundo redesenhado pelas experiências aqui relatadas gira em torno de 127 espécies, das quais 30 aparecem em mais de uma das experiências analisadas e apenas 5 nas três - como visto no capítulo 3. Embora tais espécies pertençam a 40 famílias botânicas diferentes, há um predomínio de poucas famílias, a saber, *Fabaceae*, *Arecaceae*, *Malvaceae* e *Anacardiaceae*. Além disso, descobri algumas coisas interessantes ao olhar para as espécies recorrentes em mais de uma das experiências de reflorestamento. Primeiro, que há uma composição comum pensada a partir da sucessão florestal: combina-se o plantio de palmeiras com espécies de ciclo mais longo. As palmeiras se desenvolvem primeiro, preparando o terreno para outras espécies, o que também acaba por ajudar a manutenção da constância dos estoques de carbono daquela área. E segundo, que o plantio de espécies com alto potencial comercial é privilegiado, pois gerará renda. Alguns exemplos são árvores de madeira de lei, como o jatobá, plantas que produzem óleo, tal qual a copaíba, e espécies alimentícias, o açaí e a castanha são dois exemplos.

Assim, se

“a teoria da construção de nicho argumenta que os organismos funcionam como engenheiros de ecossistemas, ou seja, mudam seus habitats para torná-los mais vantajosos. [...] Esses *mundos redesenhados*, por sua vez, tornam-se os habitats em que tanto os membros de uma mesma espécie quanto de outras espécies vivem suas vidas e se reproduzem. A evolução, argumentam os teóricos da construção de nicho, trabalha através desses *ambientes continuamente refeitos*. Ao reconfigurar habitats, os organismos moldam a evolução de outros organismos, incluindo outras espécies. Em vez de unidades de evolução autonomamente interessadas, temos relações que criam paisagens multiespécies. [...] Essa é uma ecologia substantivista: *paisagens surgem em processos históricos; os interesses e os indivíduos que emergem desses processos são consequências da formação de paisagens multiespécies*”. (*id.*, p. 97-8, grifos meus).

Então, quais relacionamentos a evolução selecionará das três experiências observadas? E como estas relações afetarão o entorno delas? Poderão elas continuar sendo ilhas de biodiversidade se ao redor só houver monocultura? Que papel o capitalismo desempenha no processo evolutivo ao privilegiar certas relações em detrimento de outras, ou, dito de outra forma, teria o capitalismo se tornado uma força evolutiva? Não cabe aqui responder a tais questionamentos, até porque me faltam insumos para tanto, mas permanecer com o problema (*cf.* HARAWAY, 2016) já é um grande passo. Não obstante, experiências como as relatadas nesta dissertação são ambientalmente importantes por uma série de razões, aqui já mencionadas no capítulo 1, tais como o papel da floresta amazônica na regulação das chuvas, o estoque de carbono presente nesse tipo de vegetação e a megabiodiversidade ali presente.

Por mais diferentes que sejam entre si, essas três experiências de reflorestamento enfrentam o mesmo adversário: pensamentos e práticas que só sabem se relacionar com

espécies alienadas e domadas. Um dia foi a cana, hoje é o gado, a soja e outros grãos. A pertinência de compará-las está no esforço comum das três em manter uma pluralidade de vidas e de temporalidades. Assim, são principalmente duas as características que distinguem os projetos: a amplitude e quem são seus “outros”. Primeiro, além de compartilharem poucas espécies entre si (apenas 5), a abrangência de cada projeto também variar enormemente. Alguns mais ordenados, como os *Paiterey* e a Ecoporé, têm registros das espécies reflorestadas. Outros, mais anárquicos, como *O Andarilho*, não o têm, o que reflete seu espírito “anti-sistema”. Do que pude averiguar, encontrei 37 espécies com os Paiter Suruí, 108 espécies com a Ecoporé e 17 com a *estância*. Segundo, os “outros”, isto é os não-humanos ou mais que humanos, dos humanos com quem me engajei mudam conforme cada agrupamento. Ora são espécies, ora *yaraey*, espíritos, indígenas e tantos mais. Pode-se dizer, então, que a rede descrita aqui se expande/contrai aos sabores das relações que cada grupo estabelece e que as três experiências de reflorestamento, resultantes de visões de mundo muito diferentes entre si, formam retalhos (*patches*) de diversidade na paisagem. Apesar de pouco interligados pelas espécies, tais retalhos são bastante interconectados quanto às origens das mudas - na maioria das vezes provenientes de agricultores locais e grupos indígenas da região, ou do IBAMA - o que denota justamente a rede que os conecta. De toda forma, esta pesquisa buscou olhar mais para as mudas que haviam em comum entre as três experiências do que para as que lhes eram únicas, disso resultaria outra pesquisa.

No caso dos Paiter Suruí, especificamente, o que chamei de “experimental” poderia ser entendido como sua “contra-antropologia” ou “antropologia reversa” dos *Paiterey*, ou seja, como uma forma paiter de lidar com a alteridade. E este modo de manipular a alteridade se dá pelo manejo, consumo e comércio das mudas exóticas, ou mesmo nativas, a fim de aproximar-se do modo *yaraey* de plantar. Em outras palavras, a alteridade paiter observada é um experimento de experimentar as relações *yaraey* com não-humanos, especificamente, com as plantas.

De volta à distinção entre as três modalidades das experiências de reflorestamento (experimental, notar e compor), ela própria precisa ser calibrada. Ela está mais para uma ferramenta de pensamento do que algo que se sustenta na realidade. Explico. A distinção é *boa para pensar* porque faz as diferenças se sobressaírem. No entanto, isso não significa que pessoas de outros grupos praticam apenas as modalidades que lhes foram atribuídas aqui.

Já sobre o sucesso dessas experiências, afirmar que um projeto de reflorestamento foi bem-sucedido significa que, embora algumas mudas plantadas morram, as que vingam atraem

outras relações - insetos, fungos, animais, outras plantas, *etc* - que fazem o ecossistema se regenerar. Logo, reflorestar é dar espaço, insumo, para que outros seres, com suas histórias e relacionamentos, se aproximem. É um chamado para notar a vida além do humano.

Quanto a continuidade dos mesmos, esta depende de alguns fatores, que vão desde o interesse dos envolvidos em continuar com os projetos até a convencer novos agricultores a participar/implementar projetos sustentáveis, passando ainda pela criação de aparatos legais que deem respaldo e segurança para certas iniciativas, a exemplo dos créditos de carbono, assim como por meios de proteger terras indígenas de invasões e a existência de uma rede com pessoal capacitado para dar continuidade aos mesmos. Mais do que tudo, a continuidade dessas experiências de reflorestamento e, portanto, das manchas de diversidade na paisagem também dependem da capacidade dos diferentes atores estabelecerem acordos pragmáticos entre si (ALMEIDA, 2013), ou seja, agir em conjunto no mundo a despeito das diferenças ontológicas. Especificamente no caso dos Paiter Suruí, a continuidade também depende dos conflitos clânicos, tema que aludi, mas que me abstive de discutir a fundo, haja visto que já foi abordado por outros autores (HACON, 2018; RENÈSSE, 2017; ROMERO, 2022, 2020). No entanto, gostaria de mencionar algo sobre o assunto: esses conflitos não serão resolvidos, no sentido de que desaparecerão, pois esta é uma sociedade que se estrutura pelo idioma do parentesco e não pela classe social. Desse modo, resolvê-los é, sobretudo, aprender a lidar com eles, isto é, a andar a trama do parentesco, quem sabe dando mais ênfase à aliança - esse modo antigo de pacificar os homens, como diria Lèvi-Strauss (2012).

As três experiências vistas, além de terem impactado o ambiente, restaurando áreas degradadas, impactaram também a própria comunidade onde foram implementadas e outras ao redor. Os *Paiterey* arrecadaram cerca de R\$3,6 milhões com o projeto do carbono (HACON, 2018, p. 127 nota 247), o que ajudou a financiar outros projetos na “floresta das pessoas de verdade”. Eles também ganharam reconhecimento e projeção pelo ativismo socioambiental que realizam. A *estância*, por seu lado, atrai toda sorte de pessoas, mobilizando redes de pesquisadores e de amantes da natureza que encontram ali um refúgio. Já a Ecoporé, nos mais de trinta anos de atuação dela, tem conseguido criar aliança tanto com indígenas como com agricultores colonos, os quais, para um apressado primeiro olhar, seriam contra a preservação e a restauração ecossistêmica. Na realidade, com relação a eles, não se trata de serem contra ou a favor. As causas ambientalistas não os motivam a participar dos projetos, antes o que os motiva são os resultados. É preciso, pois, mostrar-lhes como serão beneficiados por tais projetos. Sem dúvida, uma lógica distante do biocentrismo ambiental

almejado por Gudynas (2021), segundo o qual mesmo espécies que não são úteis aos humanos (econômica, medicinal, estética ou espiritualmente) devem ter o direito intrínseco à vida. Embora distante dessa ética ambiental radical, cuja potência é arejar sentidos ocidentalizados dormentes, já não é a mesma visão sobre o ambiente dos colonos que vêem a floresta apenas como um mato inconveniente que precisa ser “limpado”.

Ademais, como visto, muitos projetos utilizam a renda como justificativa para sua elaboração. Necessidade ou narrativa, uns se perguntarão. No entanto, não acredito que esta seja a verdadeira questão. O ponto é, na verdade, saber se será possível manter alguma relação com a floresta que não passe pela hegemonia do capital e sua voracidade, ou que vá além dele, isto é, que resista criticamente a ele. Afinal, não é possível converter - este caso tão particular da tradução - uma relação cosmológica com a floresta em uma forma-preço e vice-versa. É para isso que alguns intelectuais latino-americanos têm alertado, como Eduardo Gudynas (2021) e Alberto Acosta (2017), entre outros, vistos no capítulo 2. Assim, a questão é menos sobre tentar fazer com que os mecanismos de pagamentos por serviços ambientais, como o *MEA*, por exemplo, consigam traduzir/converter em seus quadros todas as valorações locais para valorações econômicas. Tal tentativa invariavelmente há de falhar, haja vista a multiplicidade de valorações que diferentes comunidades humanas fazem (DU BRAY *et al.*, 2019).

Dessa forma, a questão é, na verdade, sobre quais instrumentos econômicos desenhar e priorizar ao lidar com as mudanças climáticas. Por que se foca tanto em uma economia de baixo carbono, via créditos, ao invés de fomentar comércio local, incentivos e desincentivos fiscais, economia solidária, renda básica universal, mudanças tecnológicas, combate a obsolescência programada e reciclagem? Ler hoje o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris, sabendo quais partes desses acordos os países priorizaram, fica difícil não ver a disparidade no compromisso de certas instituições em salvar a economia *vs* o planeta. Nesse sentido, a incorporação da pauta ambiental no sistema financeiro tem equivalido à criação de um sistema econômico resiliente às mudanças climáticas, não no sentido de criar novos trabalhos ou formas de vida para as pessoas, mas de criar novos ativos, novas commodities para o mercado, expandindo-o. Novamente, o problema não são os acordos em si, até porque eles possuem ambivalências - há trechos mais comprometidos com a justiça ecológica do que outros - mas o que se fez deles e quais de suas partes encontraram ressonância na sociedade.

Voltando à paisagem de Rondônia, atualmente ela é ao mesmo tempo ruína e manifestação vegetal. Isto significa que andar por lá é deparar com as “tarefagens”, isto é, as

tarefas humanas e além que transformam e se tornam, ou seja, constituem a paisagem de um lugar (INGOLD, [1993] 2000), de colonos, indígenas, agentes da restauração e de populações do passado - para ficar apenas nas agências humanas. Andar por lá é, pois, ver a redução da diversidade em batalha com a manutenção da diversidade.

Mas, então, como é que pessoas em Rondônia têm conseguido manifestar paisagens habitáveis? E com habitáveis quero dizer diversas e múltiplas. No capítulo 3, vimos que não há apenas um modo de fazer isso. As três experiências compartilham, todavia, abertura a outras formas de vida além da humana, ou seja, uma atenção para a vida multiespécie em seus entrelaçamentos. Cada uma a seu modo, as três iniciativas de reflorestamento observadas manifestam paisagens habitáveis nas ruínas vegetais legadas pelos projetos de colonização da ditadura militar. Olhar para elas possibilita vislumbrar outro futuro possível, mais diverso e plural, pois nos ajudam a pensar no que fazer para adiar o fim do mundo (*cf.* KRENAK, 2019). É por meio desse tipo de atentividade, cultivando-a em outros humanos, que talvez seja possível desacelerar a nova década da destruição, a década das catástrofes (*cf.* STENGERS, 2015; COWELL e RIOS, 1984), justamente porque a história de Rondônia nos mostra que é possível *seguir outro caminho, fazer outra história* daquela que seus ancestrais fizeram, em particular, no caso dos *yaraey*.

Sob esse aspecto, o movimento entre o primeiro e o terceiro capítulo mostra como a história humana sempre é tecida junto a outras espécies. A história dos primeiros colonos rondonienses, no caso, foi a da destruição dos ritmos múltiplos, substituídos pela voz una da monocultura. Entretanto, a história de uma parcela dos descendentes deles é o caminho inverso, é reaprender a observar a polifonia da vida multiespécie. A dos Paiter Suruí, por sua vez, é tentar por vias múltiplas manter sua diferença e sua abertura para outras gentes humanas e animais. Em suma, essa dissertação é a intersecção entre essas duas histórias: a dos *Paiterey* e dos *yaraey*, narradas sob o fio da relação que cada um mantém com a paisagem local, e o que acontece no choque entre essas duas histórias. Não é à toa também que abro a dissertação com duas epígrafes, uma escrita por um palestino que, exilado nos Estados Unidos, reconheceu na tragédia indígena, a *Nakba* (“catástrofe” ou “desastre”) de seu próprio povo. Outra, por um poeta brasileiro cuja denúncia da mineração e dos desastres ambientais têm sido recuperada recentemente (WISNIK, 2018). Ambas se encontram com este trabalho a partir desse fio da catástrofe, afinal, estamos justamente no *tempo das catástrofes* (STENGERS, 2015).

Não obstante, só pude adentrar certas relações e descrevê-las *por causa* da minha *familiaridade incômoda* com os colonos rondonienses, pois foi por meio de relações de compadrio que o campo emergiu. Assim, ser reconhecida pelos colonos e me reconhecer neles quando meu objetivo inicial era estudar os *Paiterey*, a população que sofreu com a colonização, não resulta numa concordância ou aceitação de suas ações. Ao contrário, manejando esse estranhamento, tentei elaborar aqui descrições mais complexas e nuançadas a respeito das ideias e práticas que encontrei na pesquisa. De modo geral, o intuito por trás de muitas descrições desenvolvidas ao longo desse texto, em especial dos colonos rondonienses, foi distinguir práticas e categorias que antes estavam indistintas, pois eram percebidas como coisas homogêneas. Portanto, fui abrindo fissuras na percepção que se tem dessas pessoas e desse lugar para fornecer uma descrição mais complexa e mais precisa.

Ainda em tempo, a escrita sobre essa familiaridade incômoda deve muito ao livro *Cadernos de Memórias Coloniais*, da escritora portuguesa nascida em Moçambique Isabela Figueiredo, que me marcou por conta da ambivalência na posição social de Isabela. A escritora era um agente do colonialismo, afinal era filha de um colono português e sua identidade como portuguesa lhe garantia privilégios na colônia. Porém, em Portugal, quando teve de retornar à metrópole devido à guerra de independência de Moçambique, ela não era apenas uma portuguesa, ela era uma retornada. Isabela, apaixonada pela terra em que nasceu, escolheu “trair sua herança colonial”, como ela mesma diz. É essa “traição” o que me cativa em sua obra. No contexto desta pesquisa, o que ficou comigo é que se quisermos estar juntos com a floresta (*Garah Itxa*), será preciso des-antropocentrar nossa perspectiva.

Referências Bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 1Ed., 2 reimpressão, 2017.
- ALENCAR, Augusto César Rocha de. **Os Paiter e os conhecimentos: o Centro Cultural Wagôh Pakob**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 2020.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbora de. “Caipora e outros conflitos ontológicos”. In: **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.5, n.1, jan.-jun., p.7-28, 2013.
- ARTAXO, Paulo. “Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?” **Revista USP**, [S. l.], n. 103, p. 13, 2014. ISSN: 0103-9989. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i103p13-24.
- ÁVILA, Thiago. **Consentimento Livre, Prévio e Informado Projeto Suruí Carbono**. ACT Brasil Edições, 2010, 1ª Edição. Disponível em: http://www.kaninde.org.br/wp-content/uploads/2015/11/vers_o_final__consentimento_pr_vio_informado_1333840796.pdf. Último acesso em: 09 de março de 2022.
- BALÉE, William L. “Biodiversidade e os índios amazônicos”. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Amazônia: Etnologia e História Indígena**. São Paulo: NHII, USP, 1993.
- BARCELLOS, Maria (org.). **Nós, Arara Karo Rap: Nossa Terra e as Mudanças Climáticas**. Forest Trends e USAID, 2019a.
- BARCELLOS, Maria (org.). **Nós, Ikólóéhj Gavião: Nossa Terra e as Mudanças Climáticas**. Forest Trends e USAID, 2019b.
- BARCELLOS, Maria (org.). **Nós, Kwazá Aikanã: Nossa Terra e as Mudanças Climáticas**. Forest Trends e USAID, 2019c.
- BARCELLOS, Maria (org.). **Nós, Paiter Suruí: Nossa Terra e as Mudanças do Clima**. Forest Trends e USAID, 2018.
- BARCELLOS, Maria (org.). **Nós, Pangyjěj Zoró: Nossa Terra e as Mudanças Climáticas**. Forest Trends e USAID, 2019d.
- BARCELLOS, Maria (org.). **Nós, Randereėj Cinta Larga: Nossa Terra e as Mudanças Climáticas**. Forest Trends e USAID, 2019e.
- BARCELLOS, Maria (org.). **Nós, Povos da T. I. Rio Branco: Nossa Terra e as Mudanças Climáticas**. Forest Trends e USAID, 2019f.

BARCELLOS, Maria do Carmo. **Manual Serviços Ambientais no Corredor Etnoambiental Tupi Mondé**. São Paulo: IKORÊ, 2015.

BASSI JÚNIOR, Flávio. **Entresaberes: modos de conhecer paiter e suas transformações**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BAVARESCO, Andréia *et al.* (elaboração). **PAMINE: o renascer da Floresta: reflorestamento da Terra Indígena Paiterey Karah (TI Sete de Setembro) pelo povo Paiter Suruí**. IEB, 2011. Disponível em: https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/public_iieb_pamine_floresta.pdf. Último acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

BLADE RUNNER 2049. Direção: Denis Villeneuve. Produção de Alcon Entertainment, Columbia Pictures, Scott Free Productions, Torridon Films, 16:14 Entertainment, Thunderbird Entertainment e Warner Bros. Pictures. Estados Unidos: Warner Bros. Pictures (América do Norte) e Sony Pictures Releasing (internacional), 2017, cinema.

BONAVIGO. P. H. **Levantamento da mastofauna de médio e grande porte da terra Indígena sete de setembro – etnia Suruí – RO**. ACT BRASIL. 2009.

BONFANTE, Talía, **Relatório de Avaliação para Validação do Projeto de Carbono Florestal Suruí - Brasil**, IMAFLORA e RAINFOREST ALLIANCE Aliance - SmartWood Program, 2012. Disponível em: https://www.google.com/search?q=RELAT%C3%93rio+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+para+valida%C3%A7%C3%A3o+do+carbono+surui&ei=17QoYrzQIqnD5OUPvcqnkAk&ved=0ahUKEwj89_bsmbn2AhWpIbkGHT3lCZIQ4dUDCA0&uact=5&oq=RELAT%C3%93rio+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+para+valida%C3%A7%C3%A3o+do+carbono+surui&gs_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EAMyBOgAEKIEOgcIABBHELADoggIIRAWEB0QHjoFCCEQoAE6BwghEAoQoAFKBAhBGABKBAhGGABQuwVY3BFghxRoAnABeACAACIDiAGFGJIBCTAuMi44LjAuMpgBAKABAcgBCMABAQ&sclient=gws-wiz#. Último acesso em: 09 de março de 2022.

BONTKES, William. **Dicionário preliminar Suruí/Protuguês-Português/Suruí**. Porto Velho, 1978.

BRASIL. [Código Florestal Brasileiro]. **Lei 12.651, de 25 de Maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n°s 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n°s 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n° 2.166-67, de

24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Último acesso em: 08 de fevereiro de 2023.

BRASIL. [Política Nacional sobre Mudança do Clima]. **Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010**. Regulamenta os arts. 6º, 11 e 12 da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, e dá outras providências. (revogado). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7390.htm. Último acesso em: 08 de fevereiro de 2023.

BRASIL. [Política Nacional sobre Mudança do Clima]. **Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9578.htm#art25. Último acesso em: 08 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 88.867, de 17 de outubro de 1983**. Homologa a demarcação da área indígena que menciona nos Estados de Mato Grosso e Rondônia. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1983/d88867.html. Último acesso em: 08 de fevereiro de 2023.

BRASIL. [Política Nacional sobre Mudança do Clima] **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm. Último acesso em: 08 de fevereiro de 2023.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum**. Organização das Nações Unidas, 1987.

CABRAL, A. S. A. C.; KALAPALO, K.; AWETÍ, M. M.; OLIVEIRA, S. C. S. de; SURUÍ, U. “Classificadores nominais em três línguas indígenas da Amazônia brasileira: ampliando tipologias”. **Revista Brasileira De Linguística Antropológica**, 2018, 6(1), 165–193. <https://doi.org/10.26512/rbla.v6i1.21063>

CABRAL, A. S. A. C.; SURUÍ, J.; CARVALHO, M. L.; SURUÍ, U. A. “Explorando manifestações de simbolismo sonoro em três línguas Tupí: Suruí Paitér, Mbyá Tambeopé e

- Nhandeva Txiripá”. **Revista Brasileira De Linguística Antropológica**, 2018, 4(1), 119–130.
<https://doi.org/10.26512/rbla.v4i1.20676>
- CABRAL DE OLIVEIRA, Joana. “Mundos de roças e florestas”. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 11, n. 1, 2016, p. 115-131.
- CABRAL DE OLIVEIRA, Joana. "Vegetable Temporalities: Life cycles, maturation and death in an Amerindian ethnography". **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.** 17, p. 1-15, 2020.
- CABRAL DE OLIVEIRA, Joana; AMOROSO, Marta; MORIM DE LIMA, Ana Gabriela; SHIRATORI, Karen; MARRAS, Stelio; EMPERAIRE, Laure (orgs). **Vozes Vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta**. São Paulo, Paris: Editora UBU e IRD, 2020.
- DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 95-117, abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p95-117>
- CAMELY, Nazira. **Imperialismo, Ambientalismo e ONGs na Amazônia**. Consequência Editora, 1º ed., 2018.
- CARDOZO, Ivaneide Bandeira (org.). **Etnozoneamento Paiterey Garah: terra indígena Sete de Setembro**. Porto Velho - RO: Kanindé - Associação de Defesa Etnoambiental, 2011. Disponível em: <http://www.kaninde.org.br/etnozoneamento-paiterey-garah/>. Último acesso em: 07 de fevereiro de 2022.
- CARDOZO, Ivaneide Bandeira. **Iway e Metare: a marca do território Paiter Surui**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia), Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal de Rondônia - Porto Velho, 2012.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Antidomestication in the Amazon Swidden and its foes”. **HAU: Journal of Ethnographic Theory** 9 (1): 2019., pp. 126-136.
- CBD Secretariat & Society For Ecological Restoration. **A Companion to the Short-Term Action Plan on Ecosystem Restoration**. Montreal, Canada, 2019. Disponível em: https://04234808-387d-4309-b7c5-afdc9704dbd2.filesusr.com/ugd/3594eb_7e5d3baae17e43478f0befcdd1f194f1.pdf. Último acesso em: 05 de fevereiro de 2023.
- CARPANEZZI, Antonio A.; CARPANEZZI, Odete T. **Reabilitação Ambiental de Ecossistemas Florestais: uma Introdução**. Embrapa - I Semana do Estudante Universitário - Florestas e Meio Ambiente, 2003.
- CHANG, C. Wasted humans and garbage animals: Deadly transcorporeality and documentary action. In: Rayson, A. and Deborah, S. (eds.) **Ecodocumentaries: Critical essays**. London:

Palgrave Macmillan, 2016, 95-114.

CLEMENTS, F.E. **Dynamics of Vegetation** New York, The H.W. Wilson Co, 1949.

CLEMENTS, F. E. “Plant Succession”. **Carnegie Inst. Wash. Publ**, 1916, p. 242.

CLEMENTS, F. E. “The relict method in dynamic ecology”. **Jour. Ecol**, 1934, v. 22: 39-68

COCCIA, Emanuele. **A virada vegetal**. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. “Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought”. **Social Problems**, v. 33, n. 6: 14-32, 1986.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019, 1º edição.

CONFLITOS: FOTOGRAFIA E VIOLÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL 1889-196. Curadoria de Heloisa Espada e Tiê Higashi. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2018. <https://ims.com.br/exposicao/conflitos-ims-rio/>. Último acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

CONVERTWORLD.COM, **Conversão de quilômetros quadrados para metros quadrados**. Disponível em: <https://www.convertworld.com/pt/area/km2/km2-para-m2.html>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

CRUTZEN, Paul J. “Geology of mankind”. **Nature**, [S. l.], v. 415, n. 6867, p. 23, 2002. ISSN: 00280836. DOI: 10.1038/415023a.

CRUTZEN, Paul J. & STOERMER, Eugene F. “O Antropoceno”. **Piseagrama**. Belo Horizonte, sem número, 06 nov. 2015. Disponível em: <<https://piseagrama.org/o-antropoceno>>. Último acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

CRUZ, Jaíne Quele Cruz; AFONSO, Matheus. “VÍDEOS: criança causa incêndio que consumiu mais de 400 mil m² de área de preservação em Cacoal, RO”. Publicado por **G1 RO e Rede Amzônica** em 27 de agosto de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/08/27/videos-crianca-causa-incendio-que-consumiu-mais-de-400-mil-m-de-area-de-preservacao-em-cacoal-ro.ghtml>. Acesso em: 05 de setembro de 2022.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro: Cultura e Barbárie & Instituto Socioambiental, 2 ed., 2017.

DARWICH, Mahmud. **Da presença da ausência**. São Paulo: Tabla. Tradução de Marco Calil, 2020.

Diário da Amazônia, Rondônia, Ano XXVIII, Edição nº 8150, Sábado, Domingo e Segunda, 3, 4 e 5 de setembro de 2022.

Diário da Amazônia, Rondônia, Ano XXVIII, Edição n° 8153, Sexta-feira, 9 de setembro de 2022. Impresso.

Diário da Amazônia, Rondônia, Ano XXVIII, Edição n° 8154, Sábado, Domingo e Segunda, 10, 11 e 12 de setembro de 2022. Impresso.

Diário da Amazônia, Rondônia, Ano XXVIII, Edição n° 8158, Sexta-feira, 16 de setembro de 2022. Impresso.

Diário da Amazônia, Rondônia, Ano XXVIII, Edição n° 8159, Sábado, Domingo e Segunda, 17, 18 e 19 de setembro de 2022. Impresso.

Diário da Amazônia, Rondônia, Ano XXVIII, Edição n° 8162, Quinta-feira, 22 de setembro de 2022. Impresso.

Diário da Amazônia, Rondônia, Ano XXVIII, Edição n° 8153, Sexta-feira, 23 de setembro de 2022. Impresso.

DIEGUES, Antonio C. S. (Coord.). **Deforestation and livelihoods in the Brazilian Amazon**. São Paulo: Nupaub, 1997.

DIEGUES, Antonio C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec:Nupaub-USP/CEC, 2008.

DU BRAY *et al.*, “Does ecosystem services valuation reflect local cultural valuations? Comparative analysis of resident perspectives in four major urban river ecosystems”.

Economic Anthropology, 2019; vol. 6, n° 1, pp.21-33, DOI:10.1002/sea2.12128

ECOPOREÍ - PROJETO VIVEIRO CIDADÃO, **Agro&Ecologia**, n.1, ano 1, 2022.

ELER, Rosiane R. S.; CARVALHO, Juliana I. R. de; SURUÍ, Joaton. “Comunidade Surda Indígena Paiter Suruí: Mapeamento de Sinais no Ambiente Escolar”. **Revista Espaço: periódico científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos**, jan-jun, n° 53, 2020.

EMBRAPA. Site. Disponível em: <https://www.embrapa.br/>. Último acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

EMPERAIRE, Laure. “Patrimônio agrícola e modernidade”. In: CARNEIRO DA CUNHA, M.; Cesarino, P. de N. (orgs). **Políticas Culturais e Povos Indígenas**. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2014, pp. 59-89.

ESTADÃO, Redação. “A Amazônia em números”. Publicado por: **Estadão**, em 23 de junho de 2009. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/a-amazonia-em-numeros/>. Acesso em: 05 de setembro de 2022.

ESTADÃO, Sucursal de Brasília. “Funai só demarca área com proteção”. Publicado por: Estadão, em 03 de agosto de 1976. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/146085>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

EX-PAJÉ. Direção: Luiz Bolognesi. Produção de Buriti Filmes e Gullane. Brasil: Gullane e Upside Distribution, 2018. Cinema.

FAGUNDES, Guilherme Moura. **Fogos Gerais: transformações tecnopolíticas na conversação do Cerrado (Jalapão-TO)**. 2019. Tese. (Doutorado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FAUSTO, Carlos. “A Blend of Blood and Tobacco: Shamans and Jaguars among the Parakanã of Eastern Amazonia”. In: Neil Whitehead; Robin Wright. (Org.). **In Darkness and Secrecy: The Anthropology of Assault Sorcery and Witchcraft in Amazonia**. Chapel Hill, NC: Duke University Press, 2004, pp. 157-178.

FERNANDES, Mario Rique. "O mundo num ouriço de castanha: a mitopoética dos índios Apurinã e o espírito ancestral das castanheiras". In: CABRAL DE OLIVEIRA, Joana et al. (org.). **Vozes Vegetais: diversidade, resistência e história da floresta**. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 247- 256.

FERRONATO, Marcelo L.; NUNES, Reginaldo de O. “A exploração ilegal de madeiras na Terra Indígena Sete de Setembro, Cacoal - RO”. **Revista Facimed**, v. 2, n.2, 2010, p. 1-12.

FERRONATO, Marcelo Lucian; SOUZA, Emanuel Fernando Maia de (org.). **Terra&Mata: Projeto Viveiro Cidadão**. Porto Velho: Ação Ecológica Guaporé - Ecoporé, 2019, 1º edição.

FIGUEIREDO, Isabela. **Cadernos de Memórias Coloniais**. São Paulo: Todavia, 2018.

FOLHA, Sucursal de São Paulo. “Amazônia tem dia com mais queimadas do que 'dia do fogo', de 2019”. Publicado por **Folha de São Paulo** em 24 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/08/amazonia-tem-dia-com-mais-queimadas-do-que-dia-do-fogo.shtml>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

FUNAI. Site. Disponível em: http://www.funai.gov.br/terra_indigena_3/mapa/index.php?cod_ti=43001. Último acesso em: 12 de setembro de 2019.

FURQUIM, Laura P. "O acúmulo das diferenças: nota arqueológica sobre a relação entre sócio e biodiversidade na Amazônia antiga". In: CABRAL DE OLIVEIRA, Joana *et al.* (org.). **Vozes Vegetais: diversidade, resistência e história da floresta**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

G1 SP, Redação. “Dia vira 'noite' em SP com frente fria e fumaça vinda de queimadas na região da Amazônia”. Publicado por **G1 SP** em 19 de agosto de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/19/dia-vira-noite-em-sao-paulo-com-chegada-de-frente-fria-nesta-segunda.ghtml>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

GAMEBEY; KANINDÉ (org.). **Plano de Gestão Etnoambiental da terra indígena Sete de Setembro**. ACT Brasil Edições, 2008, 1º edição. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/plano-de-gestao-etnoambiental-da-terra-indigena-sete-de-setembro> ou <http://ecam.org.br/en/publicacoes/plano-de-gestao-sete-de-setembro/> ou https://aquaverde.org/wp-content/uploads/plano_de_gestao.pdf. Último acesso em 07 de fevereiro de 2022.

GAMEBEY; METAREILÁ. **Relatório de Implementação do Projeto de Carbono Florestal Suruí**. Cacoal, 2014. Disponível em: <https://idesam.org/publicacoes/projeto-carbono-florestal-surui-pdddcp/>. Último acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

GANN, G.D. *et al.* 2019. “International Principles and Standards for the Practice of Ecological Restoration”. Second Edition. **Restoration Ecology** (27-S1: 1-46). Available: <https://www.ser.org/page/SERStandards/International-Standards-for-the-Practice-of-Ecological-Restoration.htm>

GATTI, Luciana *et al.* Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. **Nature**, v. 595, pp. 388-408, 15 July 2021.

A **Gazeta de Rondônia**, Rondônia, Ano XXVIII, nº 4107, Terça-feira, 06 de setembro de 2022. Impresso.

A **Gazeta de Rondônia**, Rondônia, Ano XXVIII, nº 4109, Sexta-feira, 09 de setembro de 2022. Impresso.

A **Gazeta de Rondônia**, Rondônia, Ano XXVIII, nº 4110, Fim de semana, 10, 11 e 12 de setembro de 2022. Impresso.

A **Gazeta de Rondônia**, Rondônia, Ano XXVIII, nº 4114, Sexta-feira, 16 de setembro de 2022. Impresso.

A **Gazeta de Rondônia**, Rondônia, Ano XXVIII, nº 4118, Fim de semana, 17, 18 e 19 de setembro de 2022. Impresso.

A **Gazeta de Rondônia**, Rondônia, Ano XXVIII, nº 4118, Quinta-feira, 22 de setembro de 2022. Impresso.

GIL, Gilberto. **Vamos Fugir (Give Me Your Love)**. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1984. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=pLby52-aS0I&ab_channel=FabianoZamith. Acesso em 02 de junho de 2023.

GOOGLE EARTH e ISA. **Portal Eu Sou Amazônia**. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-5.671904,-61.513556,68.15192129a,5000000d,35y,0h,0t,0r/data=CkOSQhIqN2IxOGI1NTcyYjRhMTFIN2E5MGIxZmI3OTk1MDNkMmUaEEV1IFNvdSBbbWF6w7RuaWEiDHNwbGFzaHNjcmVlbg?hl=pt-BR>. Último acesso em: 09 de março de 2022.

GREENPEACE. “Dia do fogo completa um ano com legado de impunidade”. Publicado por **Greenpeace** em 2023. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/florestas/dia-do-fogo-completa-um-ano-com-legado-de-impunidade/>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Editora Elefante, 1Ed., 1 reimpressão, 2021.

HACON, Vanessa. **Governando o Clima, Florestas e Povos Indígenas: Poderes Transnacionais e Território**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ, 2018.

HARAWAY, Donna J. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, 2º edição.

HARAWAY, Donna J. **O manifesto das espécies companheiras**. Bazar do Tempo, 1º ed., 2021.

HARAWAY, Donna J. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu**, (5) 1995: pp. 07-41

HARAWAY, Donna J. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene**. Durham and London: Duke University Press, 2016. ISBN: 9780822362142.

HUBAU, Wannes *et al.* Asynchronous carbon sink saturation in African and Amazonian tropical forests. **Nature**, v. 579, pp. 80–87, 04 March 2020.

INGOLD, Tim, “Temporality of the landscape” [1933]. In: T. Ingold, **The perception of the environment. Essays in livelihood, dwelling and skill**, Londres: Routledge, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **TerraBrasilis**. Disponível em: <http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation?hl=en>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. COORDENAÇÃO GERAL DE OBSERVAÇÃO DA TERRA. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA AMAZÔNIA E DEMAIS BIOMAS. **DETER (Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real)**. Desmatamento – Amazônia Legal – Disponível em: <http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/legal/amazon/daily/>. Último acesso em: 27 de maio de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. COORDENAÇÃO GERAL DE OBSERVAÇÃO DA TERRA. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA AMAZÔNIA E DEMAIS BIOMAS. **PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite)**. Disponível em: http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Último acesso em: 27 de maio de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. Site. Disponível em: <https://www.ipt.br/>. Último acesso em 14 de fevereiro de 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Acervo de notícias**. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/adv-search?form_id=advanced_search_form&form_build_id=form-k2bes-9gJwTFpFeGn-IT6ByoPmQPt_rDYyaIcnYsygQ&search_term=surui%20paite r&content_type=noticias&field_data_inicial=&field_data_final=&page=0. Último acesso em: 09 de março de 2022.

IUCN. **What is Ecosystem Restoration?** 2019. Disponível em: <https://www.iucn.org/news/forests/201903/un-elevates-action-ecosystem-restoration-iucn-ready#:~:text=Ecosystem%20restoration%20is%20a%20process.meet%20the%20needs%20of%20society>. Acessado pela última vez em 10 de maio de 2023.

KANETO, Gabriela. **Marco histórico para Rondônia: Robustas Amazônicas conquistam selos de Denominação de Origem**. Disponível em: <https://revistaespresso.com.br/2021/06/01/marco-historico-para-rondonia-robustas-amazonico-s-conquistam-selo-de-denominacao-de-origem/>. Acesso em: 09 de setembro de 2022.

KANINDÉ. Site. “Povo Paiter Suruí conclui o processo de validação do Projeto Carbono Florestal”. Disponível em:

<https://www.kaninde.org.br/povo-paiter-surui-conclui-o-processo-de-validacao-do-projeto-carbono-florestal/>. Acessado pela última vez em 8 de março de 2022.

KIRKSEY, S. Eben; HELMREICH, S. “A emergência da etnografia multiespécies”. Tradução de VANDER VELDEN, F. F.; CARDOSO, T. M. **Revista de Antropologia da UFSCar**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 273–307, 2020. DOI: 10.52426/rau.v12i2.359.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está a venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KOLBERT, Elizabeth. **A Sexta Extinção. Uma História não Natural**. Intrínseca, 2015.

KOHN, Eduardo. **How Forests Think: Toward an Anthropology Beyond the Human**. University of California Press, 1st ed., 2013.

KOPENAWA, David; BRUCE, Albert. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 1º ed., 2015.

LATOUR, Bruno. “Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático)”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 339-352, 2006.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. São Paulo-SP: Ubu & Ateliê de Humanidades, Tradução de Maryalua Meyer, 2020.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares de parentesco**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Estruturas dualistas existem?”. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo, CosacNaify, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Tânia Stolze. “A planta redescoberta: um relato do encontro da ayahuasca com o povo Yudjá”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 118-136, abr, 2018.

LIMA, Tânia Stolze. **Um peixe olhou pra mim: o povo Yudjá e a perspectiva**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

LITTLE, Paul E. **Corredores Etnoambientais na Amazônia Ocidental: Principais Resultados do Projeto Garah Itxá 2009-2012**. Brasília, 2012. Disponível em https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj9kquk-IH9AhVuupUCHX5XD4MOIHoECAgQCA&url=https%3A%2F%2Fwebcache.googleusercontent.com%2Fsearch%3Fq%3Dcache%3AoY7mSTWH0EQJ%3Ahttp%3A%2F%2Fiieb.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2019%2F02%2F22-02-2013-Garah_itxa_1.pdf%26cd%3D1%26hl%3Dpt-BR%26ct%3Dc%26gl%3Dbr&usq=AOvVaw0Wsi7d9As_6RRsrkCeMdf-. Último acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

LOBO, Rodrigo Gomes. **Naturezas esfumaçadas: os Tembés e o mercado de crédito de carbono**. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - São Paulo/SP, 2016.

LOVEJOY, Thomas E.; NOBRE, Carlos. "Amazon Tipping Point". **Sci. Adv.** 2018.

MAGALHÃES, Marcos Pereira (org.). **Amazônia Antropogênica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016, pp. 419.

LOVELOCK, James E. S. "The Quest for Gaia". **New Scientist**. 1975, 65(935): 304.

LOVELOCK, James E. S. **Gaia: A New Look at Life on Earth**. Oxford University Press, 1979.

MACHADO, Leandro. "O que se sabe sobre o 'Dia do Fogo', momento-chave das queimadas na Amazônia". Publicado por **BBC News Brasil** em 27 agosto 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

MAISONNAVE, Fabiano. "How diamonds and a bitter feud led to the destruction of an amazon reserve?". Publicada por: **The Guardian**, em 27 de setembro de 2017. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/environment/2017/sep/27/how-diamonds-and-a-bitter-feud-led-to-the-destruction-of-an-amazon-reserve>. Último acesso em: 05 de agosto de 2018.

MARANHÃO, Ana Carolina Kalume (ed.). **Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro**. ACT Brasil Edições, 2008, 1 Ed. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/plano-de-gestao-etnoambiental-da-terra-indigena-sete-de-setembro>

e <http://ecam.org.br/en/publicacoes/plano-de-gestao-sete-de-setembro/>. Acessados pela última vez em 07 de fevereiro de 2022.

MARCUS, George E. “Ethnography in/of World System: The Emergency of Multi-Sited Ethnography”. **Annu. Rev. Anthropol.** 1995, 24:95-117.

MARTÍRIO. Direção: Vincent Carelli, Ernesto de Carvalho, Tatiana Almeida. Produção de Papo Amarelo, Vídeo nas Aldeias e Olívia Sabino. Brasil: Vitrine Filmes, 2016, cinema.

MEA - MILLENIUM ECOSYSTEMS ASSESSMENT. **Ecosystems and human well-being synthesis.** Washington, DC: Island Press, 2005.

MEADOWS, Dennis L *et. al.* **The limits to growth: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind.** Universe Books, 1972.

MINDLIN, Betty. **Índios e Grandes Projetos Econômicos Um Exemplo: O Programa Polonoroeste (Mato Grosso e Rondônia, 1982-87).** São Paulo: Iamá - Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, Junho de 1988. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi7lb-_1pv_AhWNppUCHYq1BaQQFnoECA8QAAQ&url=https%3A%2F%2Fbiblioteca.trabalhoindigenista.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F5%2F2018%2F08%2FCTI02031.pdf&usg=AOvVaw3WRAENFAw8QkXzuLeUaBZC. Acesso em: 05 de setembro de 2022.

MINDLIN, Betty. **Nós Paiter: os Suruí de Rondônia.** Petrópolis: Vozes, 1985.

MINDLIN, Betty & SURUÍ PAITER, Narradores indígenas. **Vozes da origem.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MONTEBUGNOLI, Mariana De Freitas. **Por Dentro da Rede: um estudo das dinâmicas e interações de redes transnacionais de *advocacy* – o caso dos projetos Polonoroeste e Planaflo no estado de Rondônia.** 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais - Universidade de Brasília, 2015.

MONET, Claude. **Impressão, nascer do sol.** 1872. Óleo sobre tela (48 x 63). Museu Marmottan, Paris.

MOORE, Jason W. (org.). **Anthropocene or Capitalocene?: Nature, History, and the Crisis of Capitalism.** PM Press, 2016.

MORENO, Camila. “As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva”. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; e PEREIRA FILHO, Jorge (org). **Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento.** Fundação Rosa Luxemburgo; Autonomia Literária; e Editora Elefante, 1º edição 2016, 1º reimpressão, p. 256-293.

MUZZOPAPPA, Eva; VILLALTA, Carla. “Los documentos como campo: reflexiones teórico-metodológicas sobre un enfoque etnográfico de archivos y documentos estatales”. **Revista Colombiana de Antropología**, 2011, 47 (1):13-42.

NA DÉCADA DA DESTRUICÃO. Direção: Adrian Cowell e Vicente Rios. Produção de Roger James, Mário Arruda e Vicente Rios. Reino Unido / Brasil: Bullfrog Films, 1984, 6 episódios. DVD.

NA NATUREZA SELVAGEM. Direção: Sean Penn. Produção de River Road, Entertainment, Square One C.I.H. e Linson Film. Estados Unidos: Paramount Vantage, 2007. Netflix.

NASCIMENTO, Eloiza E. Della Justina (coord.). **Paiter, Gente de verdade: Diagnóstico Agro-Ambiental Participativo**. Cacoal: OMPIS, 2000. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/paiter-gente-de-verdade-diagnostico-agro-ambiental-participativo>. Último acesso em: 9 de março de 2022.

NASCIMENTO, Silvana. “O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima”. **Revista de Antropologia**, v. 62 n. 2: 459-484, 2019

NEVES, Eduardo G. "Castanha, pinhão e pequi ou a alma antiga dos bosques do Brasil". In: CABRAL DE OLIVEIRA, Joana *et al.* (org.). **Vozes Vegetais: diversidade, resistência e história da floresta**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

NOBRE, Carlos; NOBRE, Antônio D. O balanço de carbono da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 16 (45), 2002, pp. 81-90.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**. São Paulo: Edusp, 1998.

ODLING-SMEE, John *et. al.* “Niche Construction theory: a practical guide for ecologists”. **The Quarterly Review of Biology**, v. 88, n. 1, p. 3-28, 2013.

ODLING-SMEE, John; LALAND, Kevin; FELDMAN, Marcus. **Niche Construction: The Neglected Process in Evolution**. Princeton: Princeton University Press, 2003.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. 1997. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo - São Paulo/SP, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Acordo de Paris**. 2015. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf. Último acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção-quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima**. 1992. Disponível em: [conveng.pdf \(unfccc.int\)](https://unfccc.int/conveng.pdf). Último acesso em: 9 de março de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Protocolo de Quioto**. 1997. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpeng.pdf>. Último acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment. (Declaração de Estocolmo)**. Stockholm, 5-16 de junho de 1972. Disponível em: [ELGP1StockD.pdf \(unep.org\)](https://unep.org/ELGP1StockD.pdf). Último acesso em: 9 de março de 2022.

O Território. Direção: Alex Pritz. Produção de Alex Pritz, Gabriel Uchida, Will N. Miller, Lizzie Gillett, Sigrid Dyekjær, Darren Aronofsky. Brasil, Dinamarca, Estados Unidos: O2 Play, 2022. Cinema.

PAITER SURUÍ. **Gasodá Suruí**. Blog. Disponível em: <https://gasodasurui.blogspot.com/>. Último acesso em: 21 de setembro de 2021.

PAITER SURUÍ. **Paiter**. Site. Disponível em: <https://www.paiter.org/>. Último acesso em: 21 de setembro de 2021.

PAITER SURUÍ. **Paiter Suruí**. Perfil no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/accounts/login/?next=paiter_surui/. Último acesso em: 06 de março de 2023.

PAITER SURUÍ. **Plano de gestão de 50 anos**. Slides. Disponível em: https://www.conservationgateway.org/ConservationPractices/ClimateChange/ForestCarbon/Documents/4.%20Gasoda%20S_PLANO%20DE%20GEST%C3%83O%20DA%20TERRA%20INDIGENA%20SETE%20DE%20SETEMBRO%20-%20MEXICO%202013.pdf.

Acessados pela última vez em 07 de fevereiro de 2022.

PAITER SURUÍ. **Povo Paiter Suruí**. Canal no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCVwutbsA6HJ7OkleI9xPUeg>. Último acesso em: 21 de setembro de 2021.

PALACIOS, José Agustín. “Exploration of the rivers and lakes of the departament of the Beni, Bolivia (from 1844 to 1847) and his notes relatives to the Department of Mojos. s.l.p., Madeira and Mamore Railway Company (1847)”. p.76-138. In: CHURCH, George Earl. **Madeira, from 1749 to 1868 (vol. viii)**. Londres: National Bolivian Navigation Company, 1875. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2943>.

PEGGION, Edmundo. **Relações em perpétuo desequilíbrio: a organização dualista dos Kaguahiwa da Amazônia**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2005.

PEREIRA, Elenita Malta. “A década da destruição’ da Amazônia: José Lutzenberger e a contrarreforma agrária em Rondônia (Anos 1980)”. **História Unisinos**, 21(1):26-37, Janeiro/Abril, 2017, Unisinos – doi: 10.4013/htu.2017.211.03

PIGNATO, Catarina; ZANLORENSSI, Gabriel. “O desmatamento da floresta amazônica por estado e município”. Publicado por: **Nexo**, em 25 de agosto de 2017 e atualizado em atualizado 04 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2017/08/25/O-desmatamento-da-floresta-amaz%C3%B4nica-por-estado-e-munic%C3%A9pio>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.

PRIGOGINE, Ilya & STENGERS, Isabelle. **A Nova Aliança: metamorfose da ciência**. Brasília: Editora UnB, 1º ed [1984], 1º reimpressão 1991.

REFLORA - FLORA E FUNGA DO BRASIL. Site. Disponível em: <https://reflora.jbrj.gov.br/reflora/listaBrasil/ConsultaPublicaUC/ResultadoDaConsultaNovaConsulta.do#CondicaoTaxonCP>. Último acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

RENESSE, Nicodème Costia de. **Perspectivas indígenas sobre e na internet: ensaio regressivo sobre a construção e o uso da comunicação em grupos ameríndios do Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RENESSE, Nicodème Costia de. **Seguir, ou sair de sua história: ramificação e antagonismos narrativos entre os Païter Suruí (tupi-mondé)**. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando. 2017.

RIVAL, Laura. “Domestication as a historical and symbolic process: wild gardens and cultivated forests in the Ecuadorian Amazon.” In: BALÉE, W. (ed.), **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 1998, Pp. 232-250.

RIVAL, Laura. "Domesticating the landscape, producing crops and reproducing society in Amazonia". In: **Holistic Anthropology**. Emergence and Convergence. David Parkin and Stanley Ulijaszek, editors,. Oxford and New York: Berghahn Books, 2009, pp. 72-90.

- ROMERO, Zeus Moreno. **MEMÓRIAS DO CONTATO: os indígenas Paiter Suruí e o avanço da fronteira econômica**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Maringá – Maringá/PR, 2020.
- ROMERO, Zeus Moreno. **Os Paiter Suruí: do arco e flechas às tecnologias do século XXI**. Editora Dialética, 2022.
- SALATI, E. *et al.* Recycling of water in the Amazon Basin: An isotopic study. **Water Resources Research**. v. 15, n. 5, p. 1250-8. out. 1979.
- SALATI, E.; VOSE, P. B. Amazon Basin: A system in equilibrium. **Science**. v. 225, n. 4658, p. 129-38. 13 jul. 1984.
- SANTILLI, Márcio *et al.* “Tropical deforestation and the Kyoto Protocol”. **Climatic Change**, v. 71, 2005, p. 267–276.
- SANTOS, Cássio Marques Moquedace dos. **Viveiro Cidadão: transformando realidades. Quintais produtivos, recomposição de áreas, área de preservação permanente**. Porto Velho: Ação Ecológica Guaporé - Ecoporé, 2019.
- SCARAMUZZI, Igor. "Os modos de vida, criação e reprodução das florestas de castanhais no Alto Trombetas, Oriximiná (PA). In: CABRAL DE OLIVEIRA, Joana *et al.* (org.). **Vozes Vegetais: diversidade, resistência e história da floresta**. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 266-282.
- SCOTT, James C. **Against the grain: a deep history of the earliest states**. New Haven: Yale University Press, 2017.
- SIQUEIRA, Leandro Alberto de Paiva. **Ecopolítica: derivas do espaço sideral**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo/SP, 2015.
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE A BIODIVERSIDADE BRASILEIRA**. Site. Disponível em: <https://sibbr.gov.br/>. Último acesso em 14 de fevereiro de 2023.
- SHIRATORI, Karen. 2019. “O olhar envenenado: a perspectiva das plantas e o xamanismo vegetal jamamadi (médio Purus, AM)”. *Mana*, 25(1), 159-188
- SPERANÇA, Carlos. “Os rios de fumaça”. Publicado por **Diário da Amazônia**, Rondônia, Ano XXVIII, Edição nº 8150, Sábado, Domingo e Segunda, em 3, 4 e 5 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/carlos-speranca/os-rios-de-fumaca-grande-reviravolta-pa-u-no-coronel-mostrando-as-fucas>. Último acesso em 14 de maio de 2023.

STENGERS, Isabelle. **No Tempo das Catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima.** São Paulo, Cosac Naify, 2015.

STERN, N. **Stern review: the economics of climate change.** Cambridge: HM Treasury UK Government, 2006.

STRATHERN, Marilyn. Cutting the network. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, Vol. 2, No. 3 (Sep., 1996), pp. 517-535

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SUKHDEV, Pavan *et al.* **The economics of ecosystems and biodiversity: an interim report.** Genebra: UNEP[PNUMA]/European Communities, 2008.

SURUÍ, Almir Narayamoga; CENAMO, Mariano Colini. **Projeto Carbono Florestal Suruí.** Associação Gamebey, Funbio, ACT/Brasil, Kanindé, The Katoomba Group, Forest Trends, Idesam. 2011. Disponível em: <https://idesam.org/publicacoes/projeto-carbono-florestal-surui-pdddcp/>. Último acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

SURUÍ, Gaami Anine. A; PAPPANI, Angela; LACERDA, Inimá (orgs.). **Histórias do começo e do fim do mundo: o contato do povo Paiter Suruí.** São Paulo: Ikore, 2016.

SURUÍ, Gasoda. **Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro: Paiter X Projeto REDD+** (slides). Disponível em: https://www.conservationgateway.org/ConservationPractices/ClimateChange/ForestCarbon/Documents/4.%20Gasoda%20S_PLANO%20DE%20GESTÃO%20DA%20TERRA%20INDÍGENA%20SETE%20DE%20SETEMBRO%20-%20MEXICO%202013.pdf. Último acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

SURUÍ, Naraiel Paiter; CRUZ, Mônica Cidele da. “A morfologia e a sintaxe dos verbos na língua paíter suruí: as construções causativas”. In: **Revista de Comunicação Científica – RCC**, Jan./Maio, Vol. I, n. 7, pgs. 133-140, 2021. ISSN 2525-670X. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

SURUÍ, Naraiel Paiter. **Palavras Polissêmicas na Língua Paiter-Suruí.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Indígena em Línguas, Artes e Literaturas), Faculdade Indígena Intercultural, UNEMAT - Barra dos Bugres/MT, 2016.

SURUÍ, Tiago Iteor. **Descrivendo a Língua dos Paiter Ej (Suruí De Rondônia): contribuições de um falante nativo.** 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística),

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília - Brasília/DF, 2020.

SURUÍ, Uraan Anderson. **Projeto Tribos: Cafés Especiais Paiter-Suruí**. Cooperativa Suruí de Desenvolvimento e Produção Agroflorestal Sustentável. Disponível em: https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/seminario-povos-indigenas/regional/painel-agri-cultura/painel-1/projeto-tribos_uraan-anderson-surui.pdf. Ver também <https://projetotribos.com.br/sobre/>. Acessados em: 14 de setembro de 2022.

SURUÍ DIAS, Chicoepab. **Recriando a Floresta: a Experiência Paiter Suruí**. 1. Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

TANSLEY, A. G. 1935. “The use and abuse of vegetational concepts and terms”. **Ecology**, v. 16, n. 3, pp. 284-307.

TER STEEGE *et. al.* “A descoberta da flora arbórea da Amazônia com uma lista atualizada de todos os taxa arbóreos conhecidos”. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Nat., Belém, v. 11, n. 2, maio-ago, 2016, p. 231-261.

TER STEEGE *et. al.* “Hyperdominance in the Amazonian Tree Flora”. **Science**, 18 Oct 2013, Vol 342, Issue 6156 [DOI: 10.1126/science.1243092](https://doi.org/10.1126/science.1243092).

TRANSAMAZÔNICA - UMA ESTRADA PARA O PASSADO. Direção: Fabiano Maciel e Jorge Bodanzky. Produção de Ocean Films. Brasil: HBO Latin America Originals e Ocean Films, 2021, HBO.

TSING, Anna Lowenhaupt. **The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins**. New York: Princeton University Press, 2015.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. IEB e Mil Folhas, 2019.

VALLE, Raul S. T. do (org.). **Desmatamento evitado (REED) e povos indígenas: experiências, desafios e oportunidades no contexto amazônico**. São Paulo: ISA e Forest Trends, 2010.

VAN DOOREN, Thom. “Wild Seed, Domesticated Seed: Companion species and the emergence of agriculture”. **Philosophy Activism Nature**, v. 9, 2012, p. 22-28.

VAN DOOREN, Thom; KIRKSEY, S. Eben; MÜNSTER, Ursula. “Estudos multiespécies: cultivando artes de atenção”. Trad. Susana Oliveira Dias. **ClimaCom** [online], Campinas, Incertezas, ano. 3, nº 7, dez 2016, pp. 39-66.

VIANNA, Adriana. “Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais”. In: Castilho, S. R. R.; Souza e Lima, A. C. de; Teixeira, C. C. (orgs). **Antropologia**

das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa e Faperj, 2014.

VIDAL, Jean-Jacques Armand. **A cerâmica do Povo Paiter Suruí de Rondônia: continuidade e mudança cultural, 1970-2010.** Dissertação de Mestrado, Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, São Paulo, 2012.

VITEL, Claudia Suzanne Marie Nathalie *et al.* “Land-use Change Modeling in a Brazilian Indigenous Reserve: Construction of a Reference Scenario for the Suruí REDD Project”. **Human Ecology**, Springer Verlag, 2013, 41 (6), pp.807-826.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1996. [2002]. **A inconstância da alma selvagem.** São Paulo: Ed. Cosac Naify.

WATERS, Colin N. *et al.* “Can nuclear weapons fallout mark the beginning of the Anthropocene Epoch? **Bulletin of the Atomic Scientists**, 2015, Vol. 71(3) 46–57, DOI: 10.1177/0096340215581357, <http://thebulletin.sagepub.com>

WIKIPÉDIA, **Lista de unidades federativas do Brasil por densidade demográfica.** Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_unidades_federativas_do_Brasil_por_densidade_demo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_unidades_federativas_do_Brasil_por_densidade_demogr%C3%A1fica)
[gr%C3%A1fica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_unidades_federativas_do_Brasil_por_densidade_demo). Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

WISNIK, Miguel. **Maquinação do mundo: Drummond e a mineração.** São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 2018.

WWF, Redação. “Amazônia tem 1,6 mil km² desmatados em agosto, 80% mais que em 2021”. Publicado por **WWF-Brasil** em 09 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?82730/Amazonia-tem-16-mil-km-desmatados-em-agosto-80-mais-que-em-2021>. Acesso em: 09 de setembro de 2022.

YVINÉC, Cédric. **Les monuments lyriques des Suruí du Rondônia (Amazonie méridionale): chants, événements et savoirs.** Thèse de doctorat, EHESS, Paris, 2011.

YVINEC, Cédric. “Temporal dimensions of selfhood: theories of person among the Suruí of Rondônia (Brazilian Amazon)”. **Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S.)** 20, 2014, pp. 20-37.

YVINEC, Cédric; SURUÍ, Agamenon Gamasakaka. “Suruí of Rondônia”. In STENZEL, Kristine, FRANCHETTO, Bruna (eds.). **On this and other worlds: Voices from Amazonia.** Berlin: Language Science Press, 2017, pp. 439–65.

ZALASIEWICZ, Jan *et al.* “The Working Group on the Anthropocene: Summary of evidence and interim recommendations”. **Anthropocene**, [S. l.], v. 19, n. August, p. 55–60, 2017. ISSN: 22133054. DOI: 10.1016/j.ancene.2017.09.001.

ZWICH, Steve. **REDD Dawn: The Birth Of Forest Carbon**. In: Ecosystem Marketplace. 3 de junho de 2015 (reportagem). Disponível em: <https://www.ecosystemmarketplace.com/articles/redd-dawn/>. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

ZWICH, Steve. **The Surui Forest Carbon Project: a case study**. Relatório para Forest Trends, 2019. Disponível em: <https://www.forest-trends.org/publications/the-surui-forest-carbon-project/> ou https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2019/03/doc_5751-1.pdf. Último acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

Anexos

Glossário Paiter Suruí / Português

As palavras aqui reunidas provém de três fontes principais: do “Dicionário preliminar Suruí/Português-Português/Suruí” (1978), do casal de missionários William e Carolyn Bontkes, e dos glossários anexos aos livros “Vozes da Origem” (2007), organizado pela antropóloga Betty Mindlin, e “Histórias do começo e do fim do mundo” (2017), organizado por Angela Pappiani e Inimá Lacerda. Ambos, “Vozes” e “Histórias”, são coletâneas de narrativas orais de vários autores Paiter Suruí, o que confere um “tom” particular para este glossário: obtemos uma compilação repleta de nomes de personagens míticos, heróis, espíritos e animais antropomórficos, além dos nomes nativos de algumas espécies.

Posto isto, o trabalho de coleta das palavras paiter não se esgotam nessas obras. A cada texto que lia, me preocupava em anotar em um documento à parte todas as palavras paiter encontradas e seus respectivos significados. Um trabalho de formiguinha, como diz o ditado, e do qual, sem dúvida, devem ter me escapado vários termos, mas que tem o mérito de reunir em um só local um contingente de palavras dispersas em múltiplas obras. Ressalto aqui os trabalho de Chicoepab Suruí Dias (2015), os documentos das organizações parceiras do projeto de carbono e do *Pamine*, assim como as publicações dos antropólogos que conduziram suas etnografias junto aos Paiter: Betty Mindlin, já mencionada e de quem coletei a maioria dos termos de parentesco (1985), Cedric Yvinec (2011, 2014, 2017), Nicodeme de Renesse (2012, 2017), Flávio Bassi (2018) e Augusto de Alencar (2020).

No que toca ao significado traduzido e a grafia das palavras, algumas foram encontradas em mais de um texto, às vezes com mais de um significado em um mesmo texto ou com significados distintos em textos diferentes. Para evitar a repetição enfadonha de onde cada informação havia sido encontrada, me abstive de reproduzir aqui tal informação, mas mantive as variações de sentido e indiquei as diferenças de grafia, pois encontrei em cada autor um sistema gráfico próprio. É oportuno lembrar que os autores que mencionei são falantes nativos de línguas diferentes: Mindlin e Alencar são brasileiros, mas a primeira é de origem judaica; Yvinec e Renesse são falantes nativos do francês; o casal Bontkes veio dos Estados Unidos; e há também os trabalhos dos próprios *Paiterey*. Acredito que isso possa ter influenciado a escolha que cada autor fez na grafia de suas palavras, justamente por conta da fonética peculiar de cada idioma e da ressonância específica que os idiomas encontram entre

si. Além disso, essas obras foram escritas em momentos diferentes, portanto capturam questões distintas do debate linguístico e eventos de fala diversos, o que significa que registram pronúncias e significados múltiplos, afinal, a língua paiter continua se transformando pois está viva. Não obstante, nessa Babel a sensibilidade tradutória de cada autor também é um elemento a ser considerado.

Dessa forma, padronizei o plural das palavras para “ey” (encontrei as formas “ie”, “éy” e “ey”), informei a classe gramatical da palavra quando ela era mencionada no texto original e ocasionalmente adaptei ou adicionei alguma coisa (ex: 1.encontrei as traduções civilizado, homem branco e colonizador para “Iara”, adicionei “não-indígena”; 2. adicionei furtar à tradução de “nhó:ri-mãâ”, que era descrita como roubar, ou literalmente: escondido-levar. No primeiro caso, adicionei o que me parece ser uma tradução mais contemporânea e, no segundo, penso que minha própria sensibilidade como tradutora entra em cena¹³³). Os únicos casos em que não tenho certeza se a variação gráfica indica realmente uma variação de significado ou se é apenas um caso de escolhas de escrita divergente são os seguintes:

Borkaa: 1. árvore que produz uma resina ou cera usada como cola para fazer flechas; 2. em tempos míticos, uma pessoa + **Borkáh:** espécie de fruta;

Iãmgah: plantação de taquara para flechas + **Iamni:** aldeia taquaral;

Koro: semideus. + **Korô:** auxiliar do pajé

Omai: meu primo; meu companheiro; meu amigo; uma categoria especial de parentesco. +

o'mai: minha filha (para ego masculino e feminino) - D - filha.

Peixo / Peyxo: um dos espíritos monstruosos paiter. + **Peixopib:** o mesmo espírito só que de tamanho mais diminuto. + **Peixoté:** espírito maléfico, perigoso para os que ficam sozinhos numa maloca velha.

So / ho: coisa. + **So:** algo não humano.

Xamiá: um famoso herói. + **Xamiah:** pessoa mentirosa.

Em suma, o esforço aqui apresentado ainda é preliminar e, provavelmente, contém imprecisões que apenas o afinamento do olhar provocado pelo contato direto e prolongado com a língua e com seus falantes revelaria. O glossário progride a cada nova leitura e, como obra aberta que é, está em eterna transformação. Acredito que o ele poderá servir como um

¹³³ Caso interesse ao leitor saber sobre minhas origens linguísticas, cresci num ambiente familiar na qual se falam três línguas: português, italiano e talian (um dialeto italiano, falado no Brasil, semelhante em termos estruturais ao dialeto vêneto, que incorporou vocábulos do português, do espanhol e de outros dialetos italianos). Sem dúvida, o português é minha língua principal, dado que o utilizo com mais frequência e minha fluência nos outros idiomas deixa a desejar.

intermediário para uma futura entrada em campo. Também espero que possa ser apropriado pelos *Paiterey*, como uma devolutiva a este povo sobre o qual tanto investigo, e por outros pesquisadores.

Termos de parentesco e vocativos Paiter Suruí

aia = voc. 1.mãe (para ego masculino ou feminino). Mãe tão pode ser “ti” e “ni”; 2. como a mãe chama a filha e a avó chamam a neta.

akapeab / akápeyá:b = 1.voc. para menina, mocinha que já menstruou e não tem filhos; 2.puberdade; 3.ritual da menina moça; 4.reclusão a que se submetem homens ou mulheres por diferentes razões (doença, luto, parto, guerra, menstruação, etc.).

alamikoyed = s. esposa. Irregular na terceira pess. sing. - yamikoyed. Esposa também pode ser “pérámakab” e “yééy”.

ámakamag = s. 1.contemporâneo; 2.alguém da mesma idade.

ámakâi / ámakūy = voc. moça, meninna.

amapari / omied = 1.filhos “misturados” de vários pais, ou seja, concebidos por vários homens que tiveram relações sexuais com sua mãe. 2.“meu filho misturado ou escondido”. Segundo a teoria dos Suruí sobre concepção, uma criança pode ter mais de um pai, pois todos os homens que namoraram a mãe da criança durante a gravidez contribuem com a formação do bebê. Assim, são chamados de pais misturados.

amō / amô / a'mo (pl. amoei) = voc. 1.avô (para ego masculino ou feminino); 2.termo usado como respeito para falar com pessoas mais velhas (“velho”, “ancião”).

amoi = 1.filho; 2.filho da minha irmã (para ego feminino). Aceita o prefixo -oma.

áre / are = 1.voc. irmão (para irmãos homens entre si) e irmã (para mulheres entre si); 2.com liberdade, pode ser traduzido para “irmão!”, “companheiro!”.

arime-pug = s. nenê (macaco-pequeno).

áya: = voc. mamãe.

ba = voc. 1.pai (para ego masculino ou feminino); 2.como o pai chama o filho e o avô chama o neto).

beia / béya = voc. para tia paterna e para avó paterna e materna (para ego masculino ou feminino).

háno = s. primo paralelo. Ver também “mór” e “pó / pór”.

hérad = s. sobrinho/neto.

héd = s. nome.

hob / lob = s. pai, papai. Ver também lob.

hob-é-hob = s. avô (-pai-poss.-pai); avô paterno.

hob-é-tu/hob-e-ti = s. avó (-pai-poss.-mãe), avó paterna.

hob-kármēy = s. tio (-pai-irmão mais jovem).

hóa / soa = s. irmão (como uma mulher chama seu irmão).

ikāy = adj. velho.

ínhob = voc. irmão (para ego feminino).

itxanguei = tataravô.

kármēy = s. irmão.

kokó / kokô = voc. 1.tio materno (para ego masculino ou feminino); 2.marido (para ego feminino).

koronám = s. irmão mais velho.

korubey = velhos sabedores, anciãos.

lano = 1.irmãos classificatórios; 2.primos paralelos; 3.filhos de meio-irmãos ou meio-irmãs.

lerat = 1.neto/neta; 2.bisneto/bisneta; 3.filho/filha do meu irmão.

loa = irmão (para ego feminino)

lop = 1.pai; 2.irmão do pai.

mã (pl. māmugey) = 1. criança, filho/filhote de alguém, criançada; 2. elementos herdados dos pais; 3. a partícula “ma” significa, a depender do contexto, anterioridade e conclusão ou causalidade e exterioridade.

mad = irmã (para ego masculino)

maid / mai = s. filha (para ego masculino e feminino).

mad-a pid = sobrinho ou sobrinha.

makor apid = primo /sobrinho de Makor.

mámo = s. avô.

mámoy / mamoi = s. 1.filho; 2. filho da minha irmã (para ego feminino)

mámug / mug / mapid = s. 1.criança; 2. filho ou filha (para ego masculino ou feminino).

mámug-akálar = s. gêmeo (criança-dois).

mámug-hia = adj. grávida (criança-).

materedey = antepassados, ancestrais.

mo / moé = voc. 1.filho (para ego masculino ou feminino); 2.menino.

moιά / moyá = voc. 1.tia, irmã do pai; 2.avó; 3.velha. Toma prefixo -oma.

mor / o'mor = irmão ou irmã (classificatório para ego masculino ou feminino). Ver também “háno” e “pó / pór”.

néisáyed = s. marido.

ném / nem = s. 1.filho; 2. filho do meu irmão (para ego masculino); 3. entre primos cruzados de sexo oposto. Prefixo -omá pode ser usado.

ni = 1.mãe; 2.irmã da mãe.

ni-soa = tio materno (para ego masculino ou feminino).

ni-soa-nara = tio materno, quando este é meio-irmão de minha mãe.

omai = 1.meu primo; 2.meu companheiro; 3.meu amigo; 4.uma categoria especial de parentesco.

o'ma õ i / o'ígaied / o'mera makap = meu marido; meu companheiro; meu cônjuge (para ego masculino e feminino). H W

opaixanei = meus primos, segundo a definição Suruí de primos.

on / om = 1.cunhado ou cunhada; 2. sogro ou sogra.

o'nob = 1.filho de irmã; 2.cunhado (para ego masculino).

on-góranam = 1.irmão ou irmã mais velho(a) (para ego masculino ou feminino); 2.também é usado para irmãos classificatórios, mas nem sempre.

on'gármei = 1.irmão ou irmã mais novo(a); 2.também é usado para irmãos classificatórios, mas nem sempre.

óy = s. homem.

óy-pug = s. garoto (homem-pequeno).

pa:d = s. irmã de homem.

pa:dápid = s. criança de irmã (-irmã-criança) (palavra usado por homens apenas).

pamoiei = 1.nossos avôs; 2.nossos antepassados; 3.Pa é “nosso” e ei é indicador de plural).

páyxán / maixan = s. primo, primo cruzado.

pérámakab = s. esposa.

pó / pór = s. primo/irmão. Ver também “hanó” e “mor / o'mor”.

pug = s. criança.

ti = s. mamãe.

ti-é-hob = s. avô (mãe-poss-pai); avô materno.

ti-é-ti = s. avó (-mãe-poss.-mãe); avó materna.

ti-hóa = s. tio (-mamãe-irmão); tio materno.

tihamakap / ti amakap = 1.é um termo de ascendência (radical -tih + amakap, "segundo ou seguinte"); 2.espécie de primo cruzado.

tob = voc. sobrinho do homem.

ú:b / ub = voc. irmã.

wáid = voc. filha (para ego masculino ou feminino).

waled = s. mulher.

waled-mug = s. garota (mulher-pequena).

xígayed = esposa/marido.

yéy / ye-ey = voc. 1.sobrinha do homem, 2.filha da irmã; 3.companheira, mulher (para ego masculino); 4.cunhado (entre homens, companheiros).

Glossário

a- = 1.ele/ela; 2.eles/elas; 3.dele/dela; 4.pron. pess. prefixo a verbos intransitivos e substantivos reflexivos, terceira pess. sing. ou pl. ex.: a-wérá "ele anda/eles andam", a-pabe pía "ele lava as mãos".

â:-koy = adv aqui (aqui/agora-dir.).

a:-nér = hoje.

ã:-tér = adv. agora (aqui/agora-tempo/espaco).

ã:-tígá = adv. aqui (aqui/agora-tempo/espaco).

á:b = torso.

aber = breu

a:nér = adv. hoje.

á:ta = v. int. deitado. Na conjugação não segue regra como dada na introdução, mas a vogal dos prefixos permanece curta.

á:ta-béib-kār = s. espinha dorsal (deitar-osso).

á:te = adv. não sei.

á:tē = 1.v. int. deitar-se; 2.deitado. Na conjugação não segue regra como dada na introdução, mas a vogal dos prefixos permanece curta.

Aapeti = monstro mítico com boca imensa que tenta engolir os mortos.

ab = s. cabo.

ábé = s. costas.

aber = 1.espécie de árvore; 2.breu.

aberep = ornamentos de palma de buriti.

abeseb = enfeite de palha.

abeyatē = adj. torto.

abi = um guerreiro.

Abia / Abiah = 1.pama (chamado em português "frutinho vermelho"); 2.espécie de fruta vermelha comestível.

ábikada = v. int. "fitar os olhos".

abióba = s. nambu (de certo tamanho).

ábixákór = s. tipo de pássaro.

abora = uma palmeira barriguda.

ado = s. cesta.
adób**** = adj. doente.
Adobop = um espirito, um goan.
adógnē = v. int. explodir
adoiter = cesto cargueiro, tipo de balaio.
Adokir = um espirito, um goan.
adonanal = balaio.
ágâ = s. estômago
agô-agoy = s. “estar feliz” (coração-baixo)
agôa-kab = s. coração.
agôa-óm = s. “estar infeliz” (coração-neg.).
agôa-píd = s. “estar feliz” (coração-).
agôa = 1. coração; 2. "peito-pensar", conceito que designa as manifestações que o coração produz (ex: "conteúdo dos pensamentos, intensões que guiam as ações e o caráter da pessoa paiter"); 3. geralmente tem "uma dimensão de interioridade, inacessibilidade e intimidade" (tal qual a expressão "no coração da floresta"); 4. mas também pode designar a atividade do pensamento, isto é, o pensar de modo geral.
agôaaka = 1. "morte do coração"; 2. alguma perda de consciência.
agôaitxor = “coração-contente”, quando se fica feliz com uma notícia ou acontecimento.
agôakap = “coração-lento”, que se traduz muitas vezes por “honestidade” ou “honesto”. É um atributo do coração-saber.

agôakobamne = 1. “coração-saber”, sobretudo quando se referem aos saberes xamânicos; 2. saber íntimo.
agôakuya ikay = “coração-bom”.
agôaurĩ = coração-em-reposo.
agoiab = 1. colar de algodão; 2. tipoia para carregar criança.
Agoiei = 1.um grupo de índios que não existem mais cujo nome significa “O Povo da Areia”; 2.outro nome para os Kalerei, “O Povo das Borboletas”.
Agoiküb = um espirito, um goan.
agóta = amanhã.
agoy = v. int. baixar.
ágóyáb / agoyap = s. um tipo de colar.
Agoykira = nome de uma aldeia.
Ah = terminação que indica lugar.
Ai-ai = sapo-untanha.
Aia = voc. 1.mãe (para ego masculino ou feminino). Mãe tão pode ser “ti” e “ni”; 2. como a mãe chama a filha e a avó chamam a neta.
aiaxoga = surucuá.
ájîã = v. int. espirrar.
aka = v.t. bater/matar.
akahbewá = 1.canto de partida; 2.música de despedida; 3.ir falar.
ákápe/akapé = s. esteira de palha para sentar.
akape = cozinha tradicional paiter.
akapeab / akápeyá:b = 1.puberdade; 2.vocativo para menina; mocinha que já menstruou; 3.ritual da menina moça;

4. reclusão a que se submetem homens ou mulheres por diferentes razões (doença, luto, parto, guerra, menstruação, etc.).

ákar = morder.

akawarôm ikay = 1. “não abusar”; 2. “não se impor”; 3. “não comandar”.

akereibita = sonhos (como "eventos de sono", isto é, acontecimentos reais, face a face com antepassados, espíritos auxiliares, espíritos animais e outros).

akeroma = sonhos (como atividade puramente mental).

akî:a = s. saquinho de folha.

akî:a-mága = v.t. embrulhar (saquinho de folha-fazer).

akó:ba = s. tipo de fruto.

akóbanépoib = s. tipo de cobra.

akóblirud = s. tipo de macaco.

akóbtia = s. cacau.

ala-hi-áb = s. lágrima (olho-líquido) - irregular na terceira pess. sing. = ya-hi-áb

ála-kába = s. olho. Irregular na terceira pess. sing. ya-kába.

ala-pepo-herég = s. pálpebra (olho-pele) - irregular na terceira pess. sing. = ya-pepo-herég.

ala-pepo-hin = s. pestana (olho-cabelo). Irregular na terceira pess. sing. = ya-pepo-hin.

ala-pibi-xin = s. sobancelha (olho-cabelo). Irregular na terceira pess. sing. = ya-pibi-xin.

álakárbá = s. lâmpada.

alamikoyed = s. esposa. Irregular na terceira pess. sing. - yamikoyed.

ámakamag = s. 1. contemporâneo; 2. alguém da mesma idade.

ámakâi / ámakûy = voc. moça.

amanortê = reclusão.

amapari = filhos “misturados” de vários pais, ou seja, concebidos por vários homens que tiveram relações sexuais com sua mãe. Ver também omied.

amapéa = s. abdômem.

ámatagá = v.t. furar/penetrar.

ámîã = s. nariz.

amiap = pena nasal.

amô/amô (pl. amoei) = voc. 1. avô (para ego masculino ou feminino); 2. termo usado como respeito para falar com pessoas mais velhas (“velho”, “ancião”).

ámo-á:b = s. costas superior.

amó:-kâr = s. osso de pescoço (-osso).

amoa = jabuti.

Amokaid = um guerreiro que ataca lobaom.

amoi = 1. filho; 2. filho da minha irmã (para ego feminino). Aceita o prefixo -oma.

Amomanguiu = um guerreiro famoso, “Nosso Avô Invulnerável”.

Amopekab = um guerreiro do grupo dos Ladnim.

anáned = adj. grande.

ánár = s. cabeça.

ánár-pár = v.t. pentear (-cabeça-).

ánár-pár-ába = s. pente (-cabeça-).

ánár-ub = s. embira, para carregar cesta.
anhó-kóser = adv. longe.
anhó-koy = adv. ali (ali-dir.).
anhó-tíga-te = adv. aí perto (-tempo/espaco-).
aníni = adj. pequeno.
ánó-pábi = adv. outro lado.
anó-tē = v. int. ficar em pé.
aorawa = um fruto.
ápa/ápad: = v. int. esquecer.
apabáyxã = v. ferver.
ápé:ráb = s. tipo de pássaro.
ápé:werá = v. int. andar lado a lado.
ápi-lob = s. marido (criança-pai). Toma o prefico oma-.
apú:ra = adv. com press; depressa.
ar = v. int. cair.
arãab = besouro enrola-bosta.
araiud = um tipo de porco-do-mato.
arariã = irara.
ârârîya = s. tipo de preguiça.
ârâyã = s. galinha.
ârâyã-kab = s. ovo.
áre / are = 1.vocativo para uma categoria de parentesco. Com liberdade, pode ser traduzido para “irmão!” “companheiro!”; 2. voc. irmão (para homem chamando seu irmão).
ári = v. int. estar preguiçoso.
Ari = um guerreiro famoso.
Ariã = bicho preguiça.
Ariah = adorno feito da entrecasca de uma árvore.

arime = s. macaco preto.
arime-kār / arimekã = s. tesoura (macaco-osso)
arime-pug = s. nenê (macaco-pequeno)
Arimeti = o grande macaco-preto.
armaa/ârmáey = s. tipo de abelha.
asahrkar = movimento de ir e vir ritmado, uma dança das festas de cauinagem (alguns passos pra frente e alguns para trás, gradualmente mudando de direção).
até = interr. ex.: até x-íkin e-gáne = você quer ver isto? (interr. isto-ver você-querer)
atémare = inter. espere!
atena = s. 1. braçadeiras (enfeite para o braço); 2. bracelete usado pelo homem.
Atih (substantivo) = compaixão.
Atih (verbo) = dor (física e psicológica).
Atihway = “dono da dor de”. Aquele que sente “compaixão” por mim é também detentor dessa dor.
awá:ra = s. papagaio.
awatiga = um tipo de nambu, espécie de pássaro.
áwuru = s. cachorro.
áwuru-pug = s. cachorro-pequeno.
áya: = voc. mamãe.
âygír = s. areia.
ba = voc. papai/filho.
baga = interj. chega!/terminou!
baikit = esquilo.
barikab = um tipo de frutinho.

beia / béya = voc. para tia paterna e para avó paterna e materna (para ego masculino ou feminino).

beledeia = gaturamo.

Betigti = uma mulher espírito, uma gorá.

betiga / betigáh / betíga = 1.tembetá, um tipo de adorno feito de resina de jatobá, usado por homens e mulheres num furo no lábio inferior / abaixo da boca; 2.s. tipo de enfeite no queiro para mulheres.

betikāi = uma árvore.

bí:btér-áb = s. tipo de árvore.

bíba-kad = s. bosque aonde tem palha para cobrir casa.

biba = açai.

boh-é-hob = avô.

borkaa = 1. árvore que produz uma resina ou cera usada como cola para fazer flechas; 2. em tempos míticos, uma pessoa.

borkáh = espécie de fruta.

bóté = interj. basta!

bú:rá = adj. cheio.

buxi = leite da árvore que se toma para purificar o corpo.

Cinta-Larga = grupo de índios de Mato Grosso.

dág = s. canivete.

dagdag = uma árvore.

daranga = uma fruta.

dé = sufixo passado ex.: ó-lob-dé a:-nhágá = meu pai riu, ver também -jé.

dó:ga = v. atirar.

dúya = v. atirar.

e = 1.você, tu; 2. teu/tua; 3.pron. poss. prefixo a verbos e substantivos. Segunda pess. sing. ex.: e-wérá “você anda”, e-lá “seu fígado”.

en = sufixo de sujeito ou objeto. Indica mudança de participante. Ex.: ó-en éy-kin “eu estou vendo você” e-é ó-en íkin “você me viu”.

eor ehgōaurī (locução) = 1.volta lentamente; 2.descreve o movimento do gavião-real.

epikab = uma fruta.

ey = sufixo plural de substantivos ex.: káhár “arara”, kpahpar-éy “araras”.

ġa/gahd = s. roça.

ġab = s. caba.

ġabeya = s. ninho da caba (caba-).

gabeypagah = árvore alta e fina de uso medicinal e muito amarga.

ġábloney = tipo de formiga.

ġad = s. sol.

ġahá = s. tucandeira.

ġáhág / ġánhág = barro.

ġáhóubey = s. tipo de abelha.

ġaid = s. arbusto.

Gairg poe iwai = dono do lugar de muita areia, como uma praia.

ġakod = s. semente.

ġakorá = v. int. caçar por um dia só.

galob / galobna: transgressão.

galobá = símbolo de morte, de guerra, deixa as pessoas aterrorizadas.

Galowa = 1. o caçador panema que se transforma no relâmpago; 2 luz.

gamagará = mutirão de fazer roça, festa de derrubada.

Gamep / Gameb (pl. Gamepei / Gamebey) = 1. um dos grupos exogâmicos Suruí; 2. também pode ser um tipo de vespa, marimbondo preto.

Gamir / Gabgir / Gapgir (pl. Gamirey) = 1. um dos grupos exogâmicos; 2. também pode ser um tipo de vespa, marimbondo amarelo.

ġamóra/gamora = s. tipo de formiga ou abelha.

ġaneyá = s. peneira.

ġáni/gani (pl. ganiey) = s. céu.

ġáni-káyed = s. lua. Palavra usada somente pelas mulheres.

ġani-kid = s. nuvem (céu-branco).

ġaninabīdī = adv. pate da tarde.

ġáo = s. época seca.

gaobub = um espírito.

gaoub = um passarinho vermelho.

ġapámni: = s. meia noite.

gape = cocares.

gapkakura = ser inteligente.

gara / ġará / garāh / karāh = terra; floresta; mato (-ah: lugar).

garaagōapabilī = no coração da floresta (gara “floresta” e agōa “coração”).

ġárabi: = s. meio dia.

ġárabiga = adv. parte da tarde.

garagap = serelepe, caxinguelê.

garagum = adorno usado pelos homens no pulso e na perna.

Garah Itxa = "juntos com a floresta", "estar com a floresta".

garah y = nome de remédio tradicional.

Garaiub / Garaub = pau-pereira, espécie de árvore.

garakib = perneiras de algodão.

ġárbá/garba = s. dia.

Garbaiwai / Garbaiway = donos do dia; mestre da luz, grande homem.

ġárkúb = s. carrapato.

ġárúg = s. camundongo.

gasa (pl. gasaei) = formigas tucandeiras.

gat = sol

ġatá:ra/ġatā:ra = s. batata doce.

Gati = homem mítico colossal no caminho dos mortos.

ġátia: / ġátxiah = s. espelho.

ġátikád / ġatikat = s. 1. lua. Palavra usada somente pelos homens; 2. a Lua, o irmão incestuoso. É uma palavra que só os homens podem usar; as mulheres devem dizer tehod.

ġaxi = s. tipo de formiga.

ġé:rpā = s. aranha.

ġéd = s. enumerar dias.

ġer = v. int. caçar por mais de um dia.

gerapag = elemento não-material e invisível da pessoa; sua principal característica é poder “vestir” e “despir” e só aparece na criança após ela começar a andar; o gerepag ilumina a reflexão,

mesmo quando a pessoa não tem consciência de tal, por isso é descrito como "aquilo que livra da má sorte (soamiõmiga)".

Gerbai = espíritos perigosos, que matam por feitiçaria.

ğerbáy = s. calango pequeno.

gereió = uma planta cujas folhas, esfregadas no corpo do caçador, trazem sorte.

ğerekā = s. tapiri.

Gerepag = "aquilo que livra da má sorte" ; espíritos auxiliares; também descrito como "conselheiro político".

Gerepti = um espírito, um dos primeiros seres do mundo.

ğeró = s. calango.

Gerpa = aranha.

Gerpati = um espírito, a aranha-grande, um dos primeiros seres do mundo.

ğó:b = s. algodão.

ğó:b-hir = s. bolinha de algodão (algodão-).

ğó:b-tápó = s. barbante (algodão-).

Ğoán / Goan = 1.arco-iris; 2.estrondo; 3.trovão; 4.espíritos dos rios e das águas.

Ğoáney / Goaney = tipo de deuses.

ğõberábnórey = s. tipo de abelha.

ğõbetábey = s. tipo de abelha.

ğoherebeey = s. tipo de abelha.

ğohiribe:tá:b = s. tipo de inseto.

ğómug = s. linha fina de algodão.

ğopáma = s. enguia.

gopodjoga = raiz ou inhame.

gopodxu = nome de gavião.

Gorá (pl. goraei) = 1. espíritos dos céus; 2. vocativo que usam entre si os demiurgos Palop e Palop Leregu.

Gorakoi = 1. um dos reinos celestiais, o domínio dos espíritos goraei; 2. o mundo dos mortos.

Gorapesagüd = um espírito, um goan.

ğôrē = s. forquilha de madeira.

ğórpā / gorpa = s. caranguejo.

Goxor = povo Zoró.

ğõy = terra.

ğóy-ab = s. poço (terra-).

ğôy-gáb = s. areia (terra-pedaço).

ğôy-koy = s. buraco no chão.

ğôy-súr = adv. baixo (terra-).

ğúdá = v. engolir.

ğúdgpudpa = v. ideof. beber.

ğúdğúda = beber.

Guerekān = tapiri, abrigo, construção improvisada.

Gurelawarī = ciúme.

há = s. fígado.

há:rá = v. int. andar rapidamente.

hába-tē = v. int. correr.

hábi:kába = s. joelho.

hádág = s. gordo.

háno = s. primo paralelo.

hár-ãâ = v. t. levantar.

háráne = v. int. sair.

hárpia = s. barriga.

hatáğĩ = v. int. estar com frio.

hay = s. marido.
he:kédékid = v. int. urinar (somente em relação ao homem).
héd = s. nome.
hémá = v. cortar com faca.
hérad = s. sobrinho/neto.
hiar = v. int. gotejar.
híkīyā = v. int. urinar (criança).
hin/hín = s. cabelo.
hír = s. sangue.
hítaġi = v. int. estar com frio.
hítē = v. int. suar.
hīyā = v. int. defecar (palavra usada por homens e crianças).
ho = s. lua (palavra usada somente pelas mulheres).
ho-gáne = v. estar com fome (comida-desejar).
ho-gáy = v. plantar.
ho-libo = s. luar.
Ho-pereíga = canto ritual para evocar os espíritos.
hóa = s. irmão (como uma mulher chama seu irmão).
hóa = v. mastigar/comer.
hoá: / soah = cará.
hob / lob = s. pai, papai.
hób = s. pus.
hob-é-hob = s. avô (-pai-poss.-pai); avô paterno.
hob-é-tu/hob-e-ti = s. avó (-pai-poss.-mãe), avó paterna.

hob-kármēy = s. tio (-pai-irmão mais jovem).
hobagāb = s. comida feita de batata doce e macaco.
hobbud = s. tipo de inseto.
hobô / hobó = cobra.
hobóey-xoba = cobra.
hobóey-xoba = s. tipo de cobra.
Hoboti / Hobó-ti / Hoti = a cobra-grande mítica.
hodáb = s. tipo de formiga.
hodagá = v. bater com mão de pilão.
Hodi = um peixe mítico.
hodiġá = v. escrever.
Hoeietê / Soeyatē = um importante ritual de cura hoeietê, no qual os espíritos vêm à aldeia entoando seus cantos para que as pessoas saem e os homens que dançam em roda. O objetivo é separar o mundo de gente do mundo dos espíritos. Também é chamado de Soeyatē.
hoepây = v. int. brincar.
hoepi = v. t. ouvir.
hoey = deuses.
hog-óm = adj. pequeno (-neg.).
hogáb = colar.
hogawa = v. cheirar.
hogó-tíga = carregar.
hógóhógó = v. ideof. esfregar.
hóhó = v. ideof. balançar.
holéba = s. cobertor.
hólebá:b = tipo de folha.
holiráb = s. flor.

honĩ = v. int. perdido/morrer.

hoóbud = tipo de inseto.

hõrã = gostar.

hóta = v. t. chover (em cima de alguém).

ĩ / ã = s. rede.

i- = 1.ele/ela; 2.dele/dela; 3.pron. pess. prefixo a verbos transitivos e substantivos, as raízes dos quais começam com o, x, s, ou w. Terceira pess. sing. ex.: i-xê “alguém morde-o”, i-xá “figado dele”. Ver também x- e xi.

í-koy-á:b = s. lago (água-).

i: = v. int. morrer.

í: = s. água.

i:-kábe = rio.

í:-kara = s. lagoa (água-).

í:-karan = lago.

i:-kat-ab = v. int. rir. Vogal do prefixo fica prolongada.

i:-kóró = s. enchente (água-).

í:-koy-á:b = lago.

i:-pákomíd = s. corrente (água-forte)

i:-póy = s. rio (água-grande).

í:-ser = s. água.

i:-sóta = v. t. carregar água no ombro (água-).

i:-xár / i:xár = lugar para tomar banho (água-).

í:b = s. árvore.

i:b-á:b = s. canoa (madeira-).

i:b-alabia = s. lenha.

í:b-héga = s. copa de árvore (árvore-).

í:b-hí:n = folha.

í:b-kórpésááb = s. buraco de madeira.

i:kábe = s. rio (água-).

i:kat-ab = ponte.

í:mo = s. mão de pilão.

í:nhág = adj. fezes.

i:p-e-kab = s. vara (madeira-poss.-pedaço).

í:p-ébe-áb = mesa.

í:p-íbe = s. banquinho (madeira-).

í:pe = s. arraia.

i:péya = s. pato.

i:píúbébáb = s. mesa.

i:póy = rio.

i:sóta = carregar água no ombro.

í:xoa / ixáa / ysoah = 1.s. pedra; 2. pedra usada pelo pajé em rituais de cura e proteção para curar doenças. 3. pedra-morrer (“i:” = morrer; “xáa” possivelmente pedra, ver Ixaati-Derê-Derê/Ixaakila).

ĩã-áb-hata = v. int. agachar-se (-nádega- -)

iabikār = um dos muitos tipos de lança.

Iãmgah = plantação de taquara para flechas.

Iamni = aldeia taquaral.

íaranhún/íaranhúm = s. tipo de pássaro

iarpiap = cintos.

Ibar = canto ou dança ritual, evocando espíritos.

íbeb = s. fim da linha.

íberiga = v. int. sorrir.

ibóga = s. mamão.

íd = poss. indica posseção. Segue pronomes pessoais ex.: o-íd “meu/minha”

Idjizti = a grande-vela, a resina de jatobá que serve de iluminação, em sua forma mítica.

ígá = v. t. tirar. Na conjugação não segue regra como dada na introdução, mas a vogal dos prefixos permanece curta.

Ihatirekarewá = “canto de quem prepara o iatir”. É um gênero de canto melancólico, meditativo e solitário.

Ihotesaga = o primeiro bebedor do ritual Mapimaí.

ijíga / Ijigap = s. 1. vela para luz; 2. tochas de fogo.

íká:b = s. dente.

Ikabékain = velho rio.

Ikabekata = a ponte do país dos mortos.

íkabí: / ikabi = s. 1. pilão; 2. tronco oco para armazenar a bebida tradicional.

Ikahkoy = espécie de árvore, imburana.

ikār-úb = adj. magro.

ikāy = adj. velho.

íkin = v. t. ver, achar.

íkin apa = v. int. nascer.

ikír = adj. branco.

ikô:r = s. gavião.

íkóbe = s. queixo.

íkóbe-kar = s. queixada.

ikoda = adj. verde.

ikōrni / ikorni = gavião-real, harpia (harpia harpyja).

ilobab = tipo de flecha.

imaxubxub = pássaro papa-formiga.

ínháǵá = rir.

inhán = adj. feio.

ínhob = voc. irmão (como uma moça chama seu irmão).

ínhu-laba = ninho de pássaro.

ínhu:d = s. tipo de pássaro.

inyût ey = pássaro.

ĩõ = v. dar.

Ilobati = a grande palmeira de babaçu, árvore mítica do caminho das almas.

ipaga = remédio do mato.

Ipagari = ritual de purificação, preparo espiritual para formação do ser humano.

ipeb = adj. preto.

ípo = s. parte anterior.

ípo-kát-a:b = s. 1. linha no rosto (lábio-cortar-); 2. Linha de tatuagem que passa entre o lábio e o nariz e vai de ouvido a ouvido.

ipóúb-tẽ = v. int. assobiar.

ipóy = adj. grande.

ísiáb = s. veado.

isig = adj. pequeno.

isír = v. t. cozinhar.

isíra-wab = s. fenda (pote grande-fratura).

Isokāhg alwiway = dono do curral.

itoá = árvore parecida com o urucum.

itorokab = frutinho vermelho.

itxanguai = tataravô.

itxiab = veado-mateiro. Também chamado de patxaub.

itxira = panela de barro.

íwa = v. comer.

iwā-áb-hata = agachar-se.

íwã/iwa/iwã = s. nádega/buraco. Na conjugação iw fica y na primeira pess. sing. e pl. e na segunda pess. sing.

Íwai / Iwái: / Iway: = 1. “os da aldeia ou da roça”, a metade ritual da aldeia cujos membros estão encarregados de fazer a comida. Devem preparar a bebida intoxicante a ser oferecida nas festas. Esta metade tem uma série de trocas rituais com a outra metade, a do metare, que significa clareira. A troca se dá entre cunhados de um e outro lado, homens que estão trocando mulheres. 2. os anfitriões; 3. dono(s) da chicha; 4. dono (neste caso também grafado como way); 5. chefe.

iway/íway = s. protetor/tutor/guardião. Na conjugação iw fica y na primeira pess. sing. e pl. e na segunda pess. sing..

ixá:kába = s. colar feito de cipó.

Ixaati-Derê-Derê/Ixaakila = a grande rocha mítica que balança no mundo dos mortos.

ixákáda = s. lima.

ixakub = tipo de flecha.

ixin = adj. baixo.

Ixiwai = um herói, cujo nome significa “O dono da bebida”.

íxo = s. imagem, fotografia.

ixod-iga = v. t. varrer (-sujeira-tirar).

ixóg = adj, sonolento.

ixón = adj. podre.

iyátir = s. festa/bebida de milho.

iyé = adv. sim.

jé = sufixo passado ex.: o-jé o-wagá é “eu chorei”. Ver também -dé.

Jenipapo = o fruto do qual se faz, quando verde, uma tinta negra usada para pintura de corpo. Quando não é lavada imediatamente, a tintura permanece por muitos dias, como se fosse uma tatuagem.

jijíey = s. tipo de abelha.

jíkib = s. seringueira.

jíkib-á:b = s. borracha.

jugujugu = v. ideof. tremer.

ká: = interr. o quê?

ka: = v. intr. ir.

ká:bkábá = v. ideof. arranhar.

kaba = v. int. nadar.

Kaban (pl. Kabanei) = um dos grupos exogâmicos Suruí; 2. uma fruta, mirindiba ou cupari.

Kabelangap = uma fruta.

Kabeud = uma das primeiras mulheres.

kabó:á:b = s. cabaça.

kadé:g = s. tipo de lagarta.

Kadoroti = um espírito.

kağã = v. int. estar com sede.

kahar / káhár (pl. kaharei) = arara.

kakúr = adj. gostoso.

kalabá = s. tipo de nambu.

Kaler / kálé:r (pl. Kalerei) = 1.grupo de índios que não existe mais, que dormia no chão, na areia, donde seu outro nome,

“Povo da Areia”. 2. Esta palavra também significa “borboleta”.

kalob = s. traça (inseto).

kalóyey = s. tipo de abelha.

kamabib = uma árvore.

kámén = adj. liso.

kamǵú:d = adj. bom cheiro.

kamnág = adj. gordo.

kána / kanē = v. t. 1. faltar; gostar; desejar; 2. desejo, volição, vontade.

kape = espécie de pomba.

kape:na = s. tipo de inseto.

kápixág = adj. amargo; feio.

kār = s. 1. perna inferior; 2. ossos. Estão em oposição a yomã (carne, músculo).

kar = v. t. procurar.

kara = s. orquídea.

karapé:ti = s. capacete.

karaud = tipo de porco-do-mato.

kármēy = s. irmão.

Karo = um espírito, um goan.

kasareway = ornamentos de penas de arara.

káta = v. t. = cortar.

káta:ba = s. quadril.

kāyinhâ = v. int. crescer.

kaysér = núm. três ou mais.

kebe = interj. repete.

kékeǵ = s. calango pequeno.

ker = v. int. dormir.

ker-honma = v. int. sonhar.

kéré = adj. branco.

kerewúja/kerewúya = s. tipo de pássaro.

kĩ:râa = s. flor.

kina = periquito.

Kirun = o espírito do beija-flor.

kó = boca.

kó-á:gma = v. int. bocejar.

kó-ábi = s. lábio superior (-boca-).

kó-hípe = s. lábio inferior.

ko-kar = v. int. gaguejar (-boca-procurar).

ko-kí:rú = v. int. gritar.

ko-u:di = v. int. sussurrar (-boca-).

kó-xir = s. saliva (boca-).

kó:r = s. tripas.

ko:ra = v. int. remar.

kobámne/kobamne = v. int. saber.

kobár = v. int. não saber como fazer.

kod = adj. alto (na árvore).

Koe = língua, voz ou tom de fala (termo usado quando os paiter falam da transmissão e da circulação de seus saberes; voz, palavra, língua, sopro).

Kohipti = a mítica grande pluma quente do caminho das almas.

koíga = v. t. afiar.

kokó = voc. tio (irmão da mãe).

Kopar = voz forte (do canto merewá).

kór = s. corda.

kóranám = irmão.

korkor = v. ideof. remar.

Korô/Koro = 1. semideus; 2. auxiliar de pajé.

koronáb = s. avião.

koronáb-tapo = s. pista (avião-caminho).

koronám = s. irmão mais velho.

Koroud = um guerreiro do grupo dos Masaiabid.

koróya = s. sapo.

korpikáb = s. buraco.

Korubey = velhos sabedores, anciãos.

kóxér = s. língua.

kôyã = s. remo.

kôyôa: = s. umbigo.

kôyóm = adj. cego/fio gasto.

la:d = s. índio de tribo não Suruí.

Laati = o grande macaco-da-noite, um ser mitológico ameaçador.

lab / Lab ããh = s. 1.casa; 2.construção.

lab alawã = casa com a porta no meio.

lab-ami = s. teto (casa-).

lab-edo = s. porta (casa-).

lab-iway = s. chefe (casa-chefe).

lab-mí:-káb = s. esteio (casa - -).

labedog: pequena porta na parede de palha no fundo da maloca.

Labgabeub = nome de aldeia.

Labikárnimá = a grande-lança mítica.

Labiway eSaga = líder maior.

Labiway = líder, chefe, dono da casa.

Laborti = o mítico homem dos grandes testículos no caminho dos mortos.

Lad (pl. Ladei) = um grupo de índios estrangeiros.

Ladnim = um grupo de índios.

Lagantanga e lagatangalapoma = tipos de flechas.

láglagá = v. ideof. farejar.

Lahd Amiah ou Awir ou Xamiah = diferentes nomes para o povo Cinta-larga.

Lahd = inimigo, bandido, o que mata as pessoas.

lakapóy-ká:b = s. tipo de inseto.

Lakapoy = um espírito, um dos primeiros seres.

Lamá = 1.tronco que serve de assento para os homens da aldeia; 2.também quer dizer aldeia, casa.

Lamapob = nome que o pajé Dikboba diz ter recebido dos espíritos.

Lapeab = o homem que não tinha mulher e se tornou o pai das primeiras mulheres, Samsam e Kabeud.

Lapoti = a mítica grande mulher no caminho das almas.

lara/Yara (pl. Iaraei/Yaraey) = 1.o homem branco; 2.o colonizador; 3.os não-índigenas; 4.civilizado.

lárpi = s. cinta.

lárpi-ab = s. timbó.

larpiap = cintos.

larpoab = s. serrote.

latir / Yatir / Ihatir = 1. chicha, bebida fermentada que pode ser feita de cerveja de mandioca, cará, milho ou batatas; 2. festa com cantos, danças e pessoas embriagadas. Muita chicha, uma bebida intoxicante feita de mandioca, cará, milho ou batatas fermentadas, é tomada e vomitada em grandes quantidades (neste caso também grafada como Iatira).

Lawab = serviçal.
Leeir = um espírito.
lérég/leregu = s. 1.tecido; 2.roupa; 3.pele.
lérég-áb = s. botão.
leregab = s. tecido para carregar nenê.
lí:b = s. morcego.
lí:bti = s. tipo de lagarto.
likilá = tipo de yatir, bebida mais diluída.
lipekumba = uma fruta.
Lipti = um espírito, o grande morcego.
litag = adj. frio.
lob = 1.sêmen; 2.pai.
lobagin = máscaras ou cabeleiras feitas de folhas de palmeiras.
lobai = varas de palmeira, que chegam a três metros de altura.
Lobaom = um guerreiro famoso, um Kaban.
Lobaür = um espírito, um goan.
lobé-úb/lobeah = 1.pote de barro (pote-pequeno); 2.panela de barro para tomar chicha.
lobekirab/lobekírub = s. 1.pote de metal; 2.copo de metal.
loíbi = s. época de chuva.
loikab = patuá, frutinho vermelho de palmeira do qual se faz espécie de sopa.
loikomã = um tipo de urubu-rei.
lokangap= tucano.
lokoba = s. solução (toma prefixo oma-).
lokobetí = uma taturana, talvez *Lusura* sp (Lepidoptera Notodontidae).

loküra = espécie de tempero ou pimenta selvagem.
lolongá = frutinho vermelho e uma árvore muito alta.
lóm = v. t. apagar.
lop = pai.
lorğúb / lorngüp = 1.estrondo; 2.trovão.
lota = s. comida (toma prefixo oma-).
loy = s. chuva.
ma-î = v. int. estar dentro.
mã (pl. mãmugey) = 1. criança, filho/filhote de alguém, criança; 2. elementos herdados dos pais; 3. a partícula “ma” significa, a depender do contexto, anterioridade e conclusão ou causalidade e exterioridade.
ma:ğá:b = s. castanha.
ma:mnég = s. tipo de lagarta.
ma:rába = s. folha.
maâ = v. t. pegar.
mãbekap = pulseiras.
mãbíid = s. parte central da linha.
mãbíri = prep. entre.
mãbíxákór = s. cujubi.
mabixarud = um besouro.
mãbuga = s. tipo de nambu.
macabéa = um tipo de pássaro de pescoço comprido.
mağír = s. aurora.
mağír-emi = s. manhã.
máha: = quebrar.
maháykír = s. tipo de macaco.
maháykor = s. tipo de macaco.

maid = s. filha.

maigap = uma árvore.

maikir = cascavel.

Maioranarti = a mítica grande palmeira de tucumã do caminho das almas.

maká:b / makaah = s. amendoim.

mákabe = s. socó.

makabé = garça.

makabesob = nome de um peixe.

makalã = s. tarântula.

Makalam = uma aranha.

Makaloba/makaló:ba = 1. mingau feito de milho; 2. bebida fermentada típica dos Suruí, feita de milho, cará, mandioca, batatas ou inhames. A fermentação se deve à mastigação de pedaços crus pelas mulheres, jogados na sopa. A bebida é tomada em grandes quantidades e vomitada, o que tem um efeito intoxicante.

Makarabei = grupo de índios que não existem mais.

makixâey = abelha.

makobá / makobáh = 1. v. t. ensinar; 2. ensinamento; modos de se portar.

makóbar = v. t. abraçar.

Makor apid = primo /sobrinho de Makor.

Makor (pl. Makorey) = 1. um dos grupos exogâmicos; 2. também um tipo de bambu, taboca.

mákorá = s. tipo de pássario.

Makubei = um grupo de índios que não existem mais, o “Povo do Milho”.

Makurasai = nome de um chefe de um grupo de índios que não existe mais.

mam = castanha na língua tupi-mondé Cinta-Larga.

Mambetorei = um grupo de estrangeiros, magros e altos, em alguns casos os homens brancos. Também pode ser um grupo de índios identificados com os homens brancos. Também podem ser chamados de Matetorei.

mamboti = traíra.

mamé / mãme / mamê = tipo de panqueca/bolacha/beiju feito de milho, bolacha de milho, um dos pratos tradicionais Suruí.

Mamei = um grupo de índios.

Mamgala iwai = castanhal, lugar de muitas castanheiras – hoje, Cacoal.

Mamig ik n apawa = casa de reclusão do nascimento.

mamípokábey = tipo de abelha.

mámir / mamir = 1. v. t. chamar; 2. chamado.

mámo = s. avô

mamóa / mamoa = s. pênis.

Mamoati = o mítico homem do grande pênis do caminho das almas.

mámoy = s. filho (palavra usada pelas mulheres).

mámug = s. criança.

mámug-akálar = s. gêmeo (criança-dois).

mámug-hia = adj. grávida (criança-).

mána = adj. doente.

manáa: = 1. s. tipo de macaco. 2. macaco pequeno.

managuei = 1. espécie de bolo fermentado com a saliva das mulheres. 2. Também pode ser o nome de um grupo de índios que não existem mais e o nome de um chefe.

mananga = massa de milho para fazer chicha.

manéga = s. tipo de lagarta.

Manegti = o grande lagarto no caminho das almas.

Manim = vagina.

mánmána = v. ideof. enrolar.

mapá = s. buraco causado por fogo.

Mapi = termo usado em substituição aos pronomes descritivos utilizados para designar o líder do ritual Mapimaí, a saber, ihotesaga (o primeiro bebedor) e merekanê (aquele que sempre quer cerveja).

Mapimaí = um ritual importante e complexo de plantio ou colheita, em que as metades rituais da aldeia, a da comida, íwai, e a do mato, metare, trocam trabalho, mulheres, artefatos e cooperam na derrubada da floresta para as roças novas ou a colheita. A metade da comida prepara a bebida e oferece uma festa que dura vários dias; a metade do mato oferece presentes e derruba a mata para os outros. O nome mapimaí deriva do nome atribuído ao líder na ocasião da festa, mapi, portanto, é também "a cerveja do mapi".

márabáey = tipo de abelha.

Maraimepeter = caminho pelo qual cruzam os espíritos dos mortos, logo, caminho dos mortos, das almas.

mârâya = s. cana de açúcar.

márêhonáb = rato.

marpeá = leque.

Masaiabid = um grupo de índios que não existem mais.

Masaiti = o mítico grande macaco.

masode = estado emocional muito ruim, como se a vida tivesse acabado, sem esperança.

mátagá = v. t. beliscar.

mátéd = adv. ontem.

matér = adv. outro (pode ser tempo ou pessoa).

materedey = antepassados, ancestrais.

Matetorei = outro nome dos Mambetorei.

mátigá = adv. mais tarde.

matiru / matiram = um pássaro.

matónóká:b = s. centopeia.

matxag-lipéh = espécie de árvore medicinais.

matxag = remédio do mato.

mawíra = s. tipo de nambu.

máwú:g = s. tipo de pássaro.

maxo = fumo, cigarro especial.

mayabéra = s. barata.

máyár = v. pegar; quando índio Zoró pega índio Suruí no pescoço e o Suruí morre logo depois.

máykir = s. tipo de cobra.

máykir-nán = s. tipo de cobra.
maykó:ra = cobra.
mâymatê = v. int. urinar (mulher).
mâyomğab = s. cinzas.
mâyõrã = s. tipo de lagarta.
maypéud = s. tipo de cobra.
mâyê = v. t. empurrar.
maysíğ = s. jibóia.
mayxíté = adv. mais.
máyxo = s. cigarro.
maýxo = v. t. apagar.
mawe sade soe matoh ani e = as mudanças do clima.
me = s. caminho.
me: = s. terreito.
mé:a = casinha.
mé:gá = v. t. abrir.
meá-bo-koy = s. casinha para mulheres em menstruação (casinha -dir.).
mebé / mēbe = s. porco do mato, queixada.
mēbeká:b = s. tipo de formiga.
Mebemagom = protetor do pecari.
mebesin / mebesin-iter = um tipo de flecha.
mebesinalawam = um tipo de flecha.
mēbesinap = motivos gráficos trançados em pelo de pecari que ornamentam a parte dianteira das flechas; uma técnica de pintura.
mebesinapomuin = tipo de flecha.
mebesingira = um tipo de flecha.
meeğ / meeğ-áb = s. milho.

meeğ-ây = pipoca (milho-).
meeğ-mo-káb = s. milho moído (milho -).
meguir = milho verde.
meh = clareira artificial aberta durante a estação seca (maio a outubro) por grupos de consanguíneos".
mehtareda / metareilá / metare = 1. nome de uma metade ritual, “os do mato” ou “os convidados”, responsáveis pela caça e pela confecção de objetos artesanais que serão trocados durante o Mapimaí, como cintos de algodão, cestos, colares, flechas, panelas, balaios, também fazem derrubadas ou trabalhos de colheita e roça para os íwai; 2. local de trabalho, numa clareira aberta na mata com construções simples de tapiris, no qual se deixam alguns objetos para caça e para a confecção de artes manuais (coisas que serão doadas/trocadas no ritual) e verbais (os cantos merewá) e onde se prepara e se saem para as festas; 3. Metareilá é também o nome de uma das associações indígenas paiter.
mekirakāi = árvore cuja madeira é usada como lenha.
meko / mekó = s. 1.onça; 2.gato.
meko matxukuru = tipo de pássaro pequeno que canta.
mekópim = s. coelho.
mekopim = lebre.
Mekopitxay = uma das onças míticas, no caso, uma mulher-onça cujo filho também

era onça. A palavra é formada por meko (onça) e pitxay (resistente, flexível).

mekósid = s. gato doméstico.

Mekoti = a mítica grande onça.

mēma = milho.

mépõã = s. tipo de enfeite no queixo para homens.

mérêhonáb = s. rato.

merekanē = aquele que sempre quer cerveja.

merema = imitar, revelar, fazer aparecer.

merewá / mérewa = 1. v. int. cantar; 2. cantos de gente, dos humanos (homens e mulheres). Diferem dos cantos do wãwã (xamã) pois são uma elaboração pessoal feita em linguagem corrente, enquanto que os cantos xamânicos, além de terem efeito de proteção e cura, são feitos numa linguagem hermética e seus autores são seres sobrenaturais que falam através dos pajés.

metô = s. cesta; cesta grande para carregar caça.

mey- = vós, vossos/vossas; pronome pessoal prefixo a verbos intransitivos e substantivos reflexivos segunda pess. pl. ex.: mey-érá (vocês andam).

meyóa = s. milho moído.

mikábey = s. tipo de abelha.

Miküiagui = um espírito, um goan.

Mipeob = um guerreiro do grupo Masaiabid.

mĩra = s. porta.

mixaconha = o grilo.

Mixaconhati = o mítico grande grilo.

mixaği = s. noite.

mixakô:ya = s. deus do pajé.

mixakor = s. tamanduá bandeira.

míyog = s. vassoura.

mo = voc. filho.

mõ:bo = s. cachoeira.

mó:rénáb = s. tipo de formiga.

mo:roga = mancar.

móbá = beijo ou beiju (imprecisão na fonte).

moé = voc. filho.

móhín = folha.

moiá / moyá = voc. 1.avó; 2.tia; 3.irmã do pai; 4.velha. Toma prefixo -oma.

mokâ:y-á:b = espingarda.

mokâr-xod-ś:b = brasa.

mokây = fogo.

mokây-áb = s. lanterna; dois pauzinhos para fazer fogo.

mokây-káb = s. brasa (fogo-).

mokây-nhiğ = s. fumaça (fogo-).

mokây-pe = fuligem.

mokây-xibo-ób = gasol.

mokó:ba / mokowá / mocoba = s. coruja.

mókoba / mokoba = s. banana.

Momboti = a mítica grande cachoeira.

Moqueinti = o mítico grande fogo do caminho dos mortos.

morá-tápó = s. cipó.

Morabti = nome de aldeia.

Morad-hoba = 1. uma planta; 2. em tempos míticos, uma pessoa. Suas folhas são hoje esfregadas no corpo dos caçadores para dar sorte na caça.

morada = s. tempero.

Moradati = um espírito, um dos primeiros seres do mundo.

Moradei = uma árvore; em tempos míticos, uma pessoa.

Morat esamõy = local de muito gengibre.

moratapo / **moraptapoh** = um cipó amargo medicinal.

morí:ga = s. gafanhoto.

moríb = s. peixe.

morib krixí = remédio de peixe.

moribgoxar = tipo de flecha.

Moribti = o grande peixe mítico.

mosan = 1. camarão de água doce; 2. o canhoto que vira camarão do rio.

motĩg = s. minhoca.

Motingni = o mítico grande verme.

moxémgúb = s. feijão.

mõy = s. mandioca.

muğa = s. escuridão.

múgmúğa = v. ideof. pestanejar.

mũy = ním. um.

mũyakábud = núm. dois.

nâbea = s. machado.

nâbekod = s. faca.

nâbekod-ğâr = s. agulha (faca de metal-osso).

nâbekod = facão.

Nabekodabalakiba / **Nabekó**

Dabalaquibá = nome da aldeia formada próxima ao posto da FUNAI, onde foi estabelecido o contato com os não-indígenas em em 7 de setembro de 1969. Até os anos 80 era a principal aldeia dos Paiter Suruí. O nome significa literalmente “local onde foram pendurados os facões”, pois os agentes da FUNAI deixavam objetos de metal para os indígenas em sinal de paz.

nambeab = uma árvore.

Nambekonora iwai = homem do facão grande.

nangará = cigarra.

napó kabé / **napokabemi** = um cipó amargo.

napó:a = s. cipó.

nárágá:b = esquilo.

narái = o bastão do pajé, uma vara de bambu enfeitada no topo com penas vermelhas de arara e brancas de gavião.

neálapab = s. namorar.

nég = s. furúnculo.

néisáyed = s. marido.

ném = s. filho (palavra usado por homens). Prefixo -omá pode ser usado.

népi:kába = v. int. escutar.

népibé = s. ouvido.

népo = s. braço.

népo-hága = s. braço superior.

népo-kóxâa = s. cotovelo (-braço-).

nhagón = s. tipo de formiga.

nhó:ri-mãâ = v. t. roubar, furtar (escondido-levar).

nhóe: = interj. exclamação de surpresa.

nhóri = adv. escondido.

Nibá = um espírito, um goan, anteriormente um homem.

Nibama = um ritual proibido às mulheres.

nig = s. pium.

nití = s. cesta pequena.

Nitinawa = fruta que parece um milho marrom.

no = morro.

no: / **no ah** /**noah papi** = 1.urucum; 2.espécie de árvore.

nobnoba = v. ideof. mastigar.

nom = s. pulga.

nóma = s. seio.

núm/nún = s. nambu pequeno.

õ = v. int. morrer.

o- = eu; meu/minha; pronome pess. prefixo a verbos e substantivos. Primeira pess. sing. ex.: o-wérá “eu ando” o-lá “meu fígado”.

ób = adj. maduro; vermelho.

oésepó = adv. bom.

ogur = s. crepúsculo.

ogurmābi = adv. parte da tarde.

Ohtih yakade = “ele sente dor por mim” ou “ele sofre por mim”.

Oikô = urubu-rei.

Oikoti = um espírito, um gorá, o grande urubu-rei.

Oiô = rolinha vermelha com pescoço azul.

Olawataí = “meu guardião”.

Olibeterê = dinheiro.

om / on = s. cunhado.

omai = meu primo; meu companheiro; meu amigo; uma categoria especial de parentesco.

Omay = nome do pajé.

omied = “meu filho misturado ou escondido”. Segundo a teoria dos Suruí sobre concepção, uma criança pode ter mais de um pai, pois todos os homens que namoraram a mãe da criança durante a gravidez contribuem com a formação do bebê. Assim, são chamados de pais misturados. Ver também amapari.

Onar atih alade = “eu estou com dor de cabeça”.

óne = adv. não.

opaixanei = meus primos, segundo a definição Suruí de primos.

ópe = s. coxa.

or = v. int. vir.

orixiá = s. caju.

orkobeti = palmeira espinhosa.

órkóbi = s. ombro.

Ornai = um grupo de índios.

Orobab = pássaro com rabo comprido que, segundo o mito, roubou o fogo da onça.

oróbopeb = s. cêra.

Orodjig = porcos míticos.

orowáhb = espécie de ave com longas penas no rabo.

oroyhid = árvore moreira.

órpa = v. t. picar.

óy = s. homem.

óy-pug = s. garoto (homem-pequeno).

óyá = adv. sim.

oyko = s. urubu.

oyó = s. tipo de pássaro.

óyoyód = pássaro.

pa- = 1. nosso; 2.nós (incl.),
nossos/nossas; pron. pess. prefixo a verbos
e substantivos. Primeira pess. pl. incl. ex.:
pa-wérá “nós andamos” pa-lá “nosso
fígado”.

pa = v. t. **queimar-se**.

pa:d = s. irmã de homem.

pa:dápid = s. criança de irmã
(-irmã-criança) (palavra usado por homens
apenas).

pa:ga = v. int. sangrar.

pá:ná:b = s. caixa.

pá:ná:b-ti = s. mala (caixa-grande).

pã:rpãrã = v. ideof. tocar flauta.

páb = adj. cru; mal passado.

pábe = s. mão.

pábe-kab-ánár = s. pulso (-mão-
-cabeça).

pábí:kār = s. braço inferior (- osso).

pabo-kab-nia = polegar.

pábokáb = s. dedo.

pábopórkúb = s. dedo mínimo.

pabótē = v. int. voar, decolar.

pábotia = s. dedo grande.

pádpádá = v. ideof. ferver.

paen paiter alair = seres humanos

pága: = s. aurora.

pagaley = ser firme ou assertivo.

pağápam = s. pôr do sol.

pahâ = s. escorpião.

pahab = s. palha.

Pahab ikor = um tipo de coquinho.

pahab-ánár = s. palmito
(palmeira-cabeça).

paháb-ğad = s. bosque de palmeiras
(palmeira-terra).

pahakab ikor = coquinho.

páhape = s. peito.

Paikub = um guerreiro, um dos patentes
de Ari.

paiter a soe = “coisas de Paiter”.

Paiter Omai = guerreiro famoso, um dos
membros do grupo de índios Omai.

Paiter (pl. Paiterei) = 1.autodenominação
do povo Paiter Suruí; 2.nós mesmos;
3.humanos de verdade; 4.gente.

Paiterey Garãh / Paiterey Karãh =
como é chamado o território da Terra
Indígena Sete de Setembro na língua paiter
suruí.

paixo (pl. Paixoei) = “nossa alma”,
“nossas almas”.

páká-tē = v. int. acordar.

Pakaa Nowa / Pacaa Nova = nome de um
povo indígena de Rondônia.

páko = v. int. estar acordado.

pako-kab-nia = s. polegar (-mão-pedaço-)

pakob-óm = adj. fraco (- -neg.)

pakobauma = árvore.

pakobtabitor = tronco cortado da garapeira, nome de aldeia.

pakod-õ = dormir.

pakomíd = adj. forte.

pálabiey = s. tipo de abelha.

Palaraei = classe de espíritos.

Palo = 1.algo parecido com a gente. Faz oposição ao substantivo so ("algo não-humano").

paló-aka = v. bater (-bater), bater com punho.

paloatĩh = alguém que tem compaixão por todos ou por qualquer um. É uma característica negativa e está em oposição a compaixão.

Palop / Palob / pá-lob = s. 1.Deus; 2.o demiurgo, o criador; 3.Nosso Pai (Pa "nosso" + Lop "pai").

Palop Leregu = “Nosso Pai de Roupas”, o companheiro de Palop.

pama paiter = nosso povo

Pamatõ = nome do ritual do Conselho de clãs.

pámne = adj. limpo; novo.

pamine = renascer da floresta

pamin e xagût = o começo do mundo

Pamoíba = guerreiro Kaban.

pamoiei = 1.nossos avôs; 2.nossos antepassados; 3.Pa é “nosso” e ei é indicador de plural).

panema = caçador infeliz; azarado.

panémikoy = s. menstruação.

panemikoy leah = casa de reclusão da mulher menstruada.

panguira = um remédio do mato.

Paningap = um espírito.

paór = adj. bonito.

pãra = uma palmeira barriguda.

párába = garganta.

parákába = adj. amarelo.

Paregud = um guerreiro.

paríbin = v. int. prurir.

parija = v. int. estar bêbado.

párka = v. t. guardar.

parmeyab = s. paxiuba.

pârmixâ = s. tipo de inseto.

pasap = estojo protetor peniano.

patí-kab / patiga = 1.s. chumbo (pesado-); 2.adj. pesado.

patxaid = veado-campeiro.

patxaub = veado-mateiro.

pavuru = faca.

pawagáb / pawagab = s. 1.tipo de pássaro; 2.pássaro cujo pio, segundo os Paiter Suruí, é prenúncio de guerras e inimigos.

Pawele = nome de remédio tradicional.

Pawentiga / Pawētigah = 1. “local em que se dirigiu a palavra ao homem branco”; 2. é também o nome de um projeto cultural.

páyáy = s. capim.

páyáy-ígá = s. enchada (capim-tirar).

páyáy-káb = s. arroz (capim-).

páyxán = s. primo, primo cruzado.

pé:ne = v. int. voltar.

Peixo / Peyxo = um dos espíritos monstruosos paiter.

Peixopib = o mesmo espírito só que de tamanho mais diminuto.

Peixoté = espírito maléfico, perigoso para os que ficam sozinhos numa maloca velha.

pekir = v. int. vomitar.

pekóa / perkôa = s. guariba.

Pekoati = um mítico grande macaco guariba.

pékohéba = s. tipo de inseto/lagarta.

pérámakab = s. esposa.

pere-om = v. int. estar vazio (- -neg.).

peréb = v. t. virar.

perehór = adj brabo.

perei = pensar.

péremâ = v. t. dizer, falar.

pereo = v. int. pensar; estar triste.

pérpi = s. abdome inferior.

Péxir / Peyxir = canário, uma espécie de pássaro.

péxoa = adj. doido ou doído (imprecisão na fonte).

pexóg = adj. sujo.

pi = rosto.

pi: = v. int. estar com medo.

pi:pe = s. pé.

piá = v. t. lavar.

piá:b-om = v. int. estar com fome (-estômago-neg.).

píbērã = v. int. tremer.

piĩín = s. tipo de pássaro.

pika = v. t. esmagar.

piká:y = v. int. gostar.

pikabe-kab = s. tornozelo.

Pikōikar (pl Pikōikarei) = parentes de Ari, um grupo de índios.

píkōy = s. unha

píkūrey = s. tipo de abelha.

pikúy = adj grosso.

pín = v. int. crescer.

pínia = s. calcanhar.

písagá = v. t. apunhalar.

písē = v. int. sair com todas as pertencentes.

pitxay = resistente, flexível.

pixâ = v. t. costurar.

pixâ = categoria de decoração do corpo.

pó = s. primo/irmão.

póbera = v. int. andar um atrás do outro.

pogá = v. t. fechar.

pógpógá = v. ideof. abanar.

póid-ítirey = s. tipo de abelha.

popo = v. ideof. soprar no fogo.

pór = primo/irmão.

pōr = v. int. estar seco.

potó:mágã = v. t. colocar alguma coisa que fica em pé, como mala, etc.

potóta = v. int. sentar.

pú:rã = adj. mal (dito apenas por mulheres).

púda = interj. errei!

pug = s. criança.

sa = 1. coisas que estão em processo de feitura e que uma vez feitas são permanentes; 2. coisas obtidas de fora do

grupo de parentesco; 3. a partícula também quer dizer "continuidade" e denota intenção.

sade = coisas que duram de maneira momentânea e que são produzidas pelos próprios atos.

saga = v. t. esmagar (usado somente com terceira pess. sing.).

sákāymab = adj fresco.

Samsam = uma das primeiras mulheres, nora da onça fêmea.

Santi = o guerreiro saudoso de casa que vira um ser de uma perna só; espírito protetor do mato.

sápe = s. linha para pescar.

seke (adjetivo) = leve, magro, pequeno, baixo.

serepti = pica-pau.

serewepiob = pica-pau.

Siboob = um dos dois irmãos levados pelos goanei, os espíritos das águas.

sígóm = adj. brilhante.

sipíd = adj gordo.

sir = sangue (algo que é constitutivo tanto do poder vital de um indivíduo quanto suporte de sua identidade morfológica e social).

So / ho = coisa.

Sô (pl. Soei) = classe de espíritos.

So = algo não humano. Faz oposição a palo ("algo parecido com a gente").

soamiômiga = má sorte.

sóbá = v. int. cuspir.

sobak ey = animais.

soey dor ogay = "para que os espíritos cheguem até você".

Soey = mortos, espíritos.

sogab = um tipo de colar.

sokaba = s. nó.

sokopiap = cintas para os ombros.

solirahb ey = flores.

soméud = s. tipo de macaco.

Soso yab = povo Gavião.

sowír = s. tipo de pássaro.

sóy-ká:b = s. estrela.

súḡsuḡ = s. tipo de formiga.

sururu = uma árvore.

tá- = 1.os/as; 2.seus/suas; 3.pron. pess. prefixo a verbos transitivos e substantivos terceira pess. pl. ex.: tá-kar "alguém procura-os" tá-pós "primo deles".

ta: = adv. não.

Taakar = um dos dois irmãos levados pelos goanei, os espíritos das águas.

tabidei = um tipo de formiga.

taboca = um tipo ou espécie de bambu da Amazônia.

tágar = v. int. ter infecção.

táḡõ = v. int. estar cansado.

tágtága = bater.

takor = um tipo de nambu, espécie de pássaro.

tamarí = s. jacamim, uma espécie de pássaro.

Tamariwaub = um guerreiro, cujo nome significa Bico-de-Jacamim.

támoá:b / tamoati / tamoahb = s. jacu, uma espécie de pássaro.

Tamoati = um espírito, um dos primeiros seres do mundo.

Tapir / Tapiri = estrutura com caráter mais provisório que se constrói no meio da mata para proteção. Serve tanto para se proteger da chuva como para breve permanência. Feito também pelos brancos para deixar os presentes.

târ = v. int. estar brabo.

tátáǵá = v. ideof. bater.

táwa: = v. int. melhorar.

táyxã = v. int. estar assustado.

ti = s. mamãe.

ti-é-hob = s. avô (mãe-poss-pai).

ti-é-ti = s. avó (-mãe-poss.-mãe).

ti-hóa = s. tio (-mamãe-irmão), tio materno.

tiǵab = v. t. pintar.

Tihamakap / / ti amakap = (radical -tih + amakap, "segundo ou seguinte") é um termo de ascendência; 2. espécie de primo cruzado.

tír = v.t. quente (-cozinhar).

tira = uma palmeira.

Tiriria = um espírito considerado maléfico.

Tlingit = grupo indígena da América do Norte ocidental.

tob = voc. sobrinho do homem.

tóga = v. ideof. dar pontapé.

tóǵtóǵá = v. ideof. bater com mão de pilão.

torí:da = s. tipo de cobra.

toro-kúb = s. colher de barro (colher-pequena).

toroia = um coquinho.

toróya = s. beiju de palmeira.

toubaray = espécie de árvore.

toy = nós (excl.); nossos/nossas (excl.); pron. pess. prefixo a verbos intransitivos e substantivos reflexivos. Primeira pess. pl. excl. ex.: toy-érá "nós andamos", tóy-xa "nosso figado".

trokeu = tipo de panela de barro.

Tupi-mondé = uma das famílias do tronco linguístico tupi.

túyuba = s. tipo de pássaro.

txawap = forte.

txortxor (pl. txortxorei) = um pássaro.

txoykahb = estrelas.

ú:b / ub = voc. irmã.

u:náté = adv. logo/brevemente.

úr = s. arco.

úr-népotá:gi = v. t. apontar arco e flecha.

úr-tápó = s. corda de arco (arco-corda).

Urueu-wau-wau = grupo de índios de Rondônia, contactados em 1983.

Vina = pássaro temido pelos Suruí porque seu canto é agouro de ataques inimigos.

wááb = s. flauta.

wáabi = v. int. brigar.

Waagti = o mítico grande pássaro que chora no caminho das almas.

wáaka = v. int. cortar-se.
wáakí = v. int. derramar.
wabeb / wabedyor = s. envira / embirema, uma espécie de árvore.
wabíta = adj. adv. alto.
wabkírudey = s. tipo de abelha.
wagá = v. int. chorar.
wago = s. vento.
wáha = s. anta.
wahabíra = s. capivara.
waiã = um tipo de nambu, espécie de pássaro.
waiam-amotingah = um tipo de flecha.
waibira = uma árvore.
wáid = voc. filha.
Waioi = foi um guerreiro famoso do clã Kaban casado com uma mulher do clã Gabgir, um dos primeiros Paiter Suruí a estabelecer contato com os não-indígenas.
wakába = s. mosca.
wakár = s. cegonha.
Wakaranhod (pl. Wakaranhodei) = o povo das garças, pertencente ao grupo dos Mamei.
wakĩ / wakin = s. cutia.
wakise = facão.
wakixâey = s. tipo de abelha.
wakoi / wakóya = mutum, uma espécie de pássaro.
Wakoiko = um espírito, um goan.
walaá / walaa = s. paca.
waled = s. mulher.
waled-mug = s. garota (mulher-pequena).

waleley ewāwe = "a palavra das mulheres".
walóy = s. tatu.
walóy-a = s. tipo de inseto.
wána = v. int. ficar em pé.
wanẽ = v. int. defecar (palavra usada por mulheres e crianças).
waó = s. jacaré.
waó-ti = s. carro (jacaré-grande).
waó-ti:tápó = s. estrada (jacaré-grande-caminho).
wapéa = espinha.
wapeá = s. espinho.
Wapeahitir / Wapeom-ni = grande palmeira espinhosa no caminho das almas.
wáridey = tipo de abelha.
wáridóbey = s. tipo de abelha.
wárwárkúyey = s. tipo de abelha.
Wasa-Inhag = um guerreiro, cujo nome significa Cocô-de-Anta.
wasa = anta.
wasá:g = adj. feliz.
Wasapoga = espírito de um morto que não ascendeu ao plano celeste, um dos mais perigosos.
wasapoga = morrinho de cupim.
wasí:ğa = s. batata doce.
wat gua s = batata-doce.
watabea = uma planta e o casco do tatu.
Watanr = povo indígena já extinto.
Watxurei = grupo de índios que não existem mais.
Wāwã = pajé, xamã.

Wāwāiperiti = segundo nome dado ao pajé Dikboba pelos espíritos, durante sua iniciação.

Wawāperesor = um dos nomes do pajé Dikboba.

Waxag = um dos guerreiros do grupo Masaibid, que não existe mais.

waxáme: = s. centopeia.

wayã q wayâ = 1.um tipo de nambu grande; 2.espécie de pássaro.

wáybiur = s. tipo de cobra.

wáyxibé:á:b = s. lama.

wé-pi-ígá = v. refl. esticar-se.

wé:rá = v. int. andar.

webá = v. int. inchar.

wéréb = v. int. terminar.

wētig = dirigir a palavra.

wexo = jenipapo.

wexomã = 1.pintura de jenipapo.

wéy = v. int. banhar.

wēywâ = v. int. falar.

weyxóma = s. líquido para pintar o corpo.

Wine = pássaro mítico que matava gente; temido porque se diz que rouba crianças e as leva dançando para o céu.

x = 1.o/a; 2.dele/dela; 3.pron, pess. prefixo a verbos transitivos e substantivos, as raízes dos quais começam com -a ou -i. Ex.: x-aka “alguém mata-o”, x-agâ “estomago dele”, x-ikáb “dente dele”. Ver também xi- e i-.

xába = s. rasgadura.

xabağa = adv. rápido.

xabaga = velocidade.

xabib = uma árvore gigantesca.

xadob = adj. 1.quente; 2.rápido.

xameómi = adv. muito.

Xamiá = um famoso herói.

xamiah = pessoa mentirosa.

xapóm = s. rabo.

xatíga = v. int. doer.

xatóa = adj. alto tamanho.

xatóg = adj. alto.

xérka = v. t. cortar em fatias.

xi = 1.dele/dela; 2.pron. pess. prefixo a substantivos. terceira pess. sing. ex.: xi-pór “primo dele”. Ver também x- e i-.

xiab = adj. molhado.

xíbi = adv. embaixo.

xibo = s. chama.

xibo-ka = v. t. acender (chama-)

xíbog = adj. nu.

xíbor = s. coati.

xiener = conhecido, famoso.

Xiepiab = um espírito.

xígayed = esposa/marido.

xiíb = adj. escuro (pele).

xíjáya = v. contar piadas.

Xikopob = um espírito, um goan.

ximáğáxírab = adj verde.

ximakosekeõm = “boca leve”, falar levemente; é uma manifestação de respeito do filho para com o pai.

xínxíná = v. ideof. aspirar.

xíter = adv. muito.

Xiwagoti = um espírito.

xoener = grande.
xokobé:kār = s. asa.
xóxoxí:d = adj. magro.
xurxúr = s. tipo de pássaro.
yáb / yah = s. flecha.
yáb-ğad = s. bosque de bambu.
yáb-ikába = s. gancho de flecha (flecha-).
yab-ikār = s. tipo de flecha (flecha-osso).
yabá:pod = s. tipo de cobra.
yabékar = v. int. não saber.
yábğār = s. enfeite no nariz.
yabi:m = s. nó.
yadag = adj. violeta.
yah iter = flecha de guerra.
yahtxiga = leite da árvore que se toma para purificar o corpo.
yaír = adj. inteligente/esperto.
yajúg = adj. vermelho.
yakó:ra = s. luz.
yamá = 1.tronco de madeira que serve de trono de recepção no Mapimaí; 2. s. toro para homem sentar.
yamoha = s. pena de pássaro.
yápe = s. ponta de flecha.
yapeey = s. tipo de abelha.
yápekad = s. bosque aonde tem material para fazer flechas.
yapemur/yapemûr = s. tipo de inseto.
yare-óm = adj. doido ou doído (imprecisão na fonte) (-neg.).
ye-tígá = adv. aqui (-tempo/espço).
yéey = voc. 1.sobrinha do homem, 2.filha da irmã; 3.companheira, mulher (para ego

masculino); 4.cunhado (entre homens, companheiros).
yénhũ = s. ninho pequeno.
yeór = vagalume.
yete iteer = obrigado (agradecimento).
yéwa = adv. sim.
yobára = s. pupunha.
yóidey/yóid-íterey = s. tipo de abelha.
yoká:nab = s. tucano.
yokahb = 1.algo de comer; 2.patoá/patauá, uma espécie de árvore.
yókánámebey = s. tipo de abelha.
yōma = carne, músculo. Está oposto a kār (ossos).
yopē:na/yopé:na = s. folha de cará.
yori / iori / yóri = s. 1.linha no rosto. 2.linha de tatuagem facial que passa por baixo da boca.
zadóhb = manejo adequado do calor.
Zoró = povo indígena de Mato Grosso.